

LUCIEL HENRIQUE DE OLIVEIRA

ORGANIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS PRODUTORES NA
ECONOMIA E POLÍTICA DO LEITE NO CENTRO-SUL
DE MINAS GERAIS

Dissertação apresentada à Escola Superior de Agricultura de
Lavras, como parte das exigências do curso de Pós-
Graduação em Administração Rural, área de concentração
Administração Empresarial, para a obtenção do grau de
"Magister Scientiae".

ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA DE LAVRAS
LAVRAS - MINAS GERAIS
1992

ORGANIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS PRODUTORES
NA ECONOMIA E POLÍTICA DO LEITE NO
CENTRO-SUL DE MINAS GERAIS

APROVADA: 27 / 08 / 1992


Banca Examinadora



Prof. GUARACY VIEIRA
Orientador \ Presidente



Prof. JOSÉ GERALDO DE ANDRADE



Prof. JUVÊNCIO BRAGA DE LIMA

O mundo mal sabe quantos pensamentos e teorias passaram pela cabeça de um pesquisador e foram triturados no silêncio e no segredo por sua própria e severa censura e experiências adversas; que nos mais bem sucedidos exemplos, nem mesmo um décimo das sugestões, das esperanças, dos desejos, dos resultados preliminares foram realizados.

Aos meus pais,

Luciano e Ana Maria,

que me ensinaram a ser

rigoroso com os compromissos e com a verdade,

e pelo apoio à realização de meus estudos,

dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

O maior tributo que podemos oferecer a Deus é nossa própria conduta e realização. Assim, em primeiro lugar agradeço a Deus, início de tudo, oferecendo-Lhe este trabalho.

Na fase final de um trabalho, ao fazermos a retrospectiva do processo de nossa produção, é que percebemos quantas pessoas e instituições cruzaram nosso caminho, depositando forças, confianças, dúvidas e solidariedade, contribuindo para a construção do nosso projeto que, enfim, se torna uma realidade. A todas elas, que de alguma forma contribuíram para que este trabalho pudesse se concretizar, agradeço. Algumas, entretanto, merecem meu reconhecimento e agradecimento especial:

À ESAL e ao Departamento de Administração e Economia (DAE), pela oportunidade de realizar o curso e ao CNPq, pelo suporte financeiro às atividades acadêmicas.

Ao professor Guaracy Vieira, pela determinação com que conduziu a orientação deste trabalho, ao professor José Geraldo de Andrade, co-orientador, pelo estímulo, amizade e contribuição.

Aos professores Arnaldo Pereira Vieira, Juvêncio Braga de Lima e Ricardo Pereira Reis, pelas críticas e oportunas sugestões; e aos demais professores do DAE pelo apoio e incentivo. À professora Raquel Coimbra, pela convivência e amizade, e ao professor John Belknap, da Universidade de Wisconsin (EUA) pelas valiosas críticas, observações e sugestões apresentadas.

Aos colegas de turma de Mestrado: Ana Alice Vilas Boas, Cleiton Tambelini Borges, Francisval de Melo Carvalho, Hilton M. Toledo, José Renato do Vale, Lyria Chaves de Andrade Oliveira, Marco Antônio de Carvalho, Maria Helena Pereira, Ronaldo Nogueira de Medeiros, Rosa Teresa Moreira Machado, Simão Pedro de Souza Vasconcelos e Ulisses Serafim; pelo convívio, solidariedade, amizade e estímulo.

Aos funcionários da Biblioteca Central da ESAL, e aos funcionários do DAE, Tadeu, Marisa e Regina, pelo atendimento sempre eficiente e prestativo.

Aos companheiros de trabalho, Luiz Arthur, Sandro, Patrícia, Lucia, Regina Célia e Valéria da Glória, pelas críticas e sugestões, pela atenção e incentivo, desejando-lhes sucesso no prosseguimento desta pesquisa.

À Sandra Regina Azedias de Azevedo e à Valéria de Almeida, pela convivência, amizade e acima de tudo, companhia nas horas mais difíceis.

De modo muito especial à Gisèle Braziliano de Andrade, pela confecção dos mapas, tradução do *summary*, e sobretudo pelo importante estímulo e presença constante na fase final de elaboração e redação deste trabalho.

Aos amigos da república: Júlio César, Êder, Zezé Braulino, Nádia, Israel, Nelsinho, Aurora, Patrícia, Cláudia, David, Deborah, Benjamim, entre outros, pela agradável convivência e amizade, e por me suportarem nas fases críticas.

Aos produtores rurais acompanhados, responsáveis pelo fornecimento dos dados, ao Sindicato Rural de Lavras e à SIASCOM, pelas oportunidades de participação, convívio, estudo e aprendizado.

Desnecessário se torna dizer que somente ao autor cabe a responsabilidade por eventuais erros e omissões.

BIOGRAFIA DO AUTOR

LUCIEL HENRIQUE DE OLIVEIRA nasceu em Areado, Minas Gerais, em 20 de Novembro de 1966. Coursou o Primeiro Grau no Colégio Nossa Senhora das Graças, neste município, e concluiu o Segundo Grau em 1983, na Escola Estadual Dr. Emílio da Silveira, em Alfenas (MG). Em 1984 iniciou curso de graduação em Engenharia Agrônômica, na Escola Superior de Agricultura de Lavras, concluindo-o em dezembro de 1987, tendo desenvolvido trabalhos de iniciação científica na área de Microbiologia do Solo.

Em 1989 iniciou curso de Mestrado em Administração Rural na ESAL, com concentração em Administração Empresarial. Em 1990 foi contratado pela Universidade de Alfenas, como professor de Administração, Economia e Extensão Rural. Neste mesmo ano, iniciou trabalhos de Consultoria e Implantação de Sistemas Informatizados para a Administração da Produção de Café e Leite, em fazendas da Zona da Mata Mineira.

Foi membro da Coordenadoria do Centro Acadêmico de Agronomia da ESAL (86/87) e Coordenador Administrativo da Associação de Pós-Graduandos da ESAL (89/90).

Em 1992 realizou Curso de Especialização em Análise de Sistemas e Negócios nas Faculdades Associadas de São Paulo (FASP). Concluiu o Mestrado em Agosto de 1992, tendo apresentado trabalhos em Congressos de Pós-Graduação, Congressos Brasileiros de Economia e Sociologia Rural e Reuniões Anuais da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração.

INDICE

1. INTRODUÇÃO

1.1. O setor Leiteiro Brasileiro no Contexto Mundial	01
1.2. O Problema e Sua Importância	05
1.3. Objetivos	
1.3.1. Geral	12
1.3.2. Específicos	12

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Formulação de Políticas Agrícolas e Modernização da Agricultura Brasileira	14
2.2. Perfil dos Produtores de Leite	21
2.3. Caracterização da Política Leiteira Brasileira	25
2.4. Pesquisa-Ação e Participação Política	35

3. METODOLOGIA

3.1. Universo da Pesquisa	43
3.2. População e Amostragem	44
3.3. Levantamento e Processamento dos Dados	47
3.4. Custos de Produção e Receitas	
3.4.1 Modelo de Análise	48
3.4.2. Período de Análise	48
3.4.3. Receita Total	49
3.4.4. Custo Unitário	49
3.4.5. Correção de Valores Correntes	50
3.4.6. Distribuição do Rebanho	51
3.4.7. Distribuição de Despesas Não Específicas	51
3.4.8. Custos Fixos	51
3.4.9. Custos Variáveis	53
3.4.10. Determinação do Custo Total e do Lucro	54
3.4.11. Determinação dos Índices Econômicos Análise de Rentabilidade	55
3.4.12. Coeficientes Técnicos	55
3.5. Mercado de Fatores	57

3.6. Concepção e Organização da Pesquisa	59
3.6.1. Reuniões com os Produtores e "Feed-Back" Para a Política de Preços Para o Leite	60
 4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	
4.1. Análise da Política Leiteira na Década de 80	62
4.2. Resultados Económicos	
4.2.1. Preços Recebidos	76
4.2.2. Custos de Produção	81
4.2.3. Relação Preço/Custo	82
4.3. Índices Técnicos	85
4.4. Mercado de Insumos	92
4.5. As Reuniões e Seu "Feed-Back"	95
4.6. Análise das Reuniões	112
4.6.1. Promoção da Valorização e Aumento do Consumo de Leite	112
4.6.2. Organização do Setor Produtivo	113
4.6.3. Fortalecimento Político e Representação dos Produtores	116
4.6.4. Formas de Participação Política	118
4.6.5. Profissionalização do Setor	121
4.7. Diretrizes Políticas e Perspectivas para o setor	123
 5. CONCLUSÕES	
5.1. Política Geral Para o Leite	125
5.2. Custos de Produção e Preços	125
5.3. Organização e Participação Política	126
 6. SUGESTÕES PARA FUTUROS TRABALHOS	128
7. RESUMO	130
8. SUMMARY	131
9. BIBLIOGRAFIA	132
 10. APÊNDICES	
10.1. Modelos de Fichas Usadas Para a Administração da Produção Leiteira	147
10.2. Modelo de Planilha de Custos Individual	151
10.3. Relação dos Insumos Pesquisados	158

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - População, Produção de Leite Bovino e Disponibilidade per Capita/Dia em Alguns Países Seleccionados em 1988	03
Quadro 2 - Rebanho Leiteiro em Lactação e Produtividade por Vaca em Alguns Países Seleccionados	04
Quadro 3 - Crescimento da População Brasileira e Disponibilidade per Capita de Leite Recebido Pela Indústria	06
Quadro 4 - Resultados Médios dos Estudos de Custo de Produção de Leite no Sul de Minas.	10
Quadro 5 - Participação de Cada Categoria de Produtor na Produção de Leite do Estado de Minas Gerais	23
Quadro 6 - Utilização da Área Rural da Região Sul de Minas, em 1980	43
Quadro 7 - Coeficientes Médios Obtidos e Metas Consideradas Ideais Para os Sistemas de Produção de Leite I e II	56
Quadro 8 - Preços Reais Médios, Máximos e Mínimos em Cruzeiros de Dezembro/91 por Litro, Recebidos pelos Produtores Acompanhados, 1988 a 1991.	76
Quadro 9 - Evolução Mensal dos Custos de Produção e dos Preços Recebidos, Leite Tipos C e B, em Valores Reais em Cruzeiros de Dezembro/91, 1988 a 1991.	80
Quadro 10 - Custos de Produção Reais, Máximos e Mínimos Apresentados Pelos Produtores Analisados, 1988 a 1991, em Cruzeiros por Litro	81
Quadro 11 - Resultados Económicos e Índices Técnicos Obtidos Pelos Produtores de Leite B, 1988 a 1991, Valores Nominais em Cruzeiros	86
Quadro 12 - Resultados Económicos e Índices Técnicos Obtidos Pelos Produtores de Leite C, 1988 a 1991, Valores Nominais em Cruzeiros	87
Quadro 13 - Produções Médias Mensais e Anuais Obtidos Pelos Produtores de Leite Tipos C e B, 1988 a 1991	91
Quadro 14 - Preços Reais de Dezembro/91, Preços máximos e mínimos Época de Ocorrência e Variações Percentuais Para Alguns Insumos, de Maior Uso na Pecuária Leiteira, 1989 a 1991	93
Quadro 15 - Comparação dos Preços de Algumas Bebidas no Varejo, em Julho de 1991	118

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Agentes e Instituições Componentes do Fluxo do Leite _____	26
Figura 2 - Representações de Classe dos Agentes Envolvidos no Fluxo do Leite, da Produção ao Consumidor Final _____	42
Figura 3 - Microrregiões Homogêneas do Estado de Minas Gerais _____	45
Figura 4 - Bacias Leiteiras do Estado de Minas Gerais _____	46
Figura 5 - Comparação Entre Preços Reais Recebidos e Custos de Produção por Litro, em Cruzeiros de Dezembro/91, Para o Leite Tipo B, 1988 a 1991 _____	77
Figura 6 - Comparação Entre Preços Reais Recebidos e Custos de Produção por Litro, em Cruzeiros de Dezembro/91, Para o Leite Tipo C, 1988 a 1991 _____	79
Figura 7 - Relação entre Preços Recebidos e Custos de Produção para o Leite Tipos B e C, em Valores Reais por Litro, 1988 a 1991 _____	83
Figura 8 - Produtividade Média, em Litros Diários por Vaca em Lactação, Obtida Pelos Produtores de Leite Tipos B e C, 1988 a 1991 _____	88
Figura 9 - Produtividade Média, em Litros Mensais por Hectare, Obtida Pelos Produtores de Leite Tipos B e C, 1988 a 1991 _____	90
Figura 10 - Variações dos Preços Reais, em Cruzeiros de Dezembro/91, dos Principais Alimentos Utilizados na Pecuária Leiteira, 1989 a 1991 _____	92
Figura 11 - Variação dos Preços Reais, em Cruzeiros de Dezembro/91, do Suplemento Mineral e de Alguns Medicamentos Utilizados na Pecuária Leiteira, 1989 a 1991 _____	94

1. INTRODUÇÃO

1.1. O Setor Leiteiro Brasileiro no Contexto Mundial

A sincronização da produção, industrialização e consumo de leite e derivados e o desenvolvimento dos mercados leiteiro e laticinista são questões complexas, de difícil solução, decorrentes das características específicas do leite, como alimento de consumo direto ou como matéria-prima industrial. A rápida perecibilidade do leite *in natura* exige um perfeito entrosamento entre a atividade produtiva, redes de transportes, e a infra-estrutura industrial para o aumento da produção e seu aproveitamento integral.

A utilização adequada do leite, além do manejo e da sanidade do rebanho, depende de uma infra-estrutura operacional que começa na ordenha e vai, desde o transporte do leite da fazenda ao posto de resfriamento ou às usinas de beneficiamento, até a sua distribuição nas cidades e colocação à mesa do consumidor. Somente com a perfeita organização e funcionamento adequado destas etapas, é que o produto final (leite pasteurizado, queijos, manteiga, cremes, iogurtes e outros derivados) poderá suprir as necessidades dos consumidores, com disponibilidade e preço acessível. Para isso necessita-se de pessoal técnico especializado e uma fiscalização competente.

Os países desenvolvidos só chegaram a um alto grau de evolução dos mercados leiteiro e laticinista através da implementação de programas de longo prazo, com grandes investimentos subsidiados, preços compensadores e garantia de mercado à produção. A auto-suficiência e a produção de excedentes dos países da CEE, dos EUA e da Nova Zelândia só foi alcançada após cerca de vinte anos ininterruptos de programas específicos.

Conscientes de que a produção de leite e o abastecimento dos consumidores com leite fluido e derivados são problemas econômicos e políticos, o Estado, nos países desenvolvidos, instituiu órgãos responsáveis pela regulamentação do setor. Assim, nos Estados Unidos, o Secretário da Agricultura regulamenta o mercado de leite fluido através das "Ordens Federais de Comercialização de Leite"; na Inglaterra, existem as "Juntas de Comercialização de

Leite"; e na Holanda existe um "órgão interprofissional" de coordenação e regulamentação, reunindo representantes dos produtores, indústria e comércio. Deve-se ressaltar ainda, nestes países, o grande poder de barganha exercido pelas cooperativas de produtores, associadas em Federações Nacionais de Produtores de Leite. Estes países apresentam situações distintas: os Estados Unidos, como um país auto-suficiente em leite; a Inglaterra, como um país importador; e a Holanda, exportador. Porém, apesar de realidades diferentes, segundo SOUZA (1981), podem-se verificar semelhanças básicas na regulamentação do setor leiteiro destes países. Primeiramente registra-se o poder de monopólio das cooperativas sobre a oferta de leite para consumo e matéria-prima; segue-se a discriminação de preços conforme o destino, valorizando o leite para consumo em relação ao leite para a indústria; e finalmente, a gestão de mercado (fixação e garantia de preços, compra e venda de produtos lácteos, política de qualidade e assistência técnica), que é feita dentro de um contexto interprofissional, dominado pelas cooperativas, contando com intervenção do governo, quando necessário.

No Brasil e em outros países em desenvolvimento, a complexidade do setor leiteiro aumenta por contar com uma estrutura de produção potencialmente elaborada, e com um mercado consumidor restrito a pequenos segmentos mais favorecidos da população. O Governo brasileiro já colocou em prática vários programas de incentivo à produção de leite, alguns eficientes a curto prazo, mas que a longo prazo falharam pela sua descontinuidade.

A falta de poder de monopólio sobre a oferta de leite por parte das cooperativas de produtores coloca-os numa situação contrária às empresas de laticínios: gera o que foi definido por SOUZA (1981) como "tensões sociais", além de uma grande ineficiência no sistema de coleta de leite, em consequência da proliferação desordenada de postos de coleta e usinas regionais, causada pela competição entre vários compradores.

A produção de leite brasileira é caracterizada por um grande número de pecuaristas, com interesses diversos, tanto em relação ao tamanho do empreendimento, quanto ao nível tecnológico de produção. Além disso, de acordo com estatísticas da FGV,

AGROANALYSIS (1986), existem grandes diferenças regionais na estrutura leiteiro-laticinista do país. Enquanto as regiões Sul e Sudeste, juntamente com o sul de Goiás dispõem de moderna infra-estrutura laticinista, as demais regiões do país apresentam baixa produção de leite e poucas unidades laticinistas. Alguns estados possuem usinas de beneficiamento funcionando em condições precárias, inibindo o potencial leiteiro existente, enquanto outros como é o caso do Pará, possuem somente uma usina.

O Quadro 1 relaciona a disponibilidade de leite per capita/dia em alguns países selecionados, e situa o Brasil neste contexto. Apesar do país apresentar um potencial favorável para a produção de leite, como disponibilidade de área, pastagem, tamanho do plantel e ecologia, essa disponibilidade está abaixo da quantidade mínima diária ideal recomendada pela Organização Mundial de Saúde (400g por habitante/dia para a população em geral, e o dobro para crianças e nutrízes), AGROANALYSIS (1985).

Apontam-se como causas dessa baixa disponibilidade diversas razões, desde a falta de hábito do brasileiro em consumir leite, até a escassez real da oferta interna. Porém, uma vez verificado que existe a demanda potencial do produto, principalmente por parte da população de baixa renda, e que o país dispõe de capacidade de aumentar a produção, entende-se que as causas da escassez da oferta e o baixo consumo são provocados por problemas de natureza política e econômica.

Quadro 1: População, Produção de Leite Bovino e Disponibilidade per Capita/dia em Alguns Países Selecionados - 1988.

País	População (1000 hab)	Produção (1000 tm)	Disponibilidade (Kg/hab/dia)
Nova Zelândia	3.340	7.850	6,40
Dinamarca	5.133	4.728	2,50
Suécia	8.431	3.429	1,10
EUA	246.079	66.010	0,73
Argentina	31.536	6.450	0,56
Israel	4.438	890	0,55
Chile	12.748	1.240	0,27
BRASIL	144.428	13.200	0,25
Japão	122.620	7.608	0,17

Fonte: FAO - Production Yearbook, 1988. Adaptado pelo autor.

A política de preços reprimidos praticada no Brasil e em outros países do terceiro mundo provoca a estagnação da produção e contribui para perpetuar o estado de subnutrição de grande parte da população. No caso do setor leiteiro, esta política aumenta a dependência da doação ou importação de leite em pó dos países desenvolvidos; AGROANALYSIS (1987). A melhoria das condições nutricionais da população brasileira depende diretamente das diretrizes políticas traçadas para a agropecuária.

A política do Governo brasileiro para a agropecuária tem marginalizado a atividade produtiva direcionada a produtos alimentícios para o abastecimento interno, e isto só não provocou graves crises de abastecimento porque a demanda foi reduzida com a política de contenção salarial. Uma vez que o país dispõe de tecnologia capaz de aumentar a produção de leite e dos alimentos em geral, verifica-se que a decisão de executá-la é somente de natureza política: apesar de contar com um dos maiores rebanhos leiteiros do mundo, o país apresenta uma das menores produtividades por vaca - a menor da América do Sul, Quadro 2.

Quadro 2 - Rebanho Leiteiro em Lactação e Produtividade por vaca em Alguns Países Seleccionados - 1988.

País	Vacas em lactação (1000 cabeças)	Produtividade	
		(Kg/vaca/Ano)	(Kg/vaca/dia)
Israel	106	8.398	23,0
EUA	10.243	6.444	17,7
Suécia	565	6.069	16,6
Dinamarca	807	5.859	16,1
Nova Zelândia	2.194	3.578	9,8
Argentina	2.830	2.279	6,2
Chile	640	1.938	5,3
Paraguai	105	1.905	5,2
BRASIL	18.100	729	2,0

Fonte: FAO - Production Yearbook, 1988. Adaptado pelo autor.

Devido à sua importância estratégica, o setor leiteiro necessita do apoio governamental, sendo fortemente subsidiado nos países desenvolvidos. Os Estados Unidos forneceram, em 1986 o subsídio de US\$ 1.400 por vaca, valor superior à renda anual per capita da metade da população mundial. A Comunidade Econômica

Europa (CEE) gastou, em 1988, US\$ 7,6 bilhões em subsídios ao leite, representando quase 20% do total investido na agricultura naquele ano, BALDE BRANCO (1991). Esse subsídio fez com que o setor leiteiro apresentasse, no final da década de 80, o maior ganho de produtividade na CEE, tendo também gerado mais excedentes que os outros setores agrícolas, e produzido 14% acima das necessidades do mercado europeu. Tal excesso foi vendido no mercado internacional com alto subsídio. Por outro lado, no Brasil, a falta de incentivo do governo provocou, durante toda a década de 80, a estagnação da produção em torno dos treze bilhões de litros anuais.

1.2. O Problema e sua Importância

O leite é um dos alimentos mais completos e ricos que se conhece, além de ser um dos mais digeríveis, sendo suas proteínas, gorduras e açúcares quase totalmente absorvidas diretamente pelo organismo humano. Suas proteínas são biologicamente mais valiosas que as da carne, constituindo um alimento básico indispensável, cujo consumo é dos mais importantes no mercado interno. Segundo diagnóstico da EMBRAPA (1988), o leite e seus derivados são responsáveis por 1,3% a 3,4% dos gastos familiares, em todos os estratos de renda e em todas as regiões do país.

Em termos econômicos, a atividade leiteira participa com cerca de 9% no PIB (Produto Interno Bruto) da agropecuária brasileira. A exploração desenvolve-se em um milhão e duzentas mil propriedades, representando cerca de 20% das propriedades agrícolas do país. Em termos geográficos, apesar das regiões Sudeste e Sul serem responsáveis por mais de 70% da produção total de leite, essa distribuição tem apresentado algumas alterações nas duas últimas décadas: foi verificado aumento na participação das regiões Norte e Centro-Oeste, em detrimento da região Sudeste, BORTOLETO & WEDEKIN (1991).

No Brasil, enquanto a população cresce a taxas mais ou menos constantes, a disponibilidade de leite per capita vem diminuindo, contribuindo para reduzir a participação deste produto nos itens que compõem a cesta alimentar básica da população, Quadro 3.

Este cenário evidencia a forma desleixada do tratamento governamental à pecuária leiteira, onde os pequenos e médios produtores são responsáveis por grande parte da produção, AGROANALYSIS (1986) e BARCELOS (1984). Como consequência, verifica-se a diminuição do rebanho leiteiro nacional, conforme dados do IBGE (1982), indicando que em 1970, 32% do rebanho brasileiro era classificado como produtor de leite e, em 1980, apenas 20% encaixava-se nesta classificação. Dois fatores contribuíram para esta redução: a pequena participação do gado com a finalidade leiteira no rebanho nacional, e a redução do rebanho leiteiro em relação ao rebanho de corte, o qual passou de 55%, em 1970, para 74%, em 1980.

Quadro 3 - Crescimento da População Brasileira e Disponibilidade per Capita/dia de Leite Recebido Pela Indústria (a)

Ano	População (1000 hab)	Variação (%)	Leite recebido pela indústria (1000 l)	Variação (%)	Disponibi- lidade (ml/hab/dia)
1978	112.960	-	8.118.078	-	197
1979	115.942	2,6	7.556.538	-6,9	178
1980	119.003	2,6	7.728.338	2,3	178
1981	122.144	2,6	8.400.312	8,7	188
1982	125.368	2,6	8.126.315	-3,3	178
1983	128.678	2,6	8.585.316	5,6	182
1984	132.075	2,6	8.844.972	3,0	183
1985	135.564	2,6	7.864.954	-10,5	160
1986	138.493	2,2	7.644.740	-3,4	151
1987	141.452	2,2	-	-	-
1988	144.428	-	-	-	-

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil - IBGE (1989)

(a) O volume médio anual de leite recebido pela indústria no quinquênio 1978/82, representou cerca de 75% da produção média anual (10,8 bilhões de litros) do país.

O Brasil dispõe de tecnologias capazes de promover aumentos significativos na produtividade da pecuária leiteira, mas o uso destas tecnologias tem sido limitado principalmente por fatores de natureza política, destacando-se entre eles:

- a) a falta de uma política estável e ampla, que valorize a eficiência, de modo a permitir aos produtores investir em tecnologias, especializando-se como produtores de leite;
- b) a falta de conhecimento mais detalhado sobre os produtores e seu processo de decisão, o que tem dificultado a identificação dos

mecanismos e a estratégia extensionista correta para melhorar os índices de adoção de tecnologia;

c) a permanência de uma relação de preço, produto/insumo desfavorável aos produtores, provocada pela política econômica, que mantém baixo o poder aquisitivo da população, e pelo poder de pressão do setor de insumos, que tenta manter e ampliar sua margem de lucro;

d) a descapitalização do setor produtivo, resultando em baixa capacidade de investimentos;

e) a característica inerente do setor, formado em sua maior parte por pequenos produtores, geralmente com baixo nível de educação formal, pouco acesso à informação especializada, e, portanto, com poucas condições de adotar novas tecnologias;

f) a falta de um serviço de assistência técnica com nível de informação adequado e suficiente para atender aos produtores;

g) o desinteresse dos consumidores, manifestado pelo baixo consumo de leite, e o baixo nível de exigência de qualidade pela população, não pressionando o governo e o setor para a busca de soluções.

O Centro-Sul de Minas é uma das mais importantes bacias leiteiras do país, responsável por considerável parte do abastecimento das cidades de São Paulo e Belo Horizonte. Constituído-se em uma das principais atividades de produção agropecuária da região, a pecuária leiteira apresenta grupos de produtores com nível tecnológico, índices zootécnicos e econômicos superiores à média do país. De acordo com estudos da COMISSÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO AGRÍCOLA DE MINAS GERAIS (1977), o Sul de Minas apresenta maior produtividade média quando se compara a outras micro-regiões dos estados da Região Sudeste.

A sub-utilização do potencial produtivo da região foi evidenciada por VIEIRA (1980), quando concluiu que os gastos com ração, concentrado e mão-de-obra assalariada estavam sendo excessivos, enquanto o uso de silagem e animais produtivos precisavam ser aumentados.

CASTRO (1979), estudando crédito rural e alocação de recursos na pecuária leiteira do município de Lavras, observou que os fatores animais produtivos e equipamentos deveriam ser aumentados. Concluiu que a distribuição de recursos de crédito não

havia alcançado a eficiência máxima que possibilitaria o aumento da produção e produtividade da exploração leiteira das propriedades estudadas. Este quadro ainda é agravado quando se constata a ineficiência dos programas de crédito rural, que tem se mantido diretamente relacionado com o investimento agrícola. Segundo análise de MOREIRA (1973), as propriedades rurais de maiores áreas, com condições de se auto-sustentarem, têm sido as mais beneficiadas pelas políticas de crédito rural, em detrimento dos pequenos e médios produtores, que realmente necessitam de ajuda de crédito para viabilizar sua produção.

Estes resultados são confirmados pelo estudo de YAMAGUCHI (1990), na Zona da Mata Mineira, que verificou o uso racional dos fatores ração, outros insumos variáveis e animais, e o uso irracional e excessivo do fator trabalho. Verificou também a relação direta entre preços de insumos e custos de produção de leite.

✦ A maioria dos pecuaristas, pequenos e médios produtores, não fazem análise financeira da atividade, desconhecendo seus coeficientes técnicos e econômicos e as estruturas de seu custo de produção de leite, especialmente os custos fixos. Soma-se a isso a inexistência de fontes de informações confiáveis sobre tendências de mercado, o que leva os produtores à tomada de decisão condicionada à sua experiência e às "forças ambientais", tais como: tradição e vocação da região, disponibilidade de financiamento, falta de outras opções e disponibilidade de mão de obra.

O baixo grau de desempenho da pecuária leiteira pode ser decorrente de diversas causas que podem ser agrupadas em fatores externos e internos à empresa. São fatores caracterizados por SOUZA et alii (1988) como sendo de constantes mudanças, e constituídos por aspectos positivos e negativos, exigindo dos empresários preparo para enfrentá-los e se adaptar às novas situações. OLIVEIRA (1982) constatou uma deficiente utilização da terra, identificando uma baixa produtividade de leite por área, e uma baixa capacidade de suporte das pastagens.

Como agravante da baixa produtividade, a produção de leite enfrenta o problema da irregularidade de sua oferta ao longo do ano, devido à sazonalidade da produção, diretamente ligada a dois

períodos bem definidos: o período da seca e o das águas, que regulam a disponibilidade de pastagem. Deste modo, pode-se falar num período de "safra" de leite, que vai de dezembro a maio, quando as pastagens são abundantes, e na "entressafra", de junho a novembro, com a escassez das pastagens. Esta dependência da qualidade das pastagens para a produção de leite caracteriza um baixo nível tecnológico, que faz com que a maior parte dos produtores que exploram pequenas áreas, comportem-se quase como produtores extrativistas. Para PAIVA et alii (1975) isto é uma consequência da menor especialização do rebanho para o leite. Como a oferta de leite é variável em decorrência da estacionalidade da produção e de sua alta perecibilidade, e a procura é estável, determinada por sua importância estratégica na alimentação humana, ocorrem constantes desequilíbrios neste mercado.

DINIZ (1976) afirma que a forma de interferência do governo brasileiro no mercado do leite tende a proteger os interesses dos consumidores, sem considerar a situação dos produtores, que se defrontam com o tabelamento nas épocas de seca, quando seu produto teria condições de alcançar melhor preço. Por outro lado, na época das águas, "safra de leite", as mesmas normas que impedem o preço de subir, na seca, obrigam a venda do excedente de produção a preços mais baixos. Desta maneira, o preço tabelado é maior para o produtor quando a oferta aumenta, na época das águas, diminuindo em termos reais na entressafra, com a escassez do produto, contrariando as forças de oferta e procura. A posição a favor do mercado consumidor se caracteriza ainda mais nas ocasiões em que o governo incentiva as importações de leite em pó, AGROANALYSIS (1987).

O modelo de intervenção governamental no preço do leite não tem trazido benefícios aos produtores nem aos consumidores que, a longo prazo, acabam pagando mais caro por um produto de oferta escassa. Os constantes problemas de abastecimento enfrentados nos últimos anos mostram a ineficácia das políticas intervencionistas do Governo no setor leiteiro, desestimulando a produção. A política do governo para o setor leiteiro apresenta tendências protecionistas aos consumidores urbanos e laticinistas, em detrimento dos empresários rurais que, direta ou indiretamente, têm subsidiado os consumidores de maneira geral, independente

deles serem ricos ou pobres, BARCELOS (1984) e VIEIRA (1990).

A política de preços exercida pelo Governo mostra-se inadequada, por tabelar o preço do leite sem considerar os preços dos insumos e as estruturas de custos de produção. Desta forma, os produtores de leite não são remunerados de acordo com seus custos de produção, não lhes restando outra alternativa senão diminuir a quantidade e a qualidade do produto, seja por abandono da atividade (diminuição do rebanho), ou pela redução dos investimentos em melhoria e inovação tecnológica.

Como resultado da má remuneração do seu trabalho, e da desvalorização de seu produto, decorrente de políticas governamentais incompatíveis com seus custos, os produtores de leite permanecem historicamente em um estado de descapitalização constante. Este problema foi claramente evidenciado nos estudos de MONTEIRO et alii (1974), no município de Carrancas, de REIS et alii (1976), no município de Elói Mendes, de EVANGELISTA FILHO (1979), no município de Lavras, e de REIS & ANDRADE (1984), para todo o Sul de Minas, conforme sintetizado no Quadro 4.

Quadro 4 - Resultados Médios dos Estudos de Custo de Produção de Leite no Sul de Minas, Valores em Cr\$/l.

Local	Anos	CVMe	CTMe	Receita Média
Carrancas	1969/70	0,31	0,44	0,32
Elói Mendes	1970/71	0,51	0,87	0,38
Lavras	1976/77	2,16	3,35	3,17
Sul de Minas	1976/77	2,64	4,81	3,23

Fonte: REIS & GUIMARÃES (1986)

SOUZA (1981) evidencia o problema causado pela vantagem apresentada pelo setor industrial de laticínios sobre o segmento fluido, o que chamou de "distorção estrutural" da economia leiteira. O problema em questão trata da necessidade de implantação de políticas para regulamentar o mercado de leite fluido visando eliminar a instabilidade e as distorções observadas na economia leiteira nacional. Para isso, é necessário organização, valorização e fortalecimento político dos produtores de leite, para terem poder de negociação com as indústrias laticinistas, grandes multinacionais funcionando sob forma de cartel. A regulamentação

do mercado de leite fluido do país possibilitaria a sua comercialização de forma organizada e a estabilidade de preços com melhoria na renda dos produtores; aumentaria o poder de barganha dos produtores - unidos em cooperativas - com os laticínios; e garantiria aos consumidores um abastecimento regular de leite fluido de boa qualidade e a preços acessíveis.

Com o afastamento do Governo do controle do preço do leite surgiu um novo problema: a falta de informações para servir de base às reivindicações e negociações dos produtores com as indústrias sobre a política leiteira. A necessidade de informações desta natureza não havia ainda sido evidenciada enquanto o governo controlava rigidamente os preços, porém tornou-se fundamental após seu afastamento. Para trabalhar na livre concorrência os produtores de leite deveriam ter perfeito conhecimento sobre suas empresas, seus índices econômicos e técnicos, fundamentais para a negociação com o setor industrial.

Na situação de livre concorrência em que o país ingressava, incentivado pelas medidas liberalizantes do Governo Collor, a qualidade seria o primeiro fator de sucesso, e a grande expectativa de mudança era que os preços não mais seriam determinados pelos custos de produção. A nova realidade mostrava que o preço possível de ser praticado no mercado é que teria que determinar o custo de produção. Só sobreviveriam os produtores que conseguissem se adaptar a este preço. Esta regra era válida para todos os setores da economia, porém seria sentida de modo muito mais profundo pelo setor primário, e principalmente pelos produtores de leite, que acostumados a sempre culpar o governo numa situação controlada, teriam que adaptar-se às novas regras do mercado, com uma administração mais eficiente, com maior controle e disponibilidade de informações sobre seu processo de produção. Deste modo sentia-se a falta e a necessidade de elaboração e implantação de sistemas de informação sobre as empresas leiteiras, sintetizando a problemática enfrentada pelo setor.

A problemática em questão é de ordem teórico-metodológica, e coloca em jogo a relação entre as características do setor leiteiro e a formulação de políticas para o leite, destacando-se para isso a necessidade de organização e participação dos produtores, buscando soluções para os principais problemas inter-

relacionados, que podem ser assim sintetizados:

- a) Ausência de informações sobre o desempenho técnico-econômico do setor produtivo;
- b) Instabilidades sazonais da economia leiteira;
- c) Vantagem do setor industrial de laticínios sobre o leite fluido;
- d) Má remuneração do trabalho produtivo e constante descapitalização;
- e) Desvalorização do leite pelos consumidores (pouca importância com a qualidade);
- f) Interesse do Governo em deixar o preço do leite fluido baixo para os consumidores, em detrimento dos produtores;
- g) Sub-utilização do potencial produtivo e baixo grau de eficiência da pecuária leiteira.

1.3. Objetivos

1.3.1. Objetivo Geral

Criar um Sistema de Informação sobre aspectos técnico-econômicos de produção, para fornecer dados como subsídios às entidades de classe do setor leiteiro de Minas Gerais (sindicatos rurais, associações de produtores e cooperativas), visando colaborar para a sua organização e elaboração de uma política de preços para o leite.

1.3.2. Objetivos Específicos

Traçar uma retrospectiva histórica-analítica da evolução da política leiteira na década de 80, visando identificar causas e efeitos do quadro político vigente.

Calcular os coeficientes técnicos de uma amostra de produtores de leite, buscando recolher "feed-back" para a elaboração de uma política que atenda aos seus interesses e aos da sociedade.

Coletar, processar e fornecer informações para servir de base às negociações e decisões sobre a política leiteira, para subsidiar as reivindicações dos produtores junto às indústrias

laticinistas.

Documentar e fornecer informações auxiliares para o processo de organização política dos produtores de leite da região estudada, a partir do conhecimento da estrutura de custos e do ambiente interno de suas empresas.

Analisar e comparar o desempenho técnico e econômico de cada produtor, fazendo-se análise de rentabilidade média para o grupo, mediante a elaboração de suas planilhas de custo de produção do leite.

Analisar as reações dos produtores frente ao seu próprio desempenho, e frente às mudanças das políticas governamentais para o setor leiteiro e para a agropecuária como um todo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Formulação de Políticas Agrícolas e Modernização da Agricultura Brasileira

Apesar de ser um dos maiores produtores e consumidores de produtos agropecuários do mundo, o Brasil apresenta parte da população com deficiências nutricionais, e não tem uma política bem definida para o setor rural. Outros países com agriculturas do mesmo porte têm uma grande experiência na área, e possuem políticas claramente enunciadas, com objetivos bem definidos, em função das necessidades da população.

Ao analisar as políticas de alimentação e nutrição no Brasil, L'ABATE (1989) verificou na Nova República a sua continuidade nos mesmos moldes em que vinha sendo proposta desde os anos 70. Apenas houve mais recursos e maior cobertura populacional face aos novos posicionamentos da sociedade e Estados. Esta autora mostra a necessidade de se corrigir a concentração excessiva das ações políticas de alimentação ao nível Federal, alertando para a necessidade de racionalização e modernização do sistema de produção de alimentos. Observa que a melhoria das condições nutricionais de uma população depende da redução dos custos de produção e comercialização dos alimentos básicos e da melhor distribuição de renda.

Um dos problemas fundamentais da agricultura, em países subdesenvolvidos e em fase de desenvolvimento, é o excesso do governo na formulação de políticas, principalmente aquelas direcionadas para o setor rural. É característica comum desses países um grande contingente de sua população vivendo em zonas rurais que normalmente recebem pouca atenção dos governos em termos de saúde, cuidados sanitários e educação.

Analisando o desenvolvimento agrícola e suas relações com outros setores econômicos, JOHNSTON & KILBY (1975) identificam que a pobreza é essencialmente um problema rural, e propõem como estratégias para superá-la uma expansão de baixo custo da produção agrícola e o rápido crescimento da indústria doméstica. Consideram que os países em desenvolvimento desfrutam de apoio internacional e de conhecimentos tecnológicos modernos, propícios ao rápido

crescimento econômico. Entretanto aspectos políticos contribuem para a transferência e difusão de tecnologias inadequadas a países de baixa renda, acarretando problemas de desemprego e desigualdades, dificultando o desenvolvimento.

Os governos dos países do terceiro mundo tendem a controlar mais as atividades agrícolas em benefício das populações urbanas, pois sabem que tais populações têm maiores dificuldades que os setores industriais em manter articulações políticas em defesa de seus interesses. Os interesses dos líderes políticos e da sociedade raramente são os mesmos, sendo que esta relação pode ou não preservar o interesse essencial do cidadão, quando o político toma uma posição. Os procedimentos democráticos existem para possibilitar que os interesses de um grupo, expressos por suas lideranças, sejam alcançados; mas muitas vezes as políticas de desenvolvimento do governo não são democraticamente escolhidas pelos seus cidadãos, sendo impostas sobre eles. Os casos cubano e soviético, antes da abertura política, são bons exemplos. Em Taiwan, Coréia do Sul, Brasil, e outros países, as elites autoritárias tem forçosamente imposto políticas de desenvolvimento.

No Brasil a questão da formação do poder na agricultura é largamente discutida por MUELLER (1982), contrariando a tese defendida por SMITH (1969), ao afirmar não ser a falta de capacitação técnica dos profissionais ligados ao setor rural a questão crucial. É, sim, a falta de poder da agricultura, que a torna sempre um instrumento nas mãos dos chamados "planejadores da modernização", cujo único interesse é a formulação de políticas agrícolas voltadas para a expansão do setor urbano-industrial. Geralmente este grupo sai vencedor nos conflitos com os "planejadores da agricultura", defensores de políticas voltadas para o crescimento e a modernização da agricultura. SANTOS (1988) observa que a teoria dos planejadores da modernização atende às aspirações dos defensores da "tese feudal", uma vez que ela incentiva a entrada do capitalismo na agricultura, sem considerar a necessidade de uma reforma agrária.

Segundo MALAVOLTA (1981), os objetivos do setor primário na economia dos países em desenvolvimento são:

- a) fornecer alimento e fibra em quantidades crescentes para

uma população também crescente;

b) abastecer indústrias de transformação;

c) garantir excedentes exportáveis que, na maioria das vezes, são a única fonte segura de divisas para a industrialização e o equilíbrio do balanço de pagamentos;

d) Fornecer fontes alternativas e renováveis de energia.

SIMAN (1988) considera que estes quatro objetivos poderão ser atingidos de duas formas: expandindo a área cultivada ou aumentando a produtividade, esta última sendo a alternativa mais viável, porém dependente de medidas políticas para sua implementação. MONTEZANO et alii (1982) verificam a necessidade de aumentar a eficiência dos instrumentos de mercado, sugerindo a implantação de uma política de estabilização de renda, no sentido de redução do risco da atividade através do remanejamento dos preços mínimos, da política de estoques reguladores e de uma reforma no crédito rural. Estes autores apontam, como uma das principais causas da estagnação das produtividades de vários produtos agropecuários, a descontinuidade a longo prazo, e a assimetria das políticas de preço do governo em épocas de escassez e em épocas de abundância.

A política agrícola brasileira pode ser caracterizada como "eminentemente passiva", imediatista, e voltada para a solução de problemas conjunturais, CUNHA (1982). A maioria dos discursos políticos fala em prioridade agrícola, mas não produzem resultados concretos. Assim, as políticas agrícolas são formuladas mediante a preocupação do governo com problemas de curto prazo, evitando comprometimento com problemas estruturais de soluções a longo prazo.

Políticas imediatistas têm drenado valiosos recursos do setor rural, porém a agricultura vem superando este obstáculo com uma grande capacidade de adaptação, verificada durante os vários planos de estabilização econômica promovidos pelo governo a partir de 1986. Estudos da COMPANHIA DE FINANCIAMENTO DA PRODUÇÃO (1990) mostram que esta capacidade permite traçar perspectivas favoráveis a médio e longo prazos, devendo ser preservadas por meio de políticas mais consistentes. A flexibilização da política, através da transferência do controle dos recursos e da administração da política agrícola para os governos locais, pode aumentar em muito

a sua eficiência.

Para NAKANO (1982), é necessário implantar no Brasil uma política capaz de sustentar uma rentabilidade adequada, valorizando assim, a produção rural e capitalizando o setor. Ao mesmo tempo, é necessário penalizar as terras improdutivas através de uma política tributária capaz de desvalorizá-las, permitindo o acesso daqueles que têm interesse em explorá-las. Este autor afirma que a reestruturação do sistema produtivo rural brasileiro baseia-se nestas duas políticas.

Analisando o papel da agricultura na acumulação capitalista, GOODMAN et alii (1985) identificam como principais fatores as políticas de modernização do Estado e a expansão agroindustrial. Para estes autores, os processos de integração da agropecuária brasileira com a agroindústria vêm diferenciando as percepções e as exigências dos produtores e trabalhadores rurais, dificultando a unificação da luta de classe. Assim consideram improvável que o setor rural se mobilize em torno de um único objetivo, como por exemplo, a reforma agrária. Observa-se que, nas duas últimas décadas, os movimentos rurais mais organizados foram de trabalhadores à margem do processo de modernização, como os trabalhadores volantes e os posseiros da Amazônia. Porém, avaliando a importância estratégica da agroindústria na determinação das relações sociais rurais, evidencia-se a tendência de que as lutas rurais detenham-se mais em questões como preços, financiamento, custos de produção e políticas agrícolas do Estado, do que em questões mais amplas, que exigem reformas sociais e institucionais.

O crescimento extensivo da agricultura nacional a um custo menor, em vez de investimentos visando o aumento da produtividade, a pesquisa e a qualificação dos trabalhadores, evidencia a natureza estática da tecnologia de produção, conforme analisam ABREU NETO (1982), MENDONÇA (1983) e OLIVEIRA (1987).

WEDEKIN & PINAZZA (1984) discutem pontos relevantes da evolução do setor agrícola brasileiro, e fazem propostas de políticas com atenção especial ao financiamento da produção. Analisam o dualismo e o crescimento extensivo da agricultura, mostrando como o meio urbano moldou o processo de produção rural, através da transferência de renda do setor rural para o urbano, a

partir da década de 50, quando se iniciou a perda de importância da agricultura na economia brasileira.

Um aspecto fundamental a ser considerado no processo de modernização da agricultura é o grau de acesso às políticas agrícolas, traduzido, na prática, pela facilidade de obtenção de crédito. Para CARVALHO (1982), o crédito rural está extremamente ligado à concentração e distribuição geográfica da produção. Assim, produtos com maior concentração (área de colheita e grandes produtores), têm tradicionalmente, maiores facilidades no financiamento de sua produção. Deste modo, o crédito rural está organizado para atender quase que exclusivamente ao grande proprietário, enquanto a assistência técnica do governo não se estende eficazmente aos pequenos produtores, fato já denunciado por MOREIRA (1973).

Para PEREIRA (1990) e INSTITUTO NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (1978), os pequenos produtores rurais não são assistidos porque as políticas agrícolas adotadas pelo governo estão voltadas prioritariamente para a maximização da produção de matérias-primas exportáveis e de produtos destinados aos grandes centros urbanos. As organizações sociais da agricultura, tais como sindicatos rurais, associações rurais e cooperativas agrícolas tendem a exercer algum tipo de pressão, porém ainda não são em número suficiente e devidamente treinadas para desempenhar este papel.

Para MUELLER (1982), a formulação de políticas públicas é parte de um complexo processo envolvendo o futuro do regime político e o bem-estar dos setores envolvidos nestas políticas. Estes setores podem ser agrupados em seis categorias: a combinação central, com maior influência, por ser a base dos recursos que mantém o regime no poder; a tendência ideológica com uma concepção de sociedade identificada com a do governo; o grupo de estabilidade, que apresenta uma "oposição leal" ao governo; e o grupo de extra-estabilidade, com o único objetivo de derrubar o governo. Existem ainda os setores não mobilizados, sem influência na formulação de políticas, e os setores externos, formados por outros países e organizações internacionais envolvidas nas políticas que serão formuladas pelo governo. O processo de formulação de políticas é composto pela dimensão social, de escolha de alternativas e, pela dimensão do poder que condiciona

esta escolha.

É necessário considerar na formulação de políticas para o setor, a natureza da demanda de leite e derivados. Conforme estudos de MENDES (1990), os derivados do leite apresentam demanda inelástica com relação à renda, enquanto o leite revela-se produto de consumo bastante elástico. As elasticidades cruzadas da demanda de leite e derivados foram todas negativas para o país como um todo, indicando serem esses produtos complementares. OLIVEIRA (1976) verificou que a demanda de leite é preço-inelástica a curto e a longo prazo. Assim, alertou que na ausência da intervenção do governo, a indústria poderia ser levada a vender menores quantidades de leite, elevando os preços, sendo a redução no consumo ainda maior e o preço pago pelos consumidores maior que o preço de equilíbrio.

Já havia sido evidenciado por CASTRO (1977), que governo e produtores dividiam a responsabilidade pela situação da agropecuária brasileira. Esta situação permanece inalterada até o período abrangido por este estudo (1989-92). O Governo é responsável por não haver mostrado preocupação na elaboração de políticas de longo prazo, visando ao desenvolvimento do setor, deixando falido o sistema de crédito rural e a assistência técnica, inviabilizando novos investimentos e desestimulando a produção. Os produtores são responsáveis por não terem procurado desenvolver suas atividades por seus próprios meios, sempre esperando algum tipo de auxílio do Governo, acostumando-se a ser garantidos por este, através de políticas de preços mínimos e subsídios, e se considerando traídos por políticas com efeitos contrários a seus interesses, como por exemplo, a de importação de leite em pó.

Deste modo o Governo negligenciou a importância da agropecuária na determinação das estruturas de desenvolvimento do país, contribuindo para retardar e dificultar o crescimento econômico. Esta situação mantém-se até hoje, com o esquecimento da agricultura voltada ao abastecimento interno, que nunca tem acesso às linhas de crédito e benefícios anunciadas pelo governo, numa medida favorável apenas à agricultura de exportação.

São fundamentos para a modernização da agricultura brasileira a regulamentação da sua política agrícola, através da clara

definição de seus objetivos e da administração de seus instrumentos de forma consistente com os objetivos, CAVALCANTI (1986) e LOPES (1987).

Criticando as políticas usualmente formuladas para o setor rural, SILVA (1986) apresenta os principais pontos que deveriam ser considerados para a formulação de uma nova política agrícola para o Brasil. Este autor defende uma política diferenciada por tipo de produtor, conforme o volume de negócios, considerando que não basta criar mecanismos de estímulo à oferta para se combater a pobreza e reduzir os desequilíbrios regionais. A formulação de políticas agrícolas deve estar inserida dentro de um contexto mais amplo de políticas redistributivas de renda, principalmente via aumento de salários reais. A política agrícola deve deixar de ser apenas produtivista e incorporar o aspecto social de combate à pobreza e à fome. Uma nova política agrícola deve incorporar uma política de defesa dos produtores, diferenciando as condições de acesso ao crédito rural, considerando instrumentos como preços mínimos e seguro agrícola; e uma política de abastecimento, disciplinando as questões relativas à comercialização e aos incentivos para a sustentação da demanda de alguns produtos básicos.

O trabalho de WEDEKIN & PINAZA (1984) propõe medidas para inserir o setor rural brasileiro no contexto de uma livre economia de mercado. Enfatiza a necessidade de estímulos à rentabilidade das explorações, a implementação de uma política comercial e cambial competitiva para as atividades de exportação. Prevê também a necessidade de uma política fiscal coerente, que reduza a tributação, possibilitando a queda dos preços e a melhoria do nível nutricional da população. Observa que nos países desenvolvidos a carga tributária sobre os produtos agropecuários é mínima, sendo em certos casos, até mesmo, subsidiada, enquanto no Brasil, a tributação chega a até 30% em alguns produtos.

A incorporação dos modernos conceitos de Administração Rural, considerando as unidades de produção como autênticas empresas rurais, é base para a modernização da agricultura. Isto foi evidenciado nos estudos de CALZAVARA (1980), TEIXEIRA (1981), SALLES (1981), SANTOS (1982), KREUZ (1985), SANTOS (1989) e PEREIRA NETO (1989), pesquisando as relações entre o comportamento

administrativo dos produtores rurais, os sistemas de produção e os resultados econômicos, buscando a eficiência gerencial. Este procedimento pode atenuar a interferência do governo no setor rural, mediante o perfeito conhecimento dos custos de produção, da diversificação e da venda direta ao consumidor, conforme análise de SOUZA (1985).

2.2. Perfil dos Produtores de Leite

Este tópico apresenta diversas características dos produtores de leite e de suas empresas, no intuito de procurar definir perfis de empresários e empresas. Um dos perfis foi elaborado por GOMES (1987), classificando-os em três grupos, considerando o tamanho das pastagens, o número de cabeças e a produtividade do rebanho. Esta classificação permite conhecer a realidade do setor produtivo de leite em Minas Gerais, sendo aplicada a todas as regiões do estado. O conhecimento das variáveis mais importantes na estratificação e do perfil tecnológico dos produtores pode contribuir para que os órgãos formuladores de políticas tomem decisões mais direcionadas às reais necessidades do setor.

O pequeno produtor de leite típico de Minas gerais possui cerca de 15 ha de pastagens de capim-gordura, braquiária e grama batatais. Possui uma elevada taxa de lotação de pastagens (0,9 UA/ha), que não são eficientemente conservadas, estando em contínuo empobrecimento. O rebanho é mestiço, e compõe-se de 18 cabeças, sendo 5 vacas em lactação e 4 vacas falhadas. A produtividade média é 2,5 litros/vaca em lactação/dia, e a produção de 12 litros diários. Possui uma área média de 1 ha de capineira, suplementa as vacas em lactação durante 4 meses do ano com concentrado à base de farelo de trigo e fubá de milho, distribuindo até 1 kg/dia/vaca em lactação. A mineralização do rebanho é deficiente, com cerca de 20 g/dia/UA de sal comum. Cerca de 90% da mão-de-obra utilizada é familiar, realizando uma só ordenha diária. A taxa de natalidade do rebanho é 50%, a de mortalidade de animais jovens 15%, e a de animais adultos 5% ao ano.

O médio produtor possui 80 ha de pastagens de

capim-gordura, capim jaraguá, grama batatais e braquiária. A taxa de lotação de pastagens é de 0,7 UA/ha. O rebanho é mestiço, em torno de 1/2 sangue holandês-zebu, e compõe-se de 85 cabeças, sendo 25 vacas em lactação e 15 vacas falhadas. A produtividade média é de 4 l/vaca em lactação/dia e a produção média diária de 100 litros de leite. Possui 3 ha de capineira, suplementa as vacas em lactação durante 5 meses do ano, com concentrado com farelo de trigo, farelo de algodão e fubá de milho. Os concentrados são fornecidos à base de 1,5 kg/dia/vaca em lactação. A mineralização do rebanho é feita com sal comum mais mistura mineral, fornecendo, em média, 30 g/dia/UA. A mão de obra usada é predominantemente contratada, e a mão-de-obra familiar corresponde a 30%. Realiza uma só ordenha por dia. A natalidade do rebanho é 60%, a mortalidade de animais jovens 10%, e de animais adultos 5% ao ano.

O grande produtor possui 200 ha de pastagens, formadas da mesma maneira e com a mesma taxa de lotação que o médio produtor. Porém devido à maior disponibilidade de pastagens, possui as melhores pastagens entre os três tipos. O rebanho é mestiço, predominando o sangue holandês sobre o zebu. Possui 60 vacas em lactação e 25 vacas falhadas. A produtividade média é de 6 litros/vaca em lactação/dia, e a produção diária é de 360 litros de leite. Utiliza silagem para vacas em lactação, tem 6 ha de capineira, suplementa o rebanho com ração durante todo o ano, sendo 3 kg/dia/vaca em lactação durante 5 meses e 1 kg/dia/vaca em lactação no restante do ano. A ração é preparada na própria fazenda, usando farelos e concentrados comerciais e milho desintegrado, na maioria das vezes de sua própria produção. A mineralização do rebanho é com sal comum mais mistura mineral à base de 50 g/dia/UA. A mão-de-obra familiar corresponde apenas a 8% do total. Realiza duas ordenhas por dia durante todo o ano. A natalidade do rebanho é de 70%, a mortalidade de animais jovens 8%, e de animais adultos 4% ao ano.

Estes perfis de produção evidenciam que, apesar de Minas Gerais ser o mais importante Estado produtor de leite do país, ainda permanece com rebanhos de baixa produtividade. Um resumo da participação destes grupos na produção de leite do Estado está no Quadro 5, indicando que o maior potencial de resposta na produção de leite está nos médios e grandes produtores.

Quadro 5 - Participação de Cada Categoria de Produtor na Produção de Leite do Estado de Minas Gerais, 1987.

	Pequeno	Médio	Grande
Número de estabelecimentos	55 %	32 %	6 %
Produção de leite	17 %	38 %	15 %

Fonte: GOMES (1987)

As principais características dos produtores de leite do Sul de Minas e das suas propriedades, foram estudadas por PEIXOTO (1979), possibilitando traçar o seu perfil. A área média por propriedade é 124,6 hectares, e as propriedades são especializadas na produção de leite, com 75,12% da área total dedicada a esta exploração. A idade média dos produtores é 52 anos, independente do tamanho da empresa. Esta média alta justifica-se pelo fato dos proprietários estarem à frente dos negócios até sua morte, quando então os herdeiros, já com idades avançadas, assumem o controle. O grau de escolaridade observado foi de 5,5 anos de estudos formais, correspondendo ao primário completo. O grau de escolaridade aumenta à medida que aumenta o tamanho da empresa rural. Verificou ainda que 63,4% dos produtores residiam na propriedade, e os que residiam na cidade permaneciam, em média, 49 horas semanais na propriedade.

A situação apresentada para Minas Gerais não é diferente de outros estados da região Sudeste, o que pode ser evidenciado pelo estudo de BORTOLETO (1988), na região da Delegacia Agrícola de Marília (SP). Esta autora observou que o pecuarista que produz até duzentos litros de leite por dia utiliza na maior parte mão de obra familiar, e produz em sistema extensivo, com baixa capacidade de utilização das pastagens.

Uma característica importante da estrutura da produção leiteira brasileira é a existência de defasagens típicas, tanto de caráter sazonal, DINIZ (1976), como de caráter plurianual, BARCELOS et alii (1985), ambas decorrentes de restrições biológicas da resposta da produção aos estímulos de mercado. Com base nesta característica, complementa-se a classificação dos produto-

res, considerando: o pequeno produtor, com uso intensivo de mão-de-obra familiar, o produtor especializado, e o pecuarista de corte. Quanto maior a especialização na atividade leiteira, menor a variação estacional. Os produtores especializados, únicos que fazem a complementação alimentar do rebanho nos meses de seca, apresentam grau de sazonalidade (diferença entre safra e entressafra) de no máximo 20%, e os produtores eventuais, safristas ou de atividade mista, uma variação de até 150% de sazonalidade. As distorções que este desequilíbrio da produção causam no mercado mascaram, pela oferta abundante na safra, a situação difícil dos produtores especializados.

(A qualidade do rebanho e o uso inadequado dos recursos têm levado os produtores a uma produção de custo elevado e a um lento processo de descapitalização, segundo BAYMA (1977). Para o produtor especializado, manter a regularidade de produção significa custo fixo mais elevado, devido à manutenção de um rebanho de melhor qualidade, suplementação alimentar e outros cuidados zootécnicos.) No extremo oposto está o produtor de carne, para o qual o custo do leite é praticamente nulo (subproduto). Assim, quanto maior a especialização na produção de leite, menor a sazonalidade, e maior o custo deste produto.

Analisando as características dos agricultores associados à Cooperativa Agropecuária Alto Rio Grande, de Lavras, VILELA (1985) verificou até que ponto os associados estavam preocupados diretamente com decisões de seus interesses. Segundo esta autora, 61% dos associados não participavam de reuniões. Entre os 39% participantes, 23,7% eram grandes produtores, 11,9% médios e apenas 3,4% pequenos. Assim, a cooperativa tendia a beneficiar, em maior escala, os grandes produtores, em termos de acesso à assistência técnica, maior participação nas decisões e nas operações de compra e venda.

Estudando as relações entre fator e produto na pecuária de leite mineira, nos períodos da seca e das águas, CASALI (1981) e FERNANDES (1988a), verificaram que os produtores têm conseguido impedir a redução da produtividade na seca. Isso se deve ao uso de tecnologias diferenciadas para cada período, ao regime de semi-confinamento, e ao padrão genético das vacas em produção.

Ao analisar as empresas leiteiras sob o enfoque de sistemas

sócio-técnicos abertos, OLIVEIRA & ANDRADE (1990) constataram que as empresas rurais devem ser entendidas como participantes de um processo de contínua mudança, e em contato com um ambiente também em mudança. Assim os autores consideram as empresas rurais como um conjunto de variáveis inter-relacionadas e inter-dependentes. Estas variáveis devem ser consideradas para a tipificação mais abrangente e perfeito entendimento das empresas rurais. São consideradas seis variáveis: a teleologia (capacidade das organizações orientarem-se para conseguir alcançar seus objetivos), a estrutura organizacional, a tecnologia, o comportamento humano e social, o ambiente e a variável mudança.

2.3. Caracterização da Política Leiteira Brasileira

Para iniciar a caracterização da política leiteira nacional é necessário conhecer as instituições que decidem ou exercem influência sobre as decisões de políticas ligadas ao setor.

O fluxo do leite é complexo, envolvendo segmentos que muitas vezes apresentam interesses antagônicos: produção, industrialização, distribuição e consumo. Entre os setores governamentais que exercem controle sobre o produto estão o Ministério da Agricultura, através de suas Secretarias Nacionais de Produção e Abastecimento (SNAP e SNAB), mais interessadas nos aspectos teóricos, e a Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN/PR), através de sua Secretaria Especial de Abastecimento e Preços (SEAP), ligada à Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB), organismos mais interessados no abastecimento e no controle dos preços, Figura 1.

Na estratégia de ação governamental, o controle de preços sempre assumiu importante posição na política para o leite. Na maioria dos países ocidentais, o mercado de leite sempre converge para a intervenção do governo, com instrumentos parecidos, principalmente no que diz respeito à estrutura de formação de preços ao produtor.

O sistema de formação de preços utilizado no Brasil visa estimular a produção, reduzir a sazonalidade, e incentivar a destinação do leite para o consumo na forma fluida, garantindo o abastecimento do mercado. No país adotaram-se dois mecanismos de

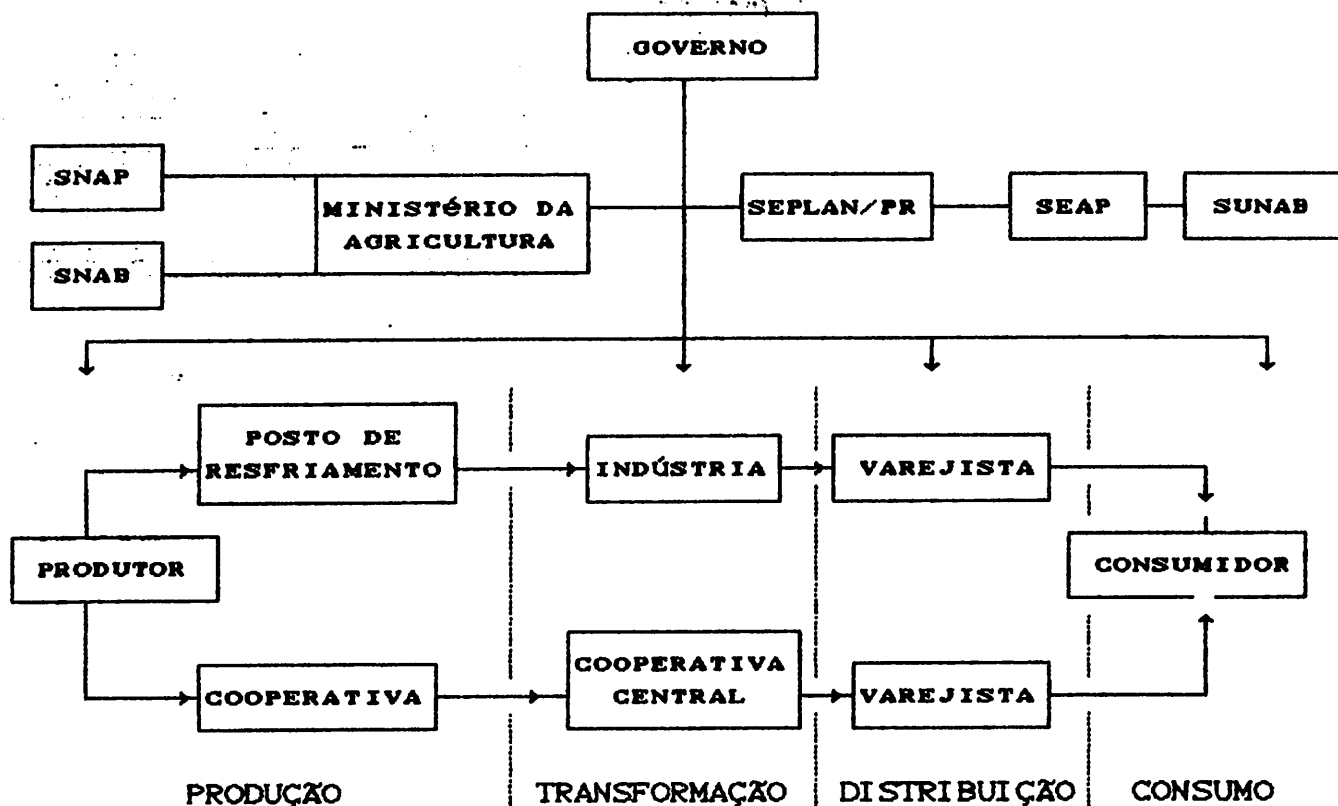


Figura 1 - Agentes e Instituições Componentes do Fluxo do Leite.
Fonte: FAEMG (1982)

diferenciação de preços: o preço recebido pelo produtor é composto de um preço base (cota-consumo) sobre o qual se aplicam descontos conforme o destino da produção (consumo ou indústria), e a época de produção (cota, extra-cota e excesso). A diferenciação por destino considera também o custo de transporte do leite, da fazenda ao posto de resfriamento (primeiro percurso), e deste à indústria (segundo percurso).

A diferenciação de preços entre o leite cota e o extra-cota (excedente de safra em relação à entressafra) é um mecanismo essencial. É por meio dela que o produtor de leite especializado - que mantém o nível de produção constante durante o ano - é motivado através da melhor remuneração de seu produto, a investir na produção, construindo silos, controlando índices zootécnicos, datas de partições, cuidando melhor da sanidade do rebanho e alimentando melhor o gado.

Para MEIRELES (1989) o leite extra-cota até 20% de variação deve ser melhor remunerado, uma vez que considera baixo o nível de 75% do preço de cota, normalmente usado. Por outro lado, os preços para os volumes excedentes que superarem este percentual deveriam ser ainda mais desvalorizados, para incentivar os produtores especializados.

A diferenciação de preço segundo o destino visa a garantir o abastecimento. Espera-se que um preço mais alto, pago pelo leite-consumo, estimule os produtores a destinarem sua produção para o mercado de leite fluido. A garantia de preço mais alto para este mercado reflete as diferenças de rentabilidade do mercado do produto final, evidenciando o maior custo de produção de leite para consumo fluido. O sucesso deste sistema em países do primeiro mundo só foi possível porque os organismos comercializadores do leite são informados sobre a aplicação da matéria-prima pela indústria, nos vários produtos lácteos, contando com o poder de coerção do Estado para garantir o cumprimento dos acordos firmados.

Como no Brasil não existem as condições anteriores, a comercialização do leite é feita entre uma grande quantidade de produtores individuais e a indústria, não existindo órgãos representativos legítimos dos produtores. Assim, os produtores não têm como controlar ou conhecer a distribuição do leite entre seus subprodutos. Além disso, contribui para diminuir ainda mais o poder de negociação dos produtores, a questão da transferência de leite entre as indústrias. Na safra, as grandes empresas laticinistas compram estoques das menores a preços baixos, e na entressafra, repassam-lhes o leite de seus fornecedores.

Analisando o caráter estrutural da crise do leite no Brasil, SOUZA (1981) verificou que o controle de preços pelo governo impediu que as cooperativas de produtores exercessem poder monopolístico; impediu também o correto funcionamento da política de discriminação de preços, desviando o leite, que seria para consumo fluido, para a fabricação de derivados. A falta de poder político das cooperativas deve-se ao fato de que estas ficaram sem autonomia para agir, por terem sido implantadas com a ajuda do governo, que intervinha com medidas de proteção aos consumidores. Por outro lado, deve-se também à presença das multinacionais,

atraindo os fornecedores das cooperativas, por meio da oferta de melhores preços e assistência técnica subsidiada.

Para SOUZA (1979), a impossibilidade das cooperativas agirem como monopolistas impediu que organizações de produtores adotassem uma política de discriminação do preços de leite que tornasse mais vantajoso aos produtores dar prioridade ao mercado de leite para consumo na forma fluida. O ideal seria que a fabricação de derivados de leite fosse feita somente com os excessos resultantes da demanda de leite fluido para consumo.

Discordando da posição anterior, FARINA (1985) afirma que quem define o uso do leite é a indústria, sob um critério de rentabilidade. Também afirma que a fixação do preço do leite fluido acima do preço do leite para a indústria é fictício no Brasil, uma vez que o leite fluido é menos rentável que seus derivados. Além disso, o leite fluido é tabelado visando manter seus preços compatíveis com a renda da população.

A diferenciação de preços conforme a época de produção visa a controlar variações de preços decorrentes da sazonalidade de sua produção, impedindo as crises de abastecimento. O instrumento utilizado é o sistema de preço cota - extra e excesso - para incentivar a produção nos meses de seca. Esta prática reconhece que é mais caro produzir leite nesta época, uma vez que envolve a suplementação alimentar e o controle do período de monta.

O produtor forma sua cota durante os meses de baixa produção, recebendo o preço-cota. Na safra, a produção que excede a cota é classificada como extra-cota, e a partir de um certo volume (excesso), recebe um preço menor. Este sistema estimula a produção na entressafra, tendendo a regularizar a produção ao longo do ano, funcionando, ainda, como mecanismo de controle da oferta e estabilização do mercado.

Para corrigir a instabilidade de preços, o governo promove a fixação de preços mínimos. Porém o sistema difere daquele usualmente aplicado a outros produtos agrícolas, devido à alta perecibilidade do produto, que não permite um programa de compra e estocagem paralelo, a não ser de leite em pó, envolvendo operações industriais adicionais. Assim, o produtor tem garantia de preço, mas não de quantidade a ser vendida àquele preço. Outra diferença é observada quando os preços são fixados visando a atender outros

objetivos, como a diminuição de gastos com o Programa do Leite e o controle do peso do leite nos índices da inflação, o que tem sido diretamente proporcional ao grau de descapitalização do setor produtivo.

Outro instrumento de diferenciação de preços utilizado é a formação de cotas baseadas na história de cada produtor. Assim, a garantia de quantidade é aplicada apenas ao leite-cota, que pode ser formado, por exemplo, a partir da média de produção entregue nos últimos dois anos.

No Brasil atual é extremamente arriscado o investimento e a especialização como pecuarista de leite, uma vez que o retorno é a longo prazo. Elevações de preços são seguidas por aumentos na produção, e o preço é novamente defasado, até que ocorra nova crise de abastecimento. O resultado desta política de preços pode ser percebido no agravamento das características de baixa produtividade e instabilidade da produção. O estímulo da produção de leite, mediante a sustentação do preço ao produtor, leva ao aumento do custo do leite fluido para o consumidor. Para evitar isto, o governo precisaria subsidiar o produto final, mantendo a margem de intermediação.

As políticas elaboradas para regulamentar o mercado necessitam atender mais dois setores diretamente envolvidos, além dos produtores: a indústria e os fornecedores de insumos. Geralmente é a indústria de laticínios que decide quanto pagar ao produtor, o que parece normal até certo ponto, uma vez que, sendo um setor menor, tende a organizar-se com mais facilidade. Por outro lado, o setor de fornecimento de insumos assume, para produtores e indústrias, papel primordial, uma vez que qualquer crescimento anormal de um determinado insumo ou de um grupo destes, tende a afetar diretamente a estrutura de custos do leite e da indústria laticinista.

A política de preços para os consumidores, no Brasil, tem adotado medidas com objetivo de estabelecer preços compatíveis com todos os estratos de renda da população. Usa para isso o tabelamento do leite para o consumidor, com preços nivelados por baixo. Mesmo assim, o consumo de leite é baixo e muito concentrado nas classes de renda mais elevada, evidenciando o fracasso da política de tabelamento como forma de estimular o consumo -

prática que serviu para impedir a manutenção de políticas de preços estáveis para o produtor. Contrapõem-se assim, o preço compatível com o poder aquisitivo da população e o preço que remunera adequadamente o produtor. Com isso, tornam-se sem sentido os dois mecanismos de intervenção no mercado brasileiro de leite: preços mínimos ao produtor e tabelamento.

A política de tabelamento acaba tornando sem função os instrumentos usados para garantir o abastecimento dos mercados urbanos de leite pasteurizado. Assim, "tornam-se necessárias as políticas de importação e reidratação como paliativos para as crises crônicas do leite", FARINA (1985). A questão social se agrava quando se observa que estas crises de abastecimento de leite são mais severas para a população de baixa renda. Isto se dá porque numa situação de escassez do produto, os distribuidores entregam o leite nas regiões de maior poder aquisitivo, com maior densidade de distribuição, o que reduz o custo de transporte por litro de leite.

O preço controlado tende a ser melhor para o produtor quando a oferta é maior - na época das águas - e insuficiente em termos reais na seca. Este sistema penaliza os produtores profissionais, que na entressafra têm custos maiores - relativos à suplementação alimentar intensificada - e preços menores; sendo mesmo assim obrigados a manter sua produção para garantir a cota que dará preferência à compra de seu produto na safra.

Para GOMES (1990c), a liberação do preço do leite no Brasil é um mito, sendo reivindicada pelos produtores, em épocas de oferta abundante, esperando que promova a elevação do preço, e pelos laticinistas, em épocas de escassez, esperando que reduza o preço. Imagina-se que, em ambos os casos, o preço final seria o resultado das forças de mercado. Porém esta condição não existe para o setor leiteiro, onde há muitos produtores e poucos compradores, constituindo-se em um mercado oligopsônio, ROSSETTI (1991). Este fato é comprovado ao observar-se que, em muitos casos, as cooperativas e os laticínios locais funcionam apenas como intermediários da matriz, havendo, assim, um afunilamento da comercialização e ficando o poder de decisão nas mãos de poucos e poderosos compradores finais. Deste modo, a falta de organização e articulação política da maioria dos produtores, a alta

perecibilidade do leite e a estrutura desigual do mercado deixam os produtores em desvantagem, frente à situação de livre mercado para o produto.

A liberação dos preços é defendida por GOMES (1990a) mediante a inclusão do leite em pó na política de preços mínimos. Desse modo, haveria na safra um preço mínimo referente ao custo operacional do produtor que seria pago pelas indústrias, mas que teria uma parte coberta pelo governo, o qual pagaria às indústrias o custo de desidratação, viabilizando a formação de estoques reguladores.

A liberação de preços do leite, e a não intervenção do Governo no processo de negociação, associado ao aumento de produtividade, garantirão o bom desempenho futuro da pecuária leiteira. Com rentabilidade os produtores poderão investir na atividade, reduzindo os custos e aumentando a produtividade. O Governo, a sociedade, produtores e laticínios devem respeitar o mercado, e saber enfrentar as mudanças advindas desta nova situação de livre mercado.

O melhor desempenho dos produtores depende da liberação dos preços do leite pasteurizado aos consumidores, e da continuação da política de formação de preços para que se estimule a produção na entressafra. Depende ainda de medidas que procurem separar ao máximo os safristas dos produtores de leite especializados, favorecendo estes últimos com políticas de cotas. O desempenho do setor leiteiro e a remuneração dos produtores só melhoram quando a economia começa a crescer.

Embora reconhecendo muitas deficiências nas intervenções anteriores do governo, ESTEVES JÚNIOR (1989) não defende a ausência total do Estado, devido ao segmento industrial ser altamente oligopolizado. Para este autor, deve-se ter cuidado ao extrapolar para o leite *in natura* a lógica da liberação do preço dos derivados, que têm preços liberados e dão altas margens de lucro às indústrias. Considera que o consumidor de produtos industrializados tem elevado poder aquisitivo e o gasto de leite para a fabricação desses produtos não chega a 30% da produção nacional.

Defendendo a liberação de preços, MEIRELES (1989) afirma que "a liberdade de preços, com as forças nem sempre racionais de

mercado, implica em riscos, mas quem abdica da liberdade em nome da segurança, não merece nem uma nem outra". Se os produtores conseguirem opor-se à intervenção do Estado nos preços do leite, estarão organizados para defenderem seus interesses, e enfrentarão o jogo das forças de mercado.

Admite BARCELOS (1984) que uma política "pura e simples" de liberação de preços, tanto para os produtores quanto para o consumidores, dada a natureza concentrada da indústria e do comércio de leite *in natura*, pode resultar em redução da oferta de leite. Assim, considera a alternativa de manutenção da política de controle de preços em níveis mais elevados e próximos daqueles que seriam observados em mercado competitivo e sem intervenção. Porém, reconhece também que esta alternativa resultaria em redução do consumo de leite.

A incapacidade das autoridades governamentais em manterem linhas de ação estáveis em relação à produção de leite "in natura" agrava a instabilidade da oferta. Neste contexto, FARINA (1982) formula uma proposta alternativa de política para o setor. Segundo esta proposta o preço pago ao produtor deveria ser negociado a nível regional, estando vinculado a um conjunto de preços de referência para os produtos industrializados. Sobre este preço deveria ser aplicado o sistema cota/excesso de desconto, tendo como objetivo estimular a estabilização da produção ao longo do ano. Esta política considera ainda que o atendimento da população carente deveria ser objeto de programas específicos, e não de subsídios generalizados via preço de mercado.

Devido à instabilidade, a longo prazo, da política de controle de preço, os produtores temem investir para aumentar sua eficiência. Isso resulta em baixo nível tecnológico, baixa produtividade, atividades ineficientes e altos custos unitários. Este processo não discrimina os autênticos produtores de leite dos safristas, e isso aprofunda as crises de abastecimento.

Estudando o aspecto operacional na comercialização do leite, AAD NETO (1973) identificou necessidades de políticas públicas e privadas, visando ao aumento da sua eficiência. Ao setor privado, sugere a reorganização do sistema de coleta de leite, a utilização de veículos com maior capacidade, a ampliação da área de distribuição e a realocação do emprego da mão de obra. Ao setor

público, sugere a implantação de novas rodovias e a melhoria das existentes, além de políticas de incentivo às empresas envolvidas na comercialização. Como consequência, espera a redução nos custos e nas margens de comercialização, beneficiando produtores e consumidores.

Devido às características da pecuária leiteira, uma alteração nos preços recebidos pelos produtores pode ocasionar um aumento ou diminuição relativa na produção em virtude de mudanças no manejo do rebanho; e a médio e longo prazos, uma adaptação na própria infra-estrutura de produção, com ampliações ou reduções no rebanho, nas benfeitorias, equipamentos e pastagens, conforme evidenciado por CRUZ (1977).

Esta relação foi claramente avaliada por VICENTE & VICENTE (1991), em sua análise da resposta da produção de leite, aos preços recebidos pelos produtores, no estado de São Paulo. Foi verificado que as produções foram influenciadas significativamente pelos preços recebidos pelos produtores. Os valores das elasticidades calculados por estes autores indicam que, para ser conseguido acréscimo substancial na produção, as elevações dos preços pagos aos produtores deverão ser na mesma proporção.

Um passo positivo para a evolução do mercado de leite e para a modernização do setor foi dado em outubro de 1990, quando o governo manifestou a intenção de regionalização dos preços do produto, favorecendo aos produtores das regiões mais especializadas. Entretanto, para a regionalização dos preços funcionar, os mesmos devem ser compostos a partir dos custos de produção e de colocação em cada Estado, fazendo-se necessário estabelecer órgãos responsáveis pela elaboração das planilhas de custo de cada região, desvinculando-se da planilha oficial da EMBRAPA.

Analisando a rentabilidade e os riscos associados à adoção de novas tecnologias para a modernização da pecuária leiteira, ZANDONADI (1975) constatou que, para sistemas de produção que proporcionam retornos mais elevados, também se verificam riscos mais elevados. Evidencia-se assim a necessidade de políticas mais estáveis e de longo prazo, que venham a diminuir os riscos. Este autor aborda também a questão da revisão da política de alimentação animal, visando melhor orientar os produtores para que obtenham um menor custo de produção.

A classificação do leite no Brasil às vezes é criticada, propondo-se acabar com os tipos A, B e C, sem contudo oferecer outro sistema melhor. Em outros países, existem vários tipos de leite classificados por atributos de qualidade: integral, semi-desnatado e desnatado, com vitaminas ou com sabores. Porém a tipologia brasileira atual garante alternativas e contribui para o crescimento dos produtores especializados, com qualidade e estabilidade de produção.

O cenário apresentado caracteriza a política do Governo brasileiro para o setor leiteiro, que em última análise apresenta os mesmos problemas de outros países. Uma analogia pode ser feita com a situação do setor leiteiro espanhol. Segundo ALVAREZ et alii (1988), o preço do leite na Espanha é maior que na Comunidade Económica Europeia (CEE), e assim, com a incorporação da Espanha à CEE, haverá uma redução do preço recebido pelos produtores que, devido à política de cotas, não poderão aumentar a produção para compensar a queda no preço. Deste modo, o sistema de cotas, que garantia estabilidade de mercado, acaba penalizando os produtores. A solução proposta pelos autores é a mesma para o Brasil: a redução dos custos de produção, através do aumento da eficiência técnica.

No Brasil, o Governo federal é o maior comprador de leite, através do Programa do Leite, administrado pelo Ministério da Ação Social. Foram comprados, durante os anos de 1990 e 1991, o equivalente a 30% da produção anual de leite no país, destinado ao consumo na forma fluida. Este fato confere uma característica importante ao setor leiteiro no país: o governo tem interesse em manter seus preços a níveis mais baixos, para diminuir seus gastos e também seus efeitos sobre a inflação.

O principal desestímulo aos produtores não é propriamente a sua baixa remuneração, e sim a administração da política de preços atrelada ao controle da inflação, e não do ponto de vista dos custos de produção; RODRIGUES (1986), ROCHA (1986) e GOMES (1990). Esta realidade verifica-se também para o setor de carnes, para o qual as políticas governamentais têm sido conduzidas visando o atendimento de problemas conjunturais, ou seja, para corrigir distorções de curto prazo. Assim, conforme analisa FERNANDES (1988a), ocorre uma situação em que tanto produtores quanto

consumidores se vêem insatisfeitos. Os produtores, pela ausência de políticas de longo prazo, que lhes permitam investir na atividade, reduzindo riscos; e os consumidores porque, mesmo com os preços mantidos artificialmente baixos, para controlar a inflação, não conseguem adquirir quantidades ideais do produto, uma vez que seus salários também são mantidos baixos.

2.4. Pesquisa-ação e Participação Política

"De modo prevaiente, nas instituições de pesquisa agropecuária, as metodologias de pesquisa utilizadas pertencem ao padrão de pesquisa convencional (métodos quantitativos aplicados sem participação dos usuários). Nos últimos anos, sobretudo em função dos interesses dos pequenos e médios produtores, foi experimentada, ou pelo menos discutida, a possibilidade de aplicação de alternativas metodológicas do tipo "pesquisa participante" ou "pesquisa-ação", em matéria de desenvolvimento rural e de difusão de tecnologia." (THIOLLENT, 1988: 87)

O aspecto participativo deste trabalho tomou por base os conceitos e metodologias da pesquisa-ação, um tipo de pesquisa social com base empírica, que é concebida e realizada em associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo, no qual pesquisadores e participantes, representativos dos problemas investigados, estão envolvidos de modo cooperativo e participativo. Este tipo de pesquisa constitui uma forma de engajamento político-social das classes populares. Consiste em organizar a investigação em torno da concepção, do desenvolver e da avaliação da ação desejada. O objeto de investigação não é constituído pelas pessoas, mas pelas situações sociais e seus problemas, buscando a sua resolução ou esclarecimento. Trabalhos baseados na metodologia da pesquisa-ação visam gerar conhecimento científico, adquirir experiência, promover o avanço dos debates acerca das questões abordadas, além de aumentar o nível de consciência das pessoas estudadas.

SEVERINO (1989) define o raciocínio como um processo lógico de pensamento pelo qual, a partir de conhecimentos adquiridos, se pode chegar a novos conhecimentos, fornecendo uma base sólida para

os argumentos. A pesquisa-ação considera raciocínios do tipo inferencial (não limitados às inferências lógicas e estatísticas), e é moldada por processos de argumentação ou diálogo entre vários interlocutores. Visa melhores condições de compreensão, decifração, interpretação, análise e síntese do "material qualitativo" gerado pela investigação, sob formas de simples verbalizações, observações, discursos ou argumentações mais elaboradas. A argumentação manifesta-se significativamente na interpretação dos fatos, das informações ou das ações das pessoas envolvidas na situação. Os aspectos argumentativos encontram-se na colocação dos problemas a serem estudados conjuntamente por pesquisadores, e participantes; nas explicações ou soluções apresentadas pelos pesquisadores e que são submetidas à discussão entre os participantes; nas deliberações relativas à escolha dos meios de ação a serem implementados, e nas avaliações dos resultados da pesquisa e da ação desencadeada.

BORG (1985) discute a questão da cientificidade da pesquisa-ação, buscando fundamentá-la dentro de uma perspectiva de investigação científica, com objetivos práticos de propor soluções, quando possível, e acompanhar ações, ou fazer progredir a consciência dos participantes quanto à existência de soluções, e dificuldades. Este autor alerta para os erros frequentemente cometidos neste tipo de pesquisa: a seleção de problemas triviais como objeto de estudo, sem visualizar aspectos mais abrangentes; o início da pesquisa antes da definição clara do problema; e as conclusões falhas por avaliarem apenas fontes secundárias de dados, sem envolvimento direto com o objeto de estudo.

A preocupação teórica ocupa espaço importante na pesquisa-ação, principalmente quando os problemas tratados não são bem claros no início, e posteriormente originam diversas problemáticas. No contexto organizacional, não é possível desenvolver uma pesquisa sem um referencial teórico de natureza sociológica, tecnológica ou política. THIOLENT (1988) mostra que o papel da teoria consiste em gerar idéias, hipóteses ou diretrizes para orientar a pesquisa e suas interpretações.

O alcance das transformações associadas à pesquisa-ação envolve várias situações distintas. Quando se trata de uma ação de caráter cultural, educacional ou político, os pesquisadores e par-

ticipantes devem estar em condição de fazer uma avaliação realista dos objetivos e dos efeitos, e não ficarem satisfeitos apenas com as declarações de intenção. O desenrolar e a avaliação de uma ação são menos evidentes do que no caso de atos técnicos bem definidos.

LE BORTEF (1985) aborda a pesquisa-ação participante que envolve os membros de um grupo ou comunidade sob o efeito de um problema específico, e realiza uma ação acompanhada de uma reflexão objetiva e de uma avaliação dos resultados. Para HAGUETTE (1987), há uma interação permanente entre a pesquisa e a ação, sendo que a produção de conhecimento se realiza através da transformação da realidade social. A pesquisa-ação atua em situações reais, trabalhando com indivíduos e grupos, sujeita às mais diversas limitações, e não em situações controladas de laboratório. Numa pesquisa-ação os pesquisadores podem conhecer melhor a situação da população estudada, analisar seus problemas, descobrir recursos e formular os melhores modos de agir. Na metodologia de pesquisa-ação, considera-se também a "enquete operária", um tipo de investigação associada a uma ação política, constando de duas etapas: investigação e sensibilização.

Programas internacionais de desenvolvimento rural, junto a populações pobres em países do terceiro mundo, utilizam a metodologia participativa da pesquisa-ação, visando contribuir para a transformação social no meio rural. Pode-se citar o trabalho de RAHMAN (1983) na Índia, Sri Lanka e Bangladesh, buscando promover a conscientização dos camponeses desfavorecidos visando definir seus próprios interesses.

No caso das práticas políticas, a pesquisa-ação trabalha com atividades como: a constituição de um grupo político, a organização de um grupo de adesão, uma denúncia popular da política do governo e a mobilização de um grupo para formular reivindicações e conquistar determinados objetivos. As práticas políticas concentram-se em torno de grupos militantes atuando em organizações político-partidárias, organizações sindicais ou outros tipos de movimentos.

Todas as ações humanas que exercem alguma influência sobre os objetivos de grupos sociais ou sobre regras de convivência são de natureza política. Não há neutralidade política no exercício de

funções públicas ou privadas que influenciem o comportamento social, os direitos e os interesses das pessoas ou de grupos. Manter-se alheio à política é uma forma de antecipar o apoio incondicional a todas as decisões que forem tomadas em seu nome, o que é, em última análise, uma posição política.

No quarto século antes da era Cristã, o filósofo grego Aristóteles já havia enunciado que o homem é um "animal político", porque nenhum ser humano vive isolado, e todos precisam da companhia de outros. Havia conceituado "política" como referente à vida na *polis*, ou seja, à vida em comunidade, às regras de organização dessa vida, aos objetivos comuns, e às decisões sobre todos esses pontos.

Para DALLARI (1984), política é a conjugação das ações de indivíduos e grupos humanos, dirigindo-as a um fim comum. Entidade política é um conjunto de pessoas organizadas, e capazes de agir coordenadamente. Objetivo político é o objetivo permanente de conquista de uma ordem social livre e democrática, com a valorização do trabalho e a garantia de igualdade de possibilidades para todos. Finalmente, problemas políticos são aqueles que afetam os interesses fundamentais de um indivíduo ou de um grupo social, afetando a convivência das pessoas e influenciando sobre a organização, o funcionamento e os objetivos da sociedade.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos considera a participação política um direito fundamental de todos os indivíduos. Em seu artigo 21, consta que todo ser humano tem o direito de tomar parte no governo de seu país, e que a vontade do povo será a base da autoridade do governo.

Como não era possível reunir todos aqueles que tinham direitos políticos, adotou-se o sistema de escolher representantes para falar e decidir em nome de muitos representados. No início deste sistema, os que escolhiam representantes entregavam a estes uma lista de assuntos e da posição que deveriam tomar em relação a cada um. Os representantes assinavam um documento concordando com a perda do mandato se não obedecessem às determinações dos eleitores. Isto mostra a legitimidade e a natureza do início do processo de participação política, muitas vezes esquecido ou deturpado.

A pesquisa-ação é inovadora do ponto de vista científico,

quando é inovadora do ponto de vista social, ou seja, quando tenta colocar o controle do saber nas mãos dos grupos que tomam consciência e se comprometem com a ação coletiva. A função política da pesquisa-ação é relacionada com o tipo de ação proposta e os grupos considerados, estando inserida numa política de transformação. Quando o grupo é desorganizado e desunido, a pesquisa-ação exerce a função de conscientização daqueles que participam da pesquisa, e dos outros para os quais os resultados são divulgados. Na concepção participante do desenvolvimento rural, considera-se que os produtores devem se organizar em torno dos problemas que julgam mais importantes para adquirir a capacidade coletiva de decisão, de controle quanto ao uso dos recursos, e de influência quanto às medidas políticas sobre os assuntos que lhes dizem respeito.

A conscientização política consiste em estimular as pessoas ao uso da inteligência e da vontade, ajudando-as a fugir da alienação e despertando-as para o uso da razão, oferecendo-lhes condições para que percebam todas as variáveis que influenciam sua própria situação e os interesses em jogo, de modo que não se deixem usar e conduzir como seres irracionais. O processo de organização, realizado em parte por este trabalho, consistiu em colaborações concretas, fornecendo e recebendo informações e idéias, para que o grupo de produtores conjugassem seus esforços visando a seus objetivos comuns.

Não se pode conseguir nenhuma mudança profunda na sociedade sem haver primeiro a mudança na consciência de cada um. Não há dúvida de que todo grupo organizado tem a possibilidade de exercer alguma influência política. Os grupos maiores e melhor organizados são capazes até mesmo de adquirir um peso considerável nas decisões dos partidos políticos e do próprio governo.

Para se atingirem grandes objetivos políticos, é indispensável um trabalho organizado. "A participação política mais eficiente é a organizada, aquela que se desenvolve a partir de uma clara definição de objetivos e que procura tirar o máximo proveito dos recursos disponíveis em cada momento, assegurando a continuidade das ações", DALLARI (1984).

A organização de grupos deve ser gerada e desenvolvida durante todo o processo de implantação e implementação de um

programa. . O processo de organização, base para a participação política, é o resultado de um trabalho coletivo e contínuo de descobrir o que fazer, de escolher e articular meios para realizar o que se programou. A organização de um grupo em torno de objetivos comuns é reforçada pelo debate coletivo das metas, dos meios, prazos, recursos e responsabilidades. Deste modo, garante-se a dinamicidade da organização, implicando em sua continuidade, possibilitando atingir os objetivos estabelecidos. A participação refere-se ao envolvimento ativo dos membros do grupo de interesse na tomada de decisão, planejamento e execução, visando à solução de problemas identificados pelo grupo. Estes conceitos são discutidos nos trabalhos de TROMBETA (1989), CRÚZIO (1989) e FONTES (1990).

A organização dos produtores de leite é necessária para que possam exercer influência sobre decisões de seu interesse, conforme evidenciado por SILVA FILHO (1991). Este autor verificou a necessidade dos pecuaristas contarem com um sistema de informações para melhorar o nível de conhecimento da realidade do seu negócio, unindo-se em cooperativas para desenvolver novos mercados e pressionar os formuladores de políticas em direção a seus interesses. BRESSAN (1991) alerta sobre a urgência da união dos produtores de leite por melhores preços, uma vez que, com a sua liberação, o preço é determinado nas negociações entre produtores e indústrias, este último setor já bem organizado.

As reuniões de grupos de produtores constituem uma forma de participação política, e para que produzam resultados, devem ter o máximo de objetividade. Devem ser organizadas, ter um presidente, e secretário, responsável pelas atas, devem manter o caráter democrático, permitindo que todos os participantes exponham e defendam suas opiniões. Finalmente, é necessário que os participantes percebam que alcançaram resultados melhores do que fariam isolados, e que as decisões tomadas terão resultados práticos. Assim, as reuniões devem ter continuidade, podendo contribuir para a conscientização das pessoas e união de esforços, constituindo-se em uma eficiente forma de participação política.

Uma associação é um agrupamento de pessoas, permanente e organizado, visando a determinados objetivos. Seus integrantes precisam ser formalmente aceitos pelo grupo. Quando isto não é

necessário, trata-se de um movimento político. A associação é uma das formas de participação política mais convenientes, por permitir a conjugação de esforços, por garantir a continuidade das atividades, e assegurar a proteção legal para os participantes, DALLARI (1984).

O exercício da crítica é também uma forma de participação política, pois fornece subsídios para que cada pessoa decida conscientemente, e ajude os outros a formarem suas opiniões. Isto é fundamental atualmente, quando os meios de comunicação podem ser manipulados para criar uma falsa imagem da realidade, ocultando fatos ou parte deles, ou apresentando-os de modo a orientar para certa direção a opinião de quem analisa e julga. A faculdade crítica refere-se à identificação de problemas e à capacidade dos indivíduos e do grupo de analisá-los, apontando as possíveis causas e propondo soluções.

(O presente trabalho considera um processo de organização participativa, envolvendo a formação de grupos cujos membros vivem a mesma situação e desenvolvem sua capacidade crítica, unidos por interesses comuns de diagnosticar e avaliar seus próprios problemas e decidir coletivamente sobre as ações a serem implementadas na solução dos mesmos.)

A atual organização do setor leiteiro brasileiro pode ser visualizada do seguinte modo: o produtor se liga ao seu Sindicato Rural que, por sua vez, se liga à Federação e à Confederação correspondentes, em nível estadual e nacional. Nas Federações e na Confederação há Comissões Técnicas que estudam os problemas relacionados com a economia leiteira. Daí surgem as reivindicações e proposições que são encaminhadas às autoridades governamentais.

As indústrias e o comércio se ligam às suas Federações específicas e conseqüentemente nas Confederações Nacionais da Indústria e Comércio que também se dirigem ao Governo em defesa de seus interesses. O sistema cooperativista se liga a uma organização estadual - a OCEMG, no caso de Minas Gerais - que, por sua vez, se liga à Organização das Cooperativas do Brasil ou à Confederação Brasileira das Cooperativas de Laticínios, que levam ao governo as pretensões do sistema, Figura 2.

Finalmente vem o consumidor, com interesses geralmente contrários àqueles envolvidos na produção e distribuição, e que

também pressionam o governo através das Associações de Defesa dos Consumidores.

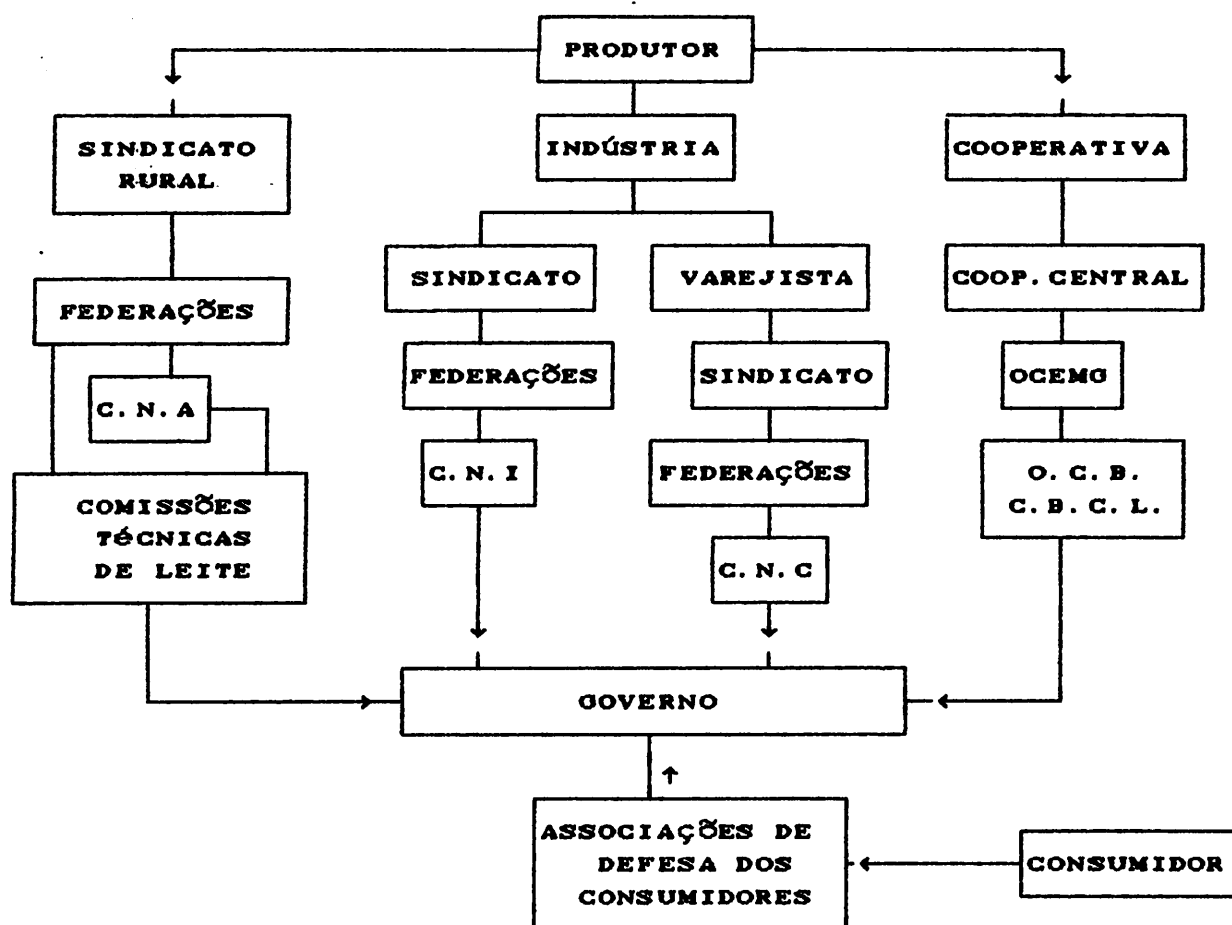


Figura 2- Representações de Classe dos Agentes Envolvidos no Fluxo do Leite, da Produção ao Consumidor Final. Adaptado de FAEMG (1982).

Legenda:

- CNA = Confederação Nacional da Agricultura
- CNI = Confederação Nacional da Indústria
- CNC = Confederação Nacional do Comércio
- OCEMG = Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais
- OCB = Organização das Cooperativas do Brasil
- CBCL = Confederação Brasileira das Cooperativas de Laticínios

É fundamental que os produtores reconheçam a existência desses outros setores que têm interesses diferentes dos seus. A classe produtora deve conhecer bem o seu setor e, alcançar um

consenso sobre as questões de seu interesse, para estar preparada para as negociações com os demais setores interessados, a fim de que haja legitimação intersetorial das decisões, sem o que elas não serão cumpridas.

3. METODOLOGIA

3.1. Universo da Pesquisa

O Estado de Minas Gerais é dividido em 31 microrregiões homogêneas, conforme Figura 3. Somente a região Sul engloba 153 municípios, distribuídos em uma área total de 5.487.621 hectares, representando 8,8% da área total do Estado. A maior parte da área é usada em pastagens naturais, sendo pequena a presença das pastagens formadas, Quadro 6.

Quadro 6 - Utilização da Área Rural da Região Sul de Minas, 1980.

Tipo de uso	% do total
Lavouras permanentes	7,04
Lavouras temporárias	13,65
Pastagens naturais	59,25
Pastagens formadas	8,12
Matas e florestas	9,29
Terras não utilizadas	2,68

Fonte: Anuário Estatístico de Minas Gerais, 1983/84

De acordo com o ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE MINAS GERAIS (1983/84), a população da região Sul de Minas, em 1984, era de 2.198.883 habitantes, o que equivalia a 15,26% da população do Estado. A principal atividade econômica da região é a agropecuária, que é responsável por cerca de 25% do valor da produção agropecuária do Estado. Destacam-se o café e a pecuária leiteira. Em 1980, 42,83% da população economicamente ativa do sul de Minas estava trabalhando na agropecuária.

Em 1980, o rebanho bovino da região era de 2.760 cabeças, e produzia 26,66% do total de leite do Estado. Considerando-se o Sul de Minas isoladamente, havia uma disponibilidade de 1,14 Kg de leite por habitante por dia, muito acima da média nacional. Porém,

há de se considerar que grande parte da produção destina-se ao abastecimento dos grandes centros urbanos.

A região em estudo é bem servida de cooperativas agropecuárias, indústrias de laticínios, e o transporte é facilitado por seis rodovias federais e duas estaduais.

A produção de leite do Estado pode ser dividida em cinco principais bacias leiteiras, conforme a Figura 4.

3.2. População e Amostragem

A população estudada foi formada por produtores de leite tipos B e C da micro -região Sul de Minas - Vale do Rio Grande, Figura 3, considerada uma das regiões de maior desenvolvimento econômico e social do estado. Além de excelente centro médico e industrial, destaca-se também o setor educacional, notadamente as escolas de Ciências Agrárias, constituindo-se esta região um centro de pesquisa em constante expansão. A região ainda é rica em recursos minerais, explorando a industrialização do granito e a produção de calcáreo.

A amostragem foi feita a partir de um grupo de produtores membros da Cooperativa Agropecuária Alto Rio Grande, de Lavras, extratificados por tipo de leite produzido e por produção, mediante consulta prévia, e disposição em participar da pesquisa. Um grupo inicial de oito produtores já vinha sendo acompanhado, em caráter experimental, desde janeiro de 1988, sendo visitado mensalmente, e tendo seus dados coletados para a elaboração de planilhas de custo.

Em 1989, o grupo foi aumentado para quinze produtores, tendo este número variado em função do aparecimento de outros interessados no processo de acompanhamento de suas fazendas, ou ainda em função de eventuais desistências. Neste ano os trabalhos foram intensificados, passando-se a acompanhar mais intensivamente o grupo, mantendo-se duas visitas mensais. Nestas visitas procurou-se apresentar aos produtores um resumo de sua própria situação econômica e do grupo, com relação ao custo de produção do leite e do preço médio recebido, bem como recolher suas opiniões e sugestões.

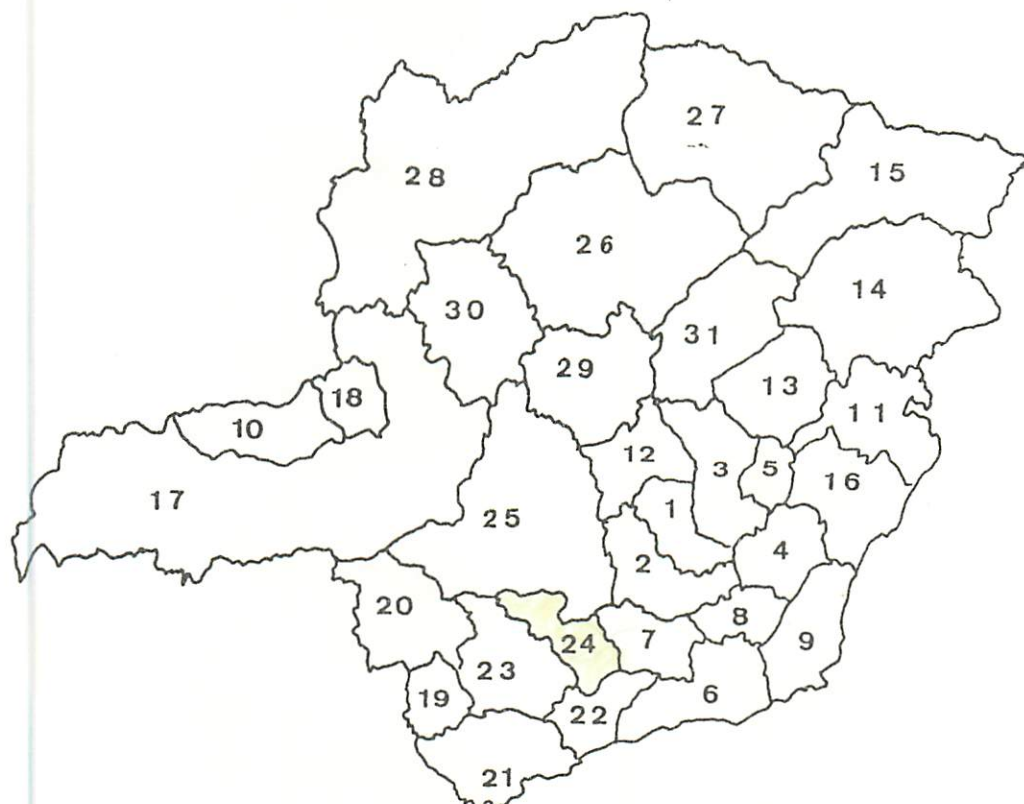


Figura 3 - Microrregiões Homogêneas do Estado de Minas Gerais, destacando-se a Região abrangida pelo estudo.

Legenda:

- | | |
|---|-----------------------------------|
| 1) REGIÃO METROPOLITANA DE BH | 2) REGIÃO CENTRO |
| 3) CENTRO-OESTE DE MINAS | 4) ZONA DA MATA - NORTE |
| 5) VALE DO AÇO | 6) ZONA DA MATA - SUL |
| 7) CAMPOS DA MANTIQUEIRA | 8) MICRORREGIÃO DE UBÁ |
| 9) ZONA DA MATA - LESTE | 11) VALE DO RIO DOCE |
| 10) ARAQUARI E MICRORREGIÃO DO ALTO PARANAÍBA | |
| 12) SETE LAGOAS E MICRORREGIÃO DO ALTO RIO DAS VELHAS | |
| 13) CENTRO NORDESTE DE MINAS | 14) VALE DO MUCURI |
| 15) VALE DO JEQUITINHONHA | 16) VERTENTE OCIDENTAL DO CAPARAÓ |
| 17) PLANALTO DE ARAXÁ | 18) SERRANA DO ALTO PARANAÍBA |
| 19) SUDOESTE DE MINAS | |
| 20) SUL DE MINAS - PLANALTO DE POÇOS DE CALDAS | |
| 21) SUL DE MINAS - VALE DO SAPUCAÍ | |
| 22) SUL DE MINAS - CIRCUITO DAS ÁGUAS | |
| 23) SUL DE MINAS - CIRCUITO DOS LAGOS | |
| 24) SUL DE MINAS - VALE DO RIO GRANDE | |
| 25) CENTRO-OESTE DE MINAS | |
| 26) MONTES CLAROS E REGIÃO MINERADORA DO ALTO JEQUITINHONHA | |
| 27) MICRORREGIÃO DA SERRA GERAL DE MINAS E ALTO RIO PARDO | |
| 28) MICRORREGIÃO SANFRANCISCANA DE JANUÁRIA | |
| 29) MICRORREGIÃO DO MÉDIO RIO DAS VELHAS E TRÊS MARIAS | |
| 30) MICRORREGIÃO DO ALTO MÉDIO SÃO FRANCISCO | |
| 31) MICRORREGIÃO MINERADORA DE DIAMANTINA | |

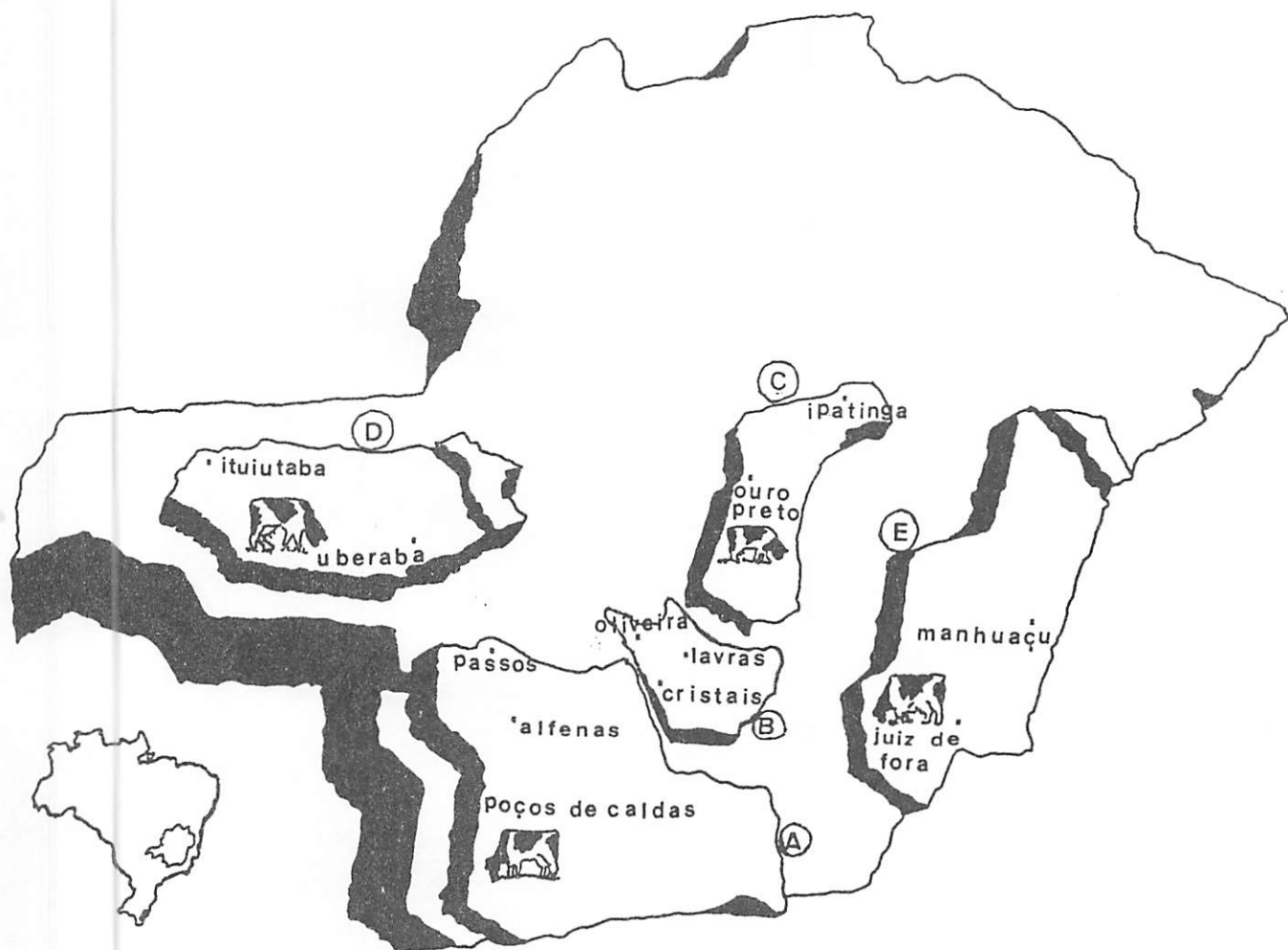


FIGURA 4 - Bacias Leiteiras do Estado de Minas Gerais

Legenda:

- A) Sul de Minas
- B) Vale do Rio Grande, Centro e Campos da Mantiqueira
- C) Metalúrgica
- D) Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba
- E) Zona da Mata e Sul da Região do Rio Doce

Todos os produtores amostrados tiveram suas atividades produtivas acompanhadas, e seus índices zootécnicos determinados durante trinta e seis meses, fornecendo assim informações básicas para a sustentação de reivindicações e elaboração de políticas de interesse comum da classe. Em algumas reuniões, consideraram-se também produtores de outras micro-regiões, como a Região Centro e Campos da Mantiqueira, com a participação de lideranças sindicais, associações rurais e cooperativas agrícolas.

3.3. Levantamento e Processamento dos Dados

Os trabalhos de acompanhamento de fazendas permitem a obtenção de um fluxo contínuo de informações importantes no que se refere à validação e demonstração das tecnologias e sistemas de produção viáveis, a indicação de prioridades de pesquisa para o setor leiteiro e à caracterização dos fatores que interferem na produção de leite. Estes trabalhos enfatizam a determinação do custo de produção nas diferentes bacias leiteiras, EMBRAPA (1988) e PINO (1986).

O acompanhamento das fazendas foi feito junto aos produtores amostrados, procurando levantar todos os componentes dos custos fixos e variáveis. Manteve-se um contato permanente com os produtores, com duas visitas mensais a cada propriedade, bem como contatos esporádicos em suas residências na cidade. Os dados obtidos de cada produtor foram organizados e armazenados eletronicamente, e a análise foi feita utilizando-se as planilhas Lotus 1-2-3, BARAS (1987) e Quattro-Pro, SWENSSON & FIGUEIRA (1989) e BORLAND INTERNACIONAL (1989).

Bimestralmente foram feitas reuniões com os produtores acompanhados, com o objetivo de informar-lhes seus desempenhos, através da divulgação de seus índices zootécnicos e econômicos, individualmente e em grupo. Sempre que possível, os resultados mensais da planilha de custos do grupo de produtores acompanhado foram levados a reuniões com a Associação de Sindicatos Rurais (SIASCOM - Sindicatos Associados do Sul, Centro-Oeste e Mata Mineira) e com a FAEMG.

Os dados mensais de gastos com insumos, produção e

alterações no rebanho foram anotados mediante visitas aos produtores. Paralelamente ao acompanhamento das fazendas e coleta dos dados, procedeu-se à análise e crítica de todas as fases do trabalho, buscando-se a detecção e a correção de erros que pudessem comprometer a análise dos resultados.

3.4. Custos de Produção e Receitas

3.4.1. Modelo de Análise

O modelo de análise baseou-se na metodologia de custo de produção na agricultura, de acordo com LIMA (1987), REIS & GUIMARÃES (1986) e HOFFMANN et alii (1981); e na metodologia específica para o custo de produção de leite, segundo EVANGELISTA FILHO (1979), GOMES (1986), e da EMBRAPA - CNPGL (1989). Considerou-se também a metodologia adotada por OLIVEIRA & VIEIRA (1991) para análise de custos de produção de leite, relações e tendências de preços.

As variáveis consideradas foram todos os componentes que constituem os custos fixos, custos variáveis, bem como a receita da atividade produtiva. Considerou-se a pecuária leiteira como uma atividade de produção conjunta, produzindo simultaneamente leite, matrizes, reprodutores ou carne e esterco.

O cálculo do custo de produção de leite pressupõe o estabelecimento de alguns critérios operacionais que costumam ser motivos de divergências entre diferentes autores. A metodologia apresentada inclui algumas modificações resultantes do trabalho prático desenvolvido e da aprendizagem decorrente.

3.4.2. Período de Análise

Considerou-se o período de um ano civil para análise do desempenho geral da atividade, porém, para fins de acompanhamento das propriedades e discussões a respeito das diretrizes a serem traçadas, consideraram-se avaliações mensais dos custos das respectivas planilhas.

3.4.3. Receita Total

Define-se a receita total como a soma de todas as receitas da atividade leiteira: valor recebido pelo leite, venda de animais e outras vendas que possam ocorrer. Assim, o valor da receita total foi determinado da seguinte forma:

$$RT = Pl. Ql + Pa. Qa + Pr. Qr$$
 , onde

RT = Valor da receita total no período considerado;

Pl = Preço médio recebido pelo leite (Cr\$/litro) no período;

Ql = Quantidade de leite (litros) vendida no período;

Pa = Preço médio da venda de animais no período;

Qa = Quantidade de animais vendidos no período;

Pr = Preços dos subprodutos vendidos ou utilizados em outras explorações;

Qr = Quantidade de subprodutos vendidos ou utilizados em outras explorações.

Considerou-se o preço médio recebido pelo leite aquele valor extraído diretamente da nota fiscal emitida mensalmente pela fonte pagadora (cooperativas ou laticínios). Os preços recebidos pelos produtores de leite C foram médias ponderadas dos preços obtidos nos laticínios, cooperativas e mercados alternativos: vendas a domicílio, padarias, bares e similares.

A venda de animais envolve descarte de animais adultos (vacas, novilhas e touros) e de machos recém-nascidos. No cálculo da venda de animais e leite, inclui também o consumo do proprietário e empregados.

3.4.4. Custo Unitário

A metodologia de cálculo do custo de um litro de leite é discutida, por ser a pecuária uma atividade de produção conjunta. Deste modo, quando se alimenta um rebanho, obtém-se como resultado leite, carne (bezerros) e esterco. O mesmo raciocínio pode ser feito para todos os componentes do custo de produção. Assim como é

difícil separar o destino do alimento nos três produtos, é difícil calcular o custo unitário de um litro de leite. Não é correto entender-se o custo de produção de um litro de leite como o resultado da divisão do custo pela produção de leite, em virtude deste custo se referir a outros subprodutos além do leite. Uma alternativa para contornar este problema consiste em transformar as rendas provenientes de animais, esterco e outros sub-produtos em litros de leite. O resultado é somado à produção efetiva de leite, e servirá de divisor no cálculo do custo de um litro de leite. Este é o procedimento recomendado por GOMES (1986).

No cálculo do custo unitário, dividiu-se o valor da receita total (RT) pelo volume de litros produzido no mês, obtendo-se o valor médio recebido por litro, que foi comparado com o custo total médio, resultante da divisão do custo total pela produção.

3.4.5. Correção de Valores Correntes

Num país inflacionário como o Brasil, com constantes desvalorizações da moeda, faz-se necessário determinar os preços em valores reais, ou constantes. Somente deste modo foi possível manter a planilha mais atualizada, principalmente no que se refere aos custos fixos.

Para o deflacionamento dos preços, adotou-se o Índice Geral de Preços (IGP), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), associado a indicadores de valor estável, como o dólar e o BTN. Para a atualização dos custos fixos, procedeu-se à correção dos preços por estes três métodos, e usando-se a média aritmética dos resultados corrigidos.

Na fase final de elaboração desta dissertação, em virtude do Plano Collor II, que extinguiu o BTN em 01/03/91, as planilhas foram reestruturadas para basearem suas correções de custo fixo nas médias mensais da cotação do dólar (paralelo-venda) e no IGP-DI, conforme cálculo da FGV, divulgado na revista CONJUNTURA ECONÔMICA (1988/91). Usou-se o dólar paralelo em virtude das grandes defasagens entre este e o dólar oficial (ágio), registradas na época. Nestas condições o dólar paralelo era o que melhor exprimia a inflação mensal.

3.4.6. Distribuição do Rebanho

O rebanho bovino é um investimento que pode ser rapidamente transformado em renda, tendo, portanto, alta liquidez. Assim é importante na análise econômica da exploração leiteira, determinar o inventário animal e suas variações. O inventário foi determinado no início do processo de acompanhamento da fazenda, e depois atualizado a cada seis meses.

No cálculo da variação do inventário animal foi usada a seguinte fórmula, com valores reais:

$$VI = E_i + C - V - M + Nas - E_f, \text{ onde:}$$

VI = Variação do inventário animal (Variação Patrimonial)

E_i = Rebanho no início do período considerado (Estoque inicial)

C = Compras V = Vendas M = Mortes Nas = Nascimentos

E_f = Rebanho no final do período considerado (Estoque final)

3.4.7. Distribuição de Despesas não específicas

Nem todas as despesas são exclusivas da atividade leiteira, a exemplo do que ocorre com rações, produtos veterinários e o salário dos retireiros. As despesas que são comuns a várias atividades da fazenda, como uma parte considerável dos custos fixos (equipamentos, benfeitorias) tiveram seus custos rateados entre as atividades contempladas. Do mesmo modo, foram distribuídos entre os meses aqueles insumos comprados em grande quantidade, destinados à manutenção dos estoques, como milho e ração.

3.4.8. Custos Fixos

São considerados fixos os custos que não se incorporam totalmente a curto prazo, fazendo-o em tantos ciclos quanto o permitir sua vida útil. Além disso, não são facilmente alteráveis

a curto prazo, e o seu conjunto determina a capacidade de produção da atividade (escala de produção). A análise dos custos fixos na exploração leiteira é fundamental para verificar como os recursos empregados na produção estão sendo remunerados, e também como está a rentabilidade da atividade, quando comparada a outras alternativas de emprego de capital.

Na determinação dos custos fixos, procedeu-se inicialmente ao levantamento do inventário de todos os itens relacionados com a atividade leiteira, (máquinas, equipamentos, benfeitorias e terras), os quais passaram a fazer parte da planilha de custos. Usou-se, como remuneração da terra própria, o custo de oportunidade representado pelo valor de 1,5 litros de leite diários por hectare. Considerou-se o preço médio mensal recebido pelos produtores. No caso das benfeitorias, máquinas e equipamentos, considerou-se, além do custo de oportunidade (juros reais de poupança: 0,5% ao mês), a depreciação, que é o custo necessário para substituí-los no fim de sua vida útil. Usou-se o método linear para o cálculo da depreciação, de acordo com a seguinte fórmula:

$$D = \frac{Vi - Vr}{Vu} \text{ , onde:}$$

D = Depreciação anual; Vr = Valor residual;
Vi = Valor inicial; Vu = Vida útil.

A determinação da vida útil de uma máquina ou benfeitoria é subjetiva, e cada caso deve ser analisado cuidadosamente. De modo geral, considerou-se uma vida útil de dez anos para máquinas e equipamentos, e de vinte a quarenta anos para benfeitorias, dependendo do tipo de construção. O valor atual foi determinado com base no preço de mercado, para as máquinas e equipamentos, e no custo do metro quadrado construído, para as benfeitorias.

Na maioria dos casos considerou-se o valor residual igual a zero (valor de sucata), simplificando ainda mais o cálculo da depreciação. Assim, no final da vida útil de um equipamento, este não teria valor algum, e o somatório da depreciação já teria pago o valor do equipamento. No caso da reforma de um trator, suficiente para deixá-lo em condição de "novo", o valor da reforma

foi incorporado ao seu custo fixo, e estipulou-se uma nova vida útil à máquina.

Itens considerados na determinação dos custos fixos:

- A. Depreciação: Benfeitorias
 Máquinas, motores e equipamentos
 Reprodutores e animais de trabalho
- B. Remuneração do capital fixo (custo de oportunidade):
 Benfeitorias
 Máquinas, motores e equipamentos
 Touros e animais de trabalho
 Terra
 Animais de produção (fêmeas)

Os animais de produção não foram depreciados por se auto-reproduzirem, sendo substituídos com o próprio crescimento do rebanho.

3.4.9. Custos Variáveis

São considerados custos variáveis os custos que têm duração igual ou inferior ao curto prazo (um mês, para a pecuária leiteira), incorporando-se totalmente no ciclo produtivo, e sendo repostos a cada novo processo. Os custos variáveis são recursos que exigem gastos diretos e a curto prazo. Consideraram-se todos os gastos realizados na condução da atividade. Os componentes dos custos variáveis na produção de leite foram os seguintes:

- (1) Mão-de-obra para manejo do rebanho
- (2) Alimentação dos empregados
- (3) Encargos sociais
- (4) Produtos veterinários
- (5) Rações, concentrados e outros alimentos para o gado
- (6) Leite para consumo dos bezerros
- (7) Forragens verdes
- (8) Silagem
- (9) Minerais
- (10) Inseminação artificial e manejo do rebanho
- (11) Serviços mecanizados e combustíveis

(12) Transporte: leite, animais e insumos

(13) Impostos e associações: ITR/INCRA, FUNRURAL

(14) Gastos com manutenção de máquinas e benfeitorias

(15) Gastos diversos: material de limpeza, uniformes, etc.

(16) Gastos com arrendamento de terra (pastagens)

(17) Remuneração do proprietário: considerou-se três salários mínimos mensais como forma de remuneração do trabalho administrativo desenvolvido pelo proprietário.

(18) Remuneração do capital de giro: é o custo de oportunidade do capital empatado nos custos variáveis. Deve ser calculado independente do capital ser próprio da empresa, ou obtido por financiamento. Usou-se a taxa de juros reais de poupança (6% ao ano). Como o capital de giro não fica empatado durante todo o período, calculou-se a remuneração sobre o capital médio investido (metade deste capital).

3.4.10. Determinação do Custo Total e do Lucro

O custo total da exploração leiteira é o somatório dos custos fixos e variáveis, e a margem líquida ou lucro é determinada pela diferença entre a receita total e o custo total. Assim, usou-se a seguinte relação:

$$CT = (CVT + CFT) \text{ , onde:}$$

CT = Custo total do leite;

CVT = Custo variável;

CFT = Custo fixo.

Dividindo-se estes custos pela produção, temos os custos médios, (custo por litro de leite), que podem ser diretamente comparados aos preços recebidos pelo produtor.

Assim:

$$CFTMe = CFT/P$$

$$CVTMe = CVT/P$$

$$CTMe = CFTMe + CVTMe$$

3.4.11. Determinação dos Índices Econômicos e Análise de Rentabilidade

Numa análise final, a margem líquida ou lucro deve ser maior ou igual a zero, estando a exploração com lucro supernormal ou normal, respectivamente. Isto significa que todos os fatores de produção foram considerados e remunerados na sua melhor alternativa de uso. Remunera-se inclusive a administração do proprietário, e cobrem-se os custos fixos, de modo que o proprietário não sofrerá um processo de descapitalização a longo prazo.

Procedeu-se à análise da planilha mediante a comparação dos resultados mensais ao longo do ano. Considerou-se os custos totais e variáveis médios, em relação aos preços recebidos. Esta foi a base para a tomada de posições políticas junto aos órgãos governamentais.

A ausência de hábito e a pouca experiência em efetuar e manter um arquivo de registros sobre a atividade produtiva rural é apontada como a principal causa da reduzida confiança nos índices técnicos levantados e nos estudos de rentabilidade. SALLES (1981) analisou a intensidade com que os empresários usam as informações produzidas pelos registros na gerência de sua empresa: verificou os efeitos para a sua capacitação gerencial, e em que medida esta capacitação se reflete na rentabilidade e produtividade do empreendimento rural. Durante todo o trabalho, procurou-se incentivar os produtores acompanhados a organizar suas informações, mostrando-lhes a importância da confiabilidade dos dados para sua própria análise final.

3.4.12. Coeficientes Técnicos

Analisando métodos de trabalho em empresas leiteiras com diferentes níveis de produtividade, e utilizando o índice de eficiência de mão de obra, BORGES (1980) verificou que são raros os estudos sobre a organização do trabalho agrícola. Assim, aponta a necessidade de se pesquisarem coeficientes técnicos de produtividade e estabelecer padrões.

Os seguintes indicadores foram utilizados para avaliar o nível tecnológico da exploração leiteira: Volume de leite produzido por área (litros mensais por hectare de pastagem) e Volume de leite por animal em produção (litros diários por vaca em lactação).

Os coeficientes técnicos foram avaliados de acordo com resultados de pesquisa com sistemas de produção. O CNPGL da EMBRAPA, em Coronel Pacheco, tem realizado sucessivas modificações, introduzindo novas tecnologias, visando melhorar a eficiência técnico-econômica do sistema de produção adotado, bem como tornar o modelo mais atrativo na difusão e adoção de tecnologia. Informações sobre o funcionamento do sistemas de produção de leite, índices técnicos e suas adaptações podem ser encontradas em GOMES et alii (1978), GOMES et alii (1979), GEMENTE et alii (1980), SOUZA et alii (1981), SOUZA et alii (1981a), MELO FILHO et alii (1982), FERNANDES (1988b) e LOBATO NETO (1983).

Para base de comparação dos coeficientes técnicos analisados considerou-se dois sistemas de produção de leite, com níveis de tecnologia diferenciados, descritos em EMBRAPA/ACARPA (1975) e EMBRAPA/CNPGL (1986).

Os coeficientes técnicos médios e as metas consideradas ideais para cada tipo de exploração estão sintetizadas no Quadro 7.

Quadro 7. Coeficientes Técnicos Médios Obtidos e Metas Consideradas Ideais para os Sistemas de Produção de Leite I e II.

	SISTEMA I		SISTEMA II	
	OBTIDO	METAS	OBTIDO	METAS
Produção leiteira (Kg/ha/mês)	904,50	478,08	150,00	900,00
Lactação vaca/dia (Kg)	9,86	12,99	6,85	9,86
Capacidade de suporte (UA/ha)	2,25	2,5	1,75	2,5
Natalidade (%)	75	85	75	80
Mortalidade (%)	9	9	9	4
Número de vacas no rebanho	60	60	55	60

Fonte: EMBRAPA/ACARPA (1975), EMBRAPA/CNPGL(1986), adaptado pelo autor.

O Sistema I considera produtores que tem a exploração leiteira como atividade principal e ocasionalmente a venda de

reprodutores, possuindo animais especializados e de bom padrão zootécnico. Possuem máquinas necessárias para a formação de pastagens, fenação ou silagem, armazenamento e distribuição de ração, conjuntos de ordenha mecânica, estábulo forrageiro, sala de ordenha, esterqueira, etc. Estes produtores realizam um bom controle sanitário, e, na alimentação utilizam pastagens perenes de verão e inverno, pastagens anuais, silagem e ou fenação, com concentrado. Além disso, ainda fazem o manejo rotativo racional das pastagens.

O Sistema II considera produtores que exploram a bovinocultura leiteira utilizando animais de padrão zootécnico médio, em sua maioria, animais Holandês Preto e Branco, com graus de sangue superior a 15/16. Estes produtores não fazem registros nem se preocupam com o controle leiteiro. Possuem instalações deficientes e o único equipamento disponível é a picadeira de forragem. Adotam um controle sanitário deficiente, ocorrendo em algumas regiões, alto índice de brucelose e tuberculose. A alimentação é baseada no uso de pastagens nativas, com a suplementação no inverno através de pequenas áreas com capineiras de gramíneas e leguminosas, fornecida no cocho, além da ração concentrada. A maioria não possui pastagem artificial e não faz divisão de piquetes.

Avaliou-se também o grau de sazonalidade dos grupos de produtores de leite C e B. Este coeficiente é dado em porcentagem e refere-se à diferença de produção entre os meses de seca (entressafra) e de águas (safra). Dados de produção de leite no Brasil revelam que normalmente a produção na seca é proporcionalmente menor que nas águas, ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL (1989). MEIRELES (1989) distingue os produtores de leite especializados, com grau de sazonalidade de no máximo 20%, e os produtores eventuais ou safristas, com uma produção na seca até 150% menor que nas águas.

3.5. Mercado de Fatores

Num sistema onde uma área de produção (produção de leite) e outro sistema receptor da produção (indústria ou beneficiamento) trabalham em condições de mercado, torna-se necessário que o nível

de informação seja do conhecimento de todas as partes interessadas. Parcela considerável dos agricultores alegam, principalmente durante o período de intervenção do governo no mercado do leite, que uma das razões fundamentais para elevados custos de produção era sempre uma elevação mais que proporcional dos preços dos insumos básicos (rações, minerais, medicamentos, entre outros), comparados com o preço recebido pelo leite a nível das fazendas.

A indústria de laticínios, um setor bem mais organizado do que o de produtores de leite, quase sempre alega que é impossível o pagamento de preços mais elevados, devido à elevação dos seus custos operacionais. Apesar do leite ser o principal insumo, existem outros insumos básicos adquiridos no mercado de fatores sobre os quais a indústria não tem qualquer tipo de controle, motivo pelo qual tentam manter o preço pago aos produtores em níveis mais baixos.

Os levantamentos básicos sobre o preço dos fatores de produção foram feitos quinzenalmente, em vários estabelecimentos comerciais do município de Lavras, incluindo a cooperativa agrícola local. De posse desses preços, calcularam-se as médias mensais e foram separadas por grupos as categorias que tiveram maiores oscilações de preços, bem como a sua participação nos custos de produção do leite.

Considerou-se preços de fertilizantes e corretivos utilizados na instalação e manutenção de pastagens e capineiras, além de cereais como milho, soja, sorgo e outros, utilizados na alimentação do gado, na forma de silagem ou grãos. Considerou-se também os preços dos principais equipamentos e máquinas utilizadas na produção leiteira, itens de manutenção, mão de obra (salário mínimo), e produtos veterinários. Finalmente, acompanhou-se a evolução dos preços de rações prontas e dos alimentos que entram em sua formulação. A relação dos insumos pesquisados e seus valores mensais nominais encontra-se no Apêndice 3.

No final de cada ano, procedeu-se a uma análise global dessas variáveis. Procurou-se assim orientar todos os setores sobre as verdadeiras tendências dos principais insumos utilizados na pecuária leiteira, bem como as políticas que deveriam ser

seguidas no sentido de pressionar as indústrias fabricantes de insumos, via redução da demanda global, ou mesmo a sua substituição por outros de preços menos elevados.

3.6. Concepção e Organização da Pesquisa

O planejamento de uma pesquisa-ação é muito flexível, não seguindo fases rigidamente definidas. Inicia-se com a fase exploratória, e termina com a divulgação dos resultados, não havendo uma ordem temporal determinada das fases intermediárias, que são executadas e retomadas conforme a situação. A fase exploratória consiste em descobrir o campo de pesquisa, os interessados e suas expectativas, e estabelecer um "diagnóstico" da situação, dos problemas prioritários, as características da população e eventuais ações. Simultaneamente aos primeiros contatos procede-se à coleta de todas as informações disponíveis. Do ponto de vista da pesquisa social, o diagnóstico pode ser visto como um processo de identificação dos problemas de uma situação e decisão de meios adequados para encontrar soluções, como um produto formado pelas informações, a partir das quais são estabelecidas as metas de ação.

A amostragem em pesquisa-ação pode ser feita através da valorização de critérios qualitativos, escolhendo intencionalmente um pequeno número de pessoas, em função da sua relevância e representatividade dentro da situação considerada e da disponibilidade e interesse em participar da amostra. A coleta de dados pode ser feita de várias formas, conforme o objeto de estudo. Sejam quais forem as técnicas utilizadas, os pesquisadores e participantes contam ainda com outras informações que não estavam previstas, o que permite enriquecer os resultados.

Ao investigar e discutir possíveis ações, pesquisadores e participantes realizam um processo de aprendizagem, THIOLENT (1988). Os pesquisadores beneficiam-se da experiência daqueles que vivem a situação estudada. Os participantes aprendem pelas contribuições dos pesquisadores e pela colaboração temporária de especialistas em assuntos técnicos cujo conhecimento for útil ao grupo. Em alguns casos, a aprendizagem pode ser organizada por

meio de seminários ou reuniões, e também pela divulgação de resultados preliminares e material didático.

3.6.1. Reuniões com os Produtores e Busca de "Feed-Back" para a Política de Preços para o Leite

De acordo com CHIAVENATO (1987), o *feed-back* de dados proporciona aprendizagem de novos dados a respeito de si mesmo, dos outros, dos processos grupais ou da dinâmica organizacional. Além disso, o *feed-back*, também chamado retroalimentação, refere-se à maneira pela qual uma pessoa percebe, interpreta e reage ao ambiente que a cerca, ou ao seu empreendimento. Assim, o administrador, responde a alterações no ambiente geral, e ainda manifesta-se em relação a questões que o afetam diretamente.

Através das reuniões bimestrais, foi possível coletar impressões, posições, anseios, bem como captar mudanças nos objetivos e resultados de cada produtor isolado, ou do grupo como um todo. A partir da divulgação dos índices, as reuniões bimestrais visavam à verificação das percepções e comportamentos dos produtores frente ao contexto atual do mercado leiteiro; às políticas de preço do Governo para o setor, bem como às suas expectativas, face à situação econômica do país, e à evolução dos seus custos de produção.

O suprimento de informações foi baseado no levantamento da planilha de custo de produção, no mercado de fatores e no comportamento da indústria de laticínios. Os dados foram organizados, armazenados e processados, e seus resultados submetidos a reuniões com os produtores, com finalidade de analisar e de planejar medidas e posições para negociação com órgãos políticos específicos.

Em um nível mais abrangente, reuniões especiais foram organizadas com representantes de Sindicatos Rurais e associações de produtores das micro-regiões vizinhas. Deste modo, partindo-se de uma amostra restrita, abrangeu-se uma região maior, em virtude da identidade de situações, de problemas, e da busca conjunta de soluções.

Para Bennis, citado por CHIAVENATO (1987), a criação de um centro de documentação e distribuição de informações é importante para a atualização dos produtores, quanto à mudanças tecnológicas, sociais, políticas e econômicas. Este trabalho contribuiu para a manutenção de um centro de informações sobre a produção e o mercado leiteiro, para servir de suporte à negociação das entidades de classe dos produtores com os órgãos do governo, com a indústria e com o mercado de fatores visando a elaboração de políticas para o setor.

Com o objetivo de receber o *feed-back* dos produtores nas reuniões de confrontação, elaboraram-se as seguintes questões reflexivas, que foram sendo modificadas, conforme as mudanças nas políticas governamentais para o setor leiteiro:

1. Como têm se comportado os custos de produção de leite, de cada produtor individual em relação ao grupo acompanhado ?
2. Qual o nível de percepção dos custos fixos pelos produtores ?
3. Como o grupo vê a questão do livre mercado para o preço do leite ?
4. Quais as conseqüências esperadas após a liberação do mercado do leite?
5. Como cada produtor vê a situação atual do preço do leite ?
6. Como cada produtor vê a situação atual do mercado de insumos da pecuária leiteira ?
7. Diante da liberação do mercado para o preço do leite, que atitudes serão tomadas ? Serão feitos investimentos em benfeitorias? Em equipamentos? Em animais ? Qual a prioridade ?
8. O grupo admite possibilidade de uma melhor produtividade numa situação de mercado livre para o leite ?
9. Como cada produtor vê a organização e implementação de trabalhos deste gênero em outros sindicatos rurais, a exemplo do sindicato de Lavras ?
10. Como cada produtor vê a formação de grupos de produtores nos sindicatos rurais, visando à livre negociação com as cooperativas e indústrias ?
11. Qual a opinião do grupo sobre a organização local dos produtores, para a formação de uma base política nos

Sindicatos Rurais do Sul de Minas ?

12. Qual a opinião do grupo sobre a atual política agrícola ?
O setor agrícola, mais especificamente o setor leiteiro, é forte politicamente ?
13. O que pode ser feito pelos produtores do Sul de Minas para melhorar a rentabilidade do leite ?
14. Qual a opinião sobre as reuniões de divulgação e confrontação de resultados técnicos e econômicos, visando à organização dos produtores, e à formulação de políticas para o setor leiteiro ?

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1. Análise da Política Leiteira na Década de 80

Enquanto, na década de 70, a produção brasileira de leite cresceu cerca de 5% ao ano, colocando-o à frente de outros alimentos básicos, HOMEM DE MELO (1983), na década de 80, o setor de pecuária leiteira e de laticínios não apresentou crescimento significativo. Em todo esse período foram observadas altas importações de leite em pó e outros produtos lácteos, promessas não cumpridas do governo de recuperação dos preços do leite, filas de consumidores para comprar leite pasteurizado (muitas vezes reidratado), e laticínios que pagavam preços maiores pelo leite, atraindo fornecedores das cooperativas.

Em março de 1980, foi criada a Secretaria Especial de Abastecimento e Preços (SEAP), com o objetivo de decidir sobre os reajustes para o preço do leite tipo C, que se encontrava tabelado em níveis abaixo dos custos de produção desde 1978. Nesta mesma época, a imprensa divulgava resultados de pesquisas afirmando que o leite C, consumido pela população brasileira, era de baixa qualidade.

Tendo em vista a grande defasagem de preços, a falta de estoques para garantir o abastecimento na entressafra, a denúncia sobre a baixa qualidade do leite C (com 3% de gordura), e visando conter o impacto do aumento do preço do leite sobre a inflação (cujo índice considera o leite C), a SEAP criou um novo tipo de leite, denominado "leite especial", com 3,2% de gordura. Esta

iniciativa contou com o apoio da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), representante dos produtores de leite, que chegou, nesta ocasião, até mesmo a defender a eliminação do leite tipo B, que também tinha seu preço rigidamente controlado.

Deste modo, ao cumprir seu objetivo de reprimir o índice inflacionário, o governo iludiu consumidores e produtores. Os consumidores, porque não houve melhora de qualidade do leite pasteurizado pela adição de 0,2% de gordura, e também porque a criação do "leite especial" contribuiu para a redução do índice de inflação, que entrava na correção de seus salários. Os produtores, porque os financiamentos oferecidos para melhoria da estrutura de produção e da qualidade do leite foram cancelados dois meses depois de anunciados.

Em diversas oportunidades ao longo da década, o governo mostrou conhecer a realidade dos produtores de leite e prometeu melhorar sua remuneração, promovendo recomposições dos preços, sempre defasadas. Prometeu ainda uma política voltada à estruturação do setor leiteiro, garantindo assistência técnica e uma política de estocagem de produtos lácteos.

No final da entressafra de 1981, surgiu a primeira grande oportunidade de liberação de preços da década. O país vivia um ano recessivo, sobrava leite e os estoques de leite em pó importado forçavam a diminuição dos preços. Neste cenário, em setembro de 1981, o governo se viu entre a redução ou a liberação dos preços. A Cooperativa Central de Laticínios do Estado de São Paulo defendia a liberação, argumentando que a redução dos preços deveria ser feita pelo mercado, e não por decreto. A Confederação Nacional da Agricultura (CNA) defendia a redução do preço tabelado e a não-liberação, porque muitos produtores temiam o livre jogo de mercado.

O governo diminuiu o preço para o consumidor, não alterando o preço recebido pelo produtor, mas devolvendo-lhe a responsabilidade pelo custo do "segundo percurso" do leite (do posto de recolhimento à indústria), que antes era a cargo do governo. Ao mesmo tempo, o governo comprometia-se a adquirir parte dos estoques de leite em pó e manteiga, para aliviar as empresas com maiores problemas financeiros. A medida em nada resolveu a situação, sendo que, em um período de 18 meses (junho/81 a

dezembro/82), o preço pago ao produtor de "leite especial" cresceu 78,8%, enquanto a inflação chegou a 168% no mesmo período. Assim, em um ano e meio, uma situação de oferta abundante foi transformada em escassez, sendo novamente o país obrigado a recorrer a importações.

O chamado leite especial durou cerca de cinco anos, tendo sido extinto oficialmente em 17/12/85, causando grandes prejuízos ao setor, por manter inalterada a problemática para a qual foi criado como suposta solução. Nesta época, a política para o leite estava indefinida, e os produtores esperavam que fosse cumprido um cronograma de reajustes de no máximo sessenta dias: quinze dias para levantar os dados sobre custos de produção e até quarenta e cinco dias para sua aprovação pelo Conselho Interministerial de Preços (CIP). O levantamento oficial dos custos de produção era de responsabilidade da Comissão Técnica do Leite, formada por técnicos do Ministério da Agricultura, Ministério da Fazenda, Superintendência Nacional de Abastecimento e Preços (SUNAB) e CNA, O ESTADO DE SÃO PAULO (1985).

No início de 1986, antes da instituição do Plano Cruzado, os produtores se mostravam muito insatisfeitos com a situação do setor leiteiro, e consideravam que havia fortes interesses em jogo para manter a defasagem de preços, não fazendo nenhum investimento na produção. Nesta ocasião, o governo anunciava o início do Programa de Distribuição de Leite para as Crianças Carentes, com a meta inicial de atingir quinze mil crianças em três cidades selecionadas: Brasília, João Pessoa e Natal. A evolução deste programa aumentou em muito a demanda de leite, transformando o governo no principal comprador do produto, o que aliado ao desestímulo dos produtores e retração da produção, obrigaria a grandes importações de leite em pó, para cumprir as metas estabelecidas.

O Programa Nacional do Leite para crianças carentes visava aumento gradual do volume de leite distribuído, e tinha a meta de garantir, em 1991, a distribuição de seis bilhões de litros de leite para quinze milhões de crianças na faixa etária de zero a sete anos, pertencentes a famílias com renda mensal de até dois salários mínimos. MEIRELES (1989) afirma que esta meta era utópica, citando que no ano de lançamento do programa foram

distribuídos cento e noventa e quatro milhões de tiquetes (1 litro cada), e o país precisou importar o equivalente a 2,2 bilhões de litros de leite. Tornando-se grande comprador de leite, o governo passou a reprimir ainda mais os preços pagos ao produtor.

Para o dia do congelamento de preços estipulado pelo Plano Cruzado (15/03/86), estava marcada uma reunião do Conselho Interministerial de Preços (CIP), para a aprovação de um reajuste da ordem de 70% para o leite e, deste modo, foi grande o descontentamento dos produtores, quando foram informados de que os preços estavam "congelados".

Um mês após o lançamento do Plano Cruzado, ao mesmo tempo que prometia medidas de incentivo à produção de leite, o governo anunciava a importação de sessenta e cinco mil toneladas de leite em pó. Para explicar a contradição, o governo dizia que a importação não significava um desestímulo ao produtor, uma vez que era necessário garantir a oferta a curto prazo e formar um mínimo de estoque regulador. Posteriormente, seria mais fácil dimensionar os incentivos e a meta de produção desejada, analisando, inclusive, a possibilidade de preços livres, após encerrada a fase de congelamento.

Desta forma, o panorama geral do setor leiteiro continuava inalterado, registrando forte queda na oferta de leite. O leite importado garantia o abastecimento mínimo na entressafra, e o governo considerava que as medidas para ajustar o setor à reforma econômica aumentariam a produção. Possibilitaria, então, o atendimento dos programas sociais, nas regiões mais carentes, e da população de baixa renda, nos centros urbanos.

A primeira metade dos anos 80 caracterizou-se pela estagnação da produção nacional de leite em torno de onze bilhões de litros. Isso resultou em significativo decréscimo da produção per capita, passando de 0,25 Kg por habitante/dia em 1980 para 0,22 Kg em 1986, EMBRAPA (1988). Esta queda foi aliviada, em termos de abastecimento, em função da redução do poder de compra dos consumidores, decorrente da recessão econômica que o país enfrentou a partir do início da década de 80.

Em junho de 1986, insatisfeitos com os baixos preços e falta de pagamento, pecuaristas mineiros protestaram boicotando o fornecimento de leite à Cooperativa Central dos Produtores de

Leite (CCPL), que na época congregava quarenta e quatro cooperativas de Minas, Bahia e Rio de Janeiro.

Em agosto de 1986, o presidente José Sarney lançou a nova política agrícola de seu governo: concedeu um aumento de 30% aos produtores de leite; criou o Fundo de Desenvolvimento Agropecuário; criou a Caderneta de Poupança Rural do Banco do Brasil, com o objetivo de destinar recursos dos depósitos para financiamentos agrícolas, e criou também o Índice de Preços ao Produtor (IPP), para os preços mínimos, que foram então fixados para os próximos três anos, buscando a atualização automática a cada início de safra.

Durante o ano de lançamento do Plano Cruzado (1986), com uma política populista, o governo garantiu salários crescentes em termos reais, conseguindo grande apoio popular, apesar da evidente falta de responsabilidade na elaboração de seus planos. A evolução do poder de compra dos consumidores provocou séria crise de abastecimento, forçando o governo a maciças importações de leite em pó. O setor laticinista enfrentou nesta época uma concorrência desleal: a das queijarias e fabricantes de iogurtes que, com preços liberados antes do congelamento, estavam com suas rendas garantidas, e podiam pagar aos produtores cerca de 35% a mais que as cooperativas responsáveis pelo abastecimento de leite pasteurizado. Deste modo, perderam grande parte de seus produtores associados para as empresas concorrentes.

Insatisfeitos com a crescente defasagem entre o preço recebido e o custo de produção, durante o ano de 1986 e início de 1987, os produtores de leite protestaram e reivindicaram do governo mudanças no sistema de reajuste do preço do leite. Desse modo, em maio de 1987, foi criada a Comissão Permanente do Setor Leiteiro (CPSL) sob a presidência do Ministro da Agricultura e com representantes dos Ministérios da Fazenda, Planejamento, Indústria e Comércio e organizações de produtores e consumidores. A primeira atividade da CPSL, preocupada em quantificar a defasagem entre custos de produção e preços recebidos, foi a elaboração de uma planilha de custos de produção. Este trabalho deveria ficar a cargo de um órgão com autoridade, competência e idoneidade reconhecida pelo governo, e pelas associações de produtores e consumidores. Assim, coube a responsabilidade de sua elaboração ao

Centro Nacional de Pesquisa de Gado de Leite (CNPGL) da EMBRAPA, localizado em Coronel Pacheco, na Zona da Mata de Minas Gerais.

Reuniões do CNPGL com a CPSL, pesquisadores, extensionistas, produtores e lideranças do setor leiteiro de todas as regiões produtoras do país, definiram os critérios básicos de cálculo do custo, e o perfil tecnológico da unidade produtora que forneceria os coeficientes técnicos para a planilha. Foi adotado o modelo de sistema de produção de leite instalado no próprio CNPGL, e a planilha elaborada por esta instituição, a partir de setembro de 1987, passou a ser a planilha oficial para a orientação da política de preço do leite no Brasil.

O fracasso do Plano Cruzado I levou o país a nova crise econômica, que passou a ser administrada com grande perda no poder aquisitivo dos consumidores, principalmente das classes média e baixa. Em 1987 a política de tabelamento de preço de leite modificou-se em relação àquela praticada no início da década, possibilitando assim, por um momento, que os produtores obtivessem ganhos reais no preço do leite. Neste ano a distribuição de leite para crianças carentes chegou a seiscentos e trinta e seis milhões de litros, atingindo um bilhão e setenta e dois milhões em 1988, volume equivalente a 25% do leite pasteurizado no país. O programa não promoveu a ampliação do mercado, como se afirmava na época: enquanto de 1986 para 1987, o número de tíquetes distribuídos aumentou em quatrocentos e quarenta e dois milhões, o volume de leite pasteurizado cresceu apenas cento e cinquenta e nove milhões de litros, revelando que com os tíquetes, muitas famílias deixaram de pagar pelo leite que já consumiam.

Em 1989, o governo enfrentou o problema de desvios de tíquetes por parte de algumas entidades de classe e grupos de produtores (eram trocados por outros produtos), por falta de leite, em estados onde eram distribuídos mais tíquetes que o volume de leite C ou reidratado ofertado pelos laticínios.

Ao longo da década, o governo tabelou juntamente com o preço do produtor, vários produtos derivados do leite, causando desigualdades no setor de laticínios, por deixar livres alguns produtos, e permitir que as empresas que trabalhavam com os produtos liberados apresentassem um maior crescimento do que as que estavam sob tabelamento.

O ano de 1988 não foi favorável para o setor leiteiro, uma vez que o governo estava praticamente sem estoque de leite em pó, comprometendo o abastecimento interno e, segundo a planilha do CNPGL, o custo de produção de leite C superou, em média, em 48% o preço pago ao produtor. Em dezembro de 1988, a planilha oficial registrou para o leite C um custo total médio de Cz\$ 188,65, contra o preço médio pago ao produtor da ordem de Cz\$ 127,53 por litro. Até o mês de agosto de 1988, o preço do leite pagou os seus custos variáveis, e depois a defasagem aumentou.

A baixa remuneração ao pecuarista, aliada à estiagem prolongada de 1988, causou uma diminuição de 10% da produção na safra de leite de 1989. Nesta época, o próprio CNPGL apontava a importação de leite em pó como solução imediata para suprir o mercado interno, uma vez que o país apresentava um crescimento demográfico da ordem de 2,5% ao ano, e uma tendência decrescente na produção total de leite, conforme Quadro 3. Os técnicos do CNPGL enfatizavam que a produção nacional só poderia ser reativada se o governo corrigisse a defasagem de preços, estimulando os produtores.

Na safra 88/89, poucas indústrias pagaram o preço extra-cota para o leite excesso, diferenciando produtores especializados e safristas. Isto ocorreu porque o nível da produção, declinante desde agosto de 1988, fazia prever falta de leite para garantir os estoques para o abastecimento na entressafra de 1989. Mesmo assim, não se formaram os estoques necessários, e a não formação de cotas agravou ainda mais os problemas nesta época.

Durante toda a década analisada, o governo considerou os produtores como incapazes de suprir a demanda interna, e preocupado apenas em regularizar o abastecimento, passou a utilizar uma política de reidratação de leite em pó, baseada em produto importado, causando novos prejuízos à classe. O setor laticinista tornou-se um aliado do governo, ao usar a reidratação para evitar sua ociosidade, para abastecer seus mercados, e também para evitar que os produtores formassem maiores cotas. Assim, nas águas, com excesso de leite, os laticínios pagavam preços ainda menores pelo excedente, aumentando seus lucros. Deste modo, a reidratação de leite em pó importado, ao invés de uma saída

eventual para uma dificuldade momentânea do país em se abastecer de leite proveniente da produção interna, passou a ser parte de um modelo de abastecimento deliberado, bem planejado e executado de acordo com a "conveniência dos burocratas envolvidos", MEIRELES (1989).

Em virtude das excessivas importações, em 1986 e 1987, o governo estava com elevados estoques, e assim pôde reduzir em grandes proporções os preços pagos aos produtores, sem que os consumidores tivessem problemas de abastecimento. Porém, na entressafra de 1989, com o fim dos estoques e dificuldade de importação, os consumidores enfrentaram filas e racionamento. Quando pôde ser novamente importado, o leite em pó teve que ser subsidiado, causando prejuízos para produtores e consumidores.

O Plano Verão, lançado em janeiro de 1989 congelou os preços mínimos e reduziu a disponibilidade de recursos dos produtores nos bancos. Favoreceu a agricultura de exportação, pela desvalorização cambial, mas provocou a alta dos custos de produção, ao encarecer alguns insumos importados, como fertilizantes e defensivos. A curto prazo, os produtores foram prejudicados, por terem sido controlados os preços de muitos de seus produtos incluídos na "cesta básica", considerada pelo governo.

Ao lançar o Plano Verão, o governo reajustou o preço do leite C em 46% e o do leite B em 37,7%. Mesmo assim, os custos ainda continuaram defasados, caso do leite B, que foi tabelado a NCz\$ 0,38 ao produtor, contra um custo de NCz\$ 0,40. Além disso, os produtores não tinham a garantia de receber NCr\$ 0,38 por litro, pois no caso do leite B, o que determinava o preço para o produtor era sua colocação no mercado. Assim, nesta época, os produtores de leite B recebiam, no máximo, 45% de sua produção a preço de leite B, sendo o restante pago pelas indústrias como leite C.

Outra causa de descontentamento dos produtores era quanto ao sistema de pagamento adotado pela indústria, que era feito entre trinta a quarenta e cinco dias após a entrega do produto. Assim, na época do Plano Verão, mesmo na hipótese de inflação zero, os produtores tinham prejuízos, em razão das altas taxas de juros no mercado financeiro.

A partir de abril de 1989, começou a faltar leite no mercado. A produção caiu 7% de 1987 para 1988, representando, a cada mês, menos oitenta milhões de litros para consumo no país. O governo tinha pequeno estoque e dificuldades de importação, que colocavam o produto a preços superiores que o de mercado, sendo necessário seu subsídio, para não alterar as metas do Plano Verão. Em razão da grande diferença de preços no varejo, entre os tipos B e C (cerca de 100%), os consumidores procuravam cada vez mais o tipo C, cuja oferta insuficiente para o pleno abastecimento, provocou grave crise e escassez do produto.

A política de preços para o leite tornou-se um dos problemas mais graves enfrentados pelo governo na fase pós Plano Verão. Segundo a planilha oficial do CNPGL, em abril de 1989, a defasagem entre preço de mercado e custo de produção estava em 63%, situação ainda pior, quando considerado o preço líquido recebido, depois de descontados os impostos, elevando para 70% a defasagem. Nesta época, os pecuaristas eram contrários à importação de leite em pó, porque o governo não iria conseguir comercializar o leite importado com base nos preços de mercado, sendo necessário subsidiar os consumidores. Assim, ao subsidiar o produto estrangeiro, o governo destruía a pecuária leiteira nacional. Os pecuaristas tentaram mobilizar as usinas para não aceitarem o leite em pó importado, chegando a ameaçar uma greve. A saída encontrada foi desviar o leite para a amamentação dos bezerros, aproveitando-se dos bons preços do boi no mercado.

Outro agravante à política de importação da época foi a diminuição da oferta mundial de leite em pó, o que elevou consideravelmente sua cotação internacional. Assim, enquanto na época do Plano Cruzado (1986), o governo adquiriu leite em pó a US\$ 690,00 a tonelada, em 1990 a tonelada estava cotada a US\$ 2.000,00.

O Plano Brasil Novo, ou Plano Collor I, lançado em 15/03/90, trazendo de volta o cruzeiro, "enxugou" o dinheiro existente no mercado, mudou radicalmente a vida dos brasileiros nos primeiros dias, obrigou a queda dos preços (falta de liquidez no mercado) e, a curto prazo, deu ao governo o total controle da inflação. Suas principais consequências na agricultura como um todo foram os crescentes desequilíbrios entre os preços dos

produtos agropecuários e insumos (mantidos pelo congelamento estabelecido), a falta de correção dos preços mínimos e, finalmente, a falta de dinheiro em poder dos produtores.

O setor leiteiro foi particularmente afetado imediatamente com o lançamento do Plano, uma vez que nos dias 15 e 30 de cada mês era quando as cooperativas e indústrias pagavam os produtores com cheques em cruzados, os quais ficaram bloqueados no Banco Central, GOMES (1990b). A Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais (FAEMG) empenhou-se, com sucesso, em conseguir a liberação deste dinheiro.

Outro efeito do Plano Collor foi a imediata queda no consumo de leite B, estimada em 10% nos grandes centros. Esta queda já era esperada, em virtude da época de safra. Porém, seu consumo deveria subir na entressafra, com a escassez do leite C, o que não ocorreu, em razão dos laticínios optarem por comercializar o leite fluido em vez dos derivados, em virtude da falta de dinheiro no mercado.

O Plano Brasil Novo realizou ainda um corte de 20% no volume previsto pelo programa de leite para as crianças carentes, o que representou uma economia para o governo de vinte milhões de litros por mês, e por outro lado, o lançamento deste volume no mercado, com conseqüente queda no consumo, antes garantido pelo governo. O leite excedente, proveniente do corte no programa, reduziu as importações de leite em pó; porém técnicos do CNPGL\EMBRAPA, previam que a redução no programa do leite não iria provocar grande queda no seu consumo, uma vez que ele já era muito baixo, e por outro lado, a produção também não deveria aumentar porque os preços estariam contidos, ARAUJO (1990).

Em março de 1990, a situação de defasagem persistia. Mesmo após aumento concedido pelo governo, os produtores de leite C tinham custos 2,25% superiores ao preço recebido, conforme a planilha do CNPGL. A única vantagem que o plano trouxe aos produtores de leite foi o fim da desvalorização do seu pagamento; pois com a economia congelada e a inflação baixa, o preço recebido manteria seu valor real, acabando com o problema da defasagem entre a entrega do produto e o pagamento. Quatro meses após o lançamento do Plano Collor, os produtores rurais estavam desanimados com a política do governo, e isso levou analistas

econômicos a preverem um "choque agrícola" até o final de 1990, ROSSI (1990) e GUIA RURAL (1990).

No dia 16/07/90, o ministro da Agricultura, Antônio Cabrera Mano Filho, anunciou a liberação do preço do leite C como "uma conquista histórica" dos produtores rurais, após quarenta e cinco anos de tabelamento. Baseados na planilha de custos do CNPGL/EMBRAPA, fechada em 20/07, indicando a necessidade de um reajuste de 102,71% para o leite C, os produtores, distribuidores e laticinistas promoveram um aumento imediato de 65,43%, esperando recuperar o restante da defasagem em três parcelas mensais. Porém, o governo esperava que o preço fosse aumentado gradualmente, considerando excessivo o aumento adotado pelos representantes do setor. Em reunião com a Comissão de Leite da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), o governo "negociou" um aumento inicial de 10% ou a volta do controle de preços, caso não houvesse acordo. Assim, foi determinado um reajuste de 10%, passando a vigorar um "tabelamento informal", prevalecendo para o setor leiteiro a intenção de preservar a liberação dos preços. Este reajuste correspondeu a um impacto de 0,2% sobre a inflação, considerando apenas o leite, e de 0,3%, considerando os seus derivados, FOLHA DE SÃO PAULO (1990a).

O Ministério da Economia reconhecia a defasagem entre custos de produção e preços de mercado para o leite C, mas só admitia sua recuperação gradativa. O leite B não teve aumento de preço. Os produtores recebiam por consignação (volume vendido), e esperavam que suas vendas aumentassem em decorrência da aproximação dos preços do leite B e C para os consumidores. Nesta época, os produtores firmaram acordo com a Cooperativa Central de Laticínios de São Paulo, para entrega do produto pelo sistema de cota de produção, e não de cota de venda, como vinha sendo praticado até o final do primeiro semestre. Assim o leite seria remunerado pelo total da cota entregue.

No acordo fixado entre a equipe econômica do governo e a Comissão de Leite da CNA, limitando o aumento do leite em 10%, o governo comprometia-se a retomar, no próximo mês, as negociações para definir novos reajustes graduais, a definir linhas de crédito para o setor; a garantir recursos para cumprir sua meta de comprar um bilhão e duzentos milhões de litros de leite C em 1990, para

atender o programa de distribuição gratuita para crianças carentes; a acelerar os estudos para reduzir as alíquotas de importação de alguns insumos da pecuária leiteira; e, finalmente, a examinar a possibilidade de sobretaxar o leite em pó para alguns países, GOMES (1990a).

Outro problema enfrentado pelo governo em sua tentativa de liberalizar o setor leiteiro foi sua cartelização. A Superintendência Nacional de Abastecimento e Preços (SUNAB) constatou que o leite C estava sendo comercializado pelo mesmo preço em vinte e uma capitais brasileiras. Em novembro de 1990, a SUNAB atribuiu à Confederação Brasileira das Cooperativas de Leite a responsabilidade pela formação do cartel. Esta entidade distribuía tabelas de preços de leite, visando uniformizá-las. A SUNAB esclarecia, nesta época, que os preços do leite não foram liberados à cartelização, e que, se alguém tivesse que determiná-los, deveria ser o governo.

Apesar de ter sido liberado em julho de 1990, a prática plena de preços livres para o leite C só ocorreu a partir de novembro. Porém, pouco foi feito para que os produtores tivessem algumas garantias. De qualquer forma, não se esperava que as indústrias de laticínios concordassem com as condições reais de mercado, principalmente devido à recessão enfrentada no final de 1990, FOLHA DE SÃO PAULO (1990b). Assim, a partir de novembro de 1990, o preço do leite resultaria da negociação direta entre produtores e compradores (cooperativas e laticínios). Se a indústria fosse mais eficiente na captação e na comercialização do leite e de seus derivados, poderia remunerar melhor os produtores, podendo assim aumentar as diferenças de preços entre as diversas regiões. Para os produtores, num primeiro momento, as consequências pareciam ser mais fortes, devendo acompanhar as atividades de sua compradora, podendo significar algum ganho. Os sindicatos rurais também mostraram-se preocupados, uma vez que se envolveriam diretamente na comercialização, defendendo os interesses dos produtores. A existência de muitos produtores para poucos compradores, característica marcante do setor, juntamente com a natureza altamente perecível do leite, obrigou os produtores a estarem muito mais atentos à negociação com as indústrias e laticínios, quer seja diretamente, quer seja através de suas

representações de classe, BALDE BRANCO (1990).

Em 1990, os preços dos insumos da produção de leite cresceram, em média, 1.340%, enquanto o preço recebido pelos produtores de leite C cresceu 860%. No período pós Plano Collor (março a dezembro/90), os preços dos insumos tiveram uma alta de 235%, enquanto o preço ao produtor subiu apenas 110%, GOMES (1990b). Estes dados demonstraram a constante defasagem entre os preços recebidos pelos produtores e os custos de produção, diferença que mais se acentua se for considerada a inflação e os prazos decorridos entre a venda do leite e o seu pagamento.

A adoção da planilha de custos do CNPGL como referência para orientar a política de preços do leite não alterou a situação. Em 1991, o governo continuava sendo o maior comprador, para atender ao Programa do Leite para Crianças Carentes, e a importar grande quantidade de leite em pó, a custos elevados. Os custos eram, muitas vezes, subsidiados nos países de origem ou colocados no mercado com subsídio. Os produtores continuavam recebendo valores inferiores aos calculados pela planilha de custos, com pouco ou nenhum poder de influência nas decisões tomadas para o setor. As indústrias sempre tiveram maior força para reivindicar aumentos no preço dos derivados do leite, para equiparar custo e valores finais, mesmo em épocas de preços "controlados".

Com o lançamento do Plano Collor II, em 31/01/91, o Governo Federal decretou o congelamento geral de preços, e pôs fim a três meses de liberação efetiva do preço do leite C. Durante este breve período, produtores, consumidores, usinas e varejistas viveram a liberdade de mercado, tendendo a preços justos para vendedores e compradores. Ao adotar o congelamento de preços e novamente tabelar o leite tipo C, desta vez em apenas dois valores para todo o país, o Governo liquidou as correções iniciais dos preços relativos entre estados e regiões, obtidas com dificuldade, durante os noventa dias de liberação. MEIRELES (1991) observou que não poderia ser mais irônico que tal medida tenha partido justamente do Governo, que vinha acusando o setor da prática de cartel.

O Plano Collor II foi lançado em plena safra de leite, e assim, com o abastecimento garantido, o Governo manteve o

congelamento dos preços agrícolas, associado a uma política salarial restritiva. Porém, não dispunha de estoques reguladores suficientes, e a partir de julho de 1991, houve um maior crescimento nos preços dos grãos e dos produtos de origem animal, com o final da safra (período das águas), MARTIN (1991).

Segundo GOMES (1991a), os benefícios dos produtores estavam ficando cada vez menores. Houve uma diminuição do percentual recebido pelos produtores em relação ao preço final do leite. Enquanto em janeiro de 1990 os produtores receberam 56% do preço pago pelos consumidores, esta relação caiu para 50% em janeiro de 1991. Em março de 1991, a Associação Brasileira dos Produtores de Leite B (APPLB) entrou em acordo com a EMBRAPA para regionalizar a planilha de custos. Assim, a partir desta data, a planilha de São Paulo, para o leite B, passou a ser calculada pela fazenda da EMBRAPA, em São Carlos (SP).

Em junho de 1991, o Sindicato Nacional dos Produtores de Leite (Sind Leite), criado no final de 1990, elaborou um projeto visando à venda direta de leite pelos pecuaristas aos consumidores, sem a intermediação de cooperativas e empresas laticinistas. Este projeto baseava-se no fato de que a constituição de 1988 havia transferido a fiscalização sobre a venda dos produtos de origem animal para as prefeituras e Secretarias Estaduais de Agricultura. Como ainda não existia legislação estadual neste sentido, o Sind Leite elaborou um projeto de lei municipal, autorizando o funcionamento de micro-usinas de pasteurização em estábulos, e a venda direta do leite. Acreditava-se que, com melhor remuneração dos produtores, haveria aumento na produtividade do rebanho, e o excedente do leite poderia ser negociado com as cooperativas e laticínios, FREITAS (1991), GOMES (1991b). Experiências pioneiras de instalação de microusinas de pasteurização na própria fazenda, e comercialização direta no município foram realizadas, com sucesso, a partir do segundo semestre de 1991, em Guaranésia e Poços de Caldas, no Sul de Minas.

4.2. Resultados Econômicos

4.2.1. Preços Recebidos

Em dezembro de 1991 (base dos valores reais calculados), os produtores de leite B e C receberam respectivamente por litro de leite Cr\$ 255,00 e Cr\$ 180,36 (diferença de 29,27%). Alguns produtores de leite C, apresentaram como peculiaridade a venda de leite em mercados alternativos, além das cooperativas e laticínios, o que lhes garantiu bons rendimentos, tendo em certos casos, equiparado ou até mesmo superado os preços recebidos pelos produtores de leite B, que entregavam toda a sua produção aos laticínios e cooperativas, a um só preço.

O Quadro 8 mostra os preços reais máximos e mínimos recebidos pelos produtores no período analisado, e suas respectivas variações percentuais. A variação destes preços, juntamente com a dos custos está representada nas Figuras 5 e 6.

Nota-se, Quadro 8, que os preços reais máximos e mínimos ocorreram no período da seca (entresafra), ocasião em que a oferta geralmente diminui drasticamente, daí a tendência natural de aumentar os preços pelo livre jogo das forças de mercado, como ocorreu em agosto de 88, com o leite B, que não era submetido a um controle de preços tão rigoroso quanto o leite C. Porém a entressafra também é a época em que o governo acompanha mais atentamente a evolução dos preços, chegando a usar medidas mais severas para manter seu preço acessível aos consumidores, penalizando os produtores com o tabelamento dos preços a níveis muito baixos, a exemplo do ocorrido em outubro de 88 com o leite C. Estes resultados estão de acordo com os obtidos por DINIZ (1976) e BARCELOS (1985), evidenciando a estagnação do setor.

Quadro 8 - Preços Reais Médios, Máximos e Mínimos, Recebidos Pelos Produtores de Leite Tipos B e C, em Cruzeiros de Dez/91 por Litro, 1988 a 1991.

	Maior preço	Época	Menor preço	Época	Variação
Leite B	446,94	Ago/88	221,31	Set/90	50,49 %
Leite C	288,28	Jul/91	163,37	Out/88	36,75 %
Variação	42,21 %		26,18 %		

Fonte: Dados da pesquisa

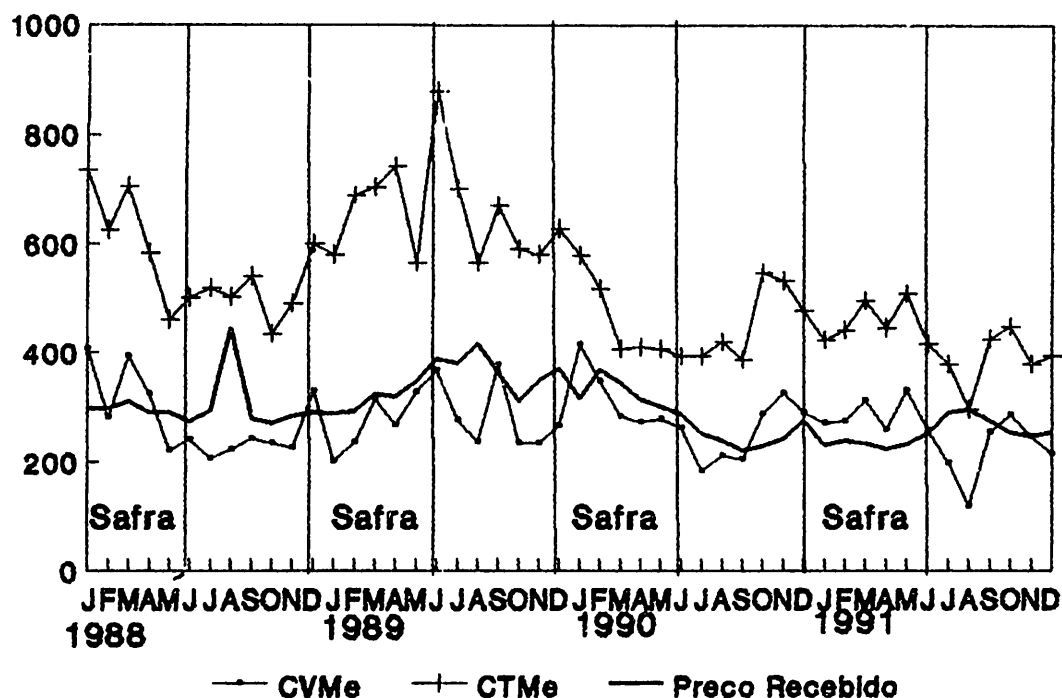


Figura 5 - Comparação entre Preços Reais Recebidos e Custos de Produção por Litro, em Cruzeiros, (de Dezembro de 1991), Leite Tipo B, 1988 a 1991.

Pela Figura 5 e Quadro 11 percebe-se que em nenhum momento os preços recebidos pelos produtores de leite B superaram os custos totais médios. Estes preços superaram os custos variáveis nas entressafras, ficando abaixo ou praticamente igualando aos mesmos nas safras, refletindo o comportamento esperado, por se tratar de um produto que não tinha um controle de preços muito rigoroso pelo governo, estando numa situação de mercado mais liberal que o leite C. Esta situação não alterou-se com a liberação dos preços, a partir de novembro de 1990.

Em 1988 a elevação das taxas de juros para a agricultura e as dificuldades impostas ao crédito rural, causaram o aumento dos custos de produção e seu repasse aos preços dos produtos agropecuários, verificando-se, neste ano, um substancial aumento do preço real recebido pelos produtores de leite B (Figura 5), e por outro lado, uma queda nos preços rigidamente controlados do leite tipo C (Figura 6). O governo promoveu o achatamento de preços do leite C, visando reprimir o índice inflacionário, uma

vez que era este o tipo de leite considerado em seu cálculo.

O período analisado caracterizou-se por grandes variações dos preços do leite B, com tendência decrescente a partir de janeiro de 1990. Já os preços do leite C comportaram-se de modo mais uniforme (variação máxima de 36,75%, contra 50,49% para o leite B), com variações consideráveis apenas nos períodos de seca, mantendo-se mais ou menos constante durante a safra. Isto reflete a maior preocupação do governo em manter seu preço em um nível mais ou menos constante, em virtude de sua influência no cálculo da inflação. Em 1989, com o fim do estoque de leite em pó e dificuldades de importação, os consumidores enfrentaram filas e racionamentos, com elevação dos preços e da procura do leite B, devido a escassez de leite C. Assim, houve uma elevação do preço real recebido pelo leite B, acompanhada por alta no custo de produção, Figuras 5 e 6.

Estes resultados contradizem os obtidos por VICENTE & VICENTE (1991), que encontraram resposta significativa da produção de leite aos preços recebidos. No caso analisado, as elevações do preço do leite nos períodos secos não conseguiram provocar aumento proporcional no volume produzido no curto prazo, uma vez que isso demandava investimentos de longo prazo (custos fixos), os quais os produtores receavam em praticá-los, devido à instabilidade de preços vigente.

Pela Figura 6 e Quadro 12, percebe-se que em nenhum mês os preços recebidos pelos produtores de leite C superaram os custos totais médios, concordando com os resultados obtidos por BAYMA (1977), ressaltando o estado de descapitalização do setor. Estes preços superaram os custos variáveis apenas nas épocas de safra, ficando abaixo ou praticamente igualando aos mesmos na entressafra, época em que o governo exercia um controle mais rigoroso. Em 1991, na primeira entressafra após a liberação, esta relação começou a inverter-se, com o preço recebido tendendo a ser maior na entressafra, a exemplo do que já ocorria com o leite B.

Na safra 88/89 poucas empresas pagaram o preço de extracota para o leite excesso, diferenciando produtores especializados e safristas. Isto se deu porque o nível da produção, declinante desde agosto de 1988, fazia prever falta de leite para garantir os

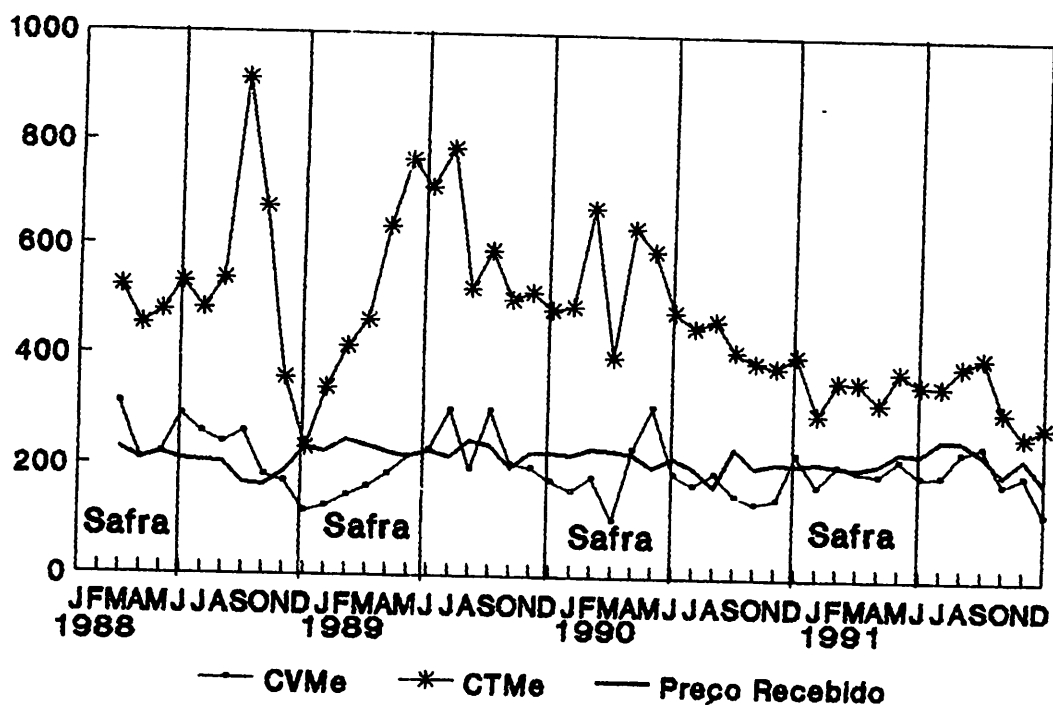


Figura 6 - Comparação entre Preços Reais Recebidos e Custos de Produção por Litro, em Cruzeiros (de Dezembro de 1991), Leite Tipo C, 1988 a 1991.

estoques para o abastecimento na entressafra de 1989. Mesmo assim não se formaram os estoques necessários e, a não formação de cotas, agravou ainda mais os problemas enfrentados pelos produtores na época. Como agravante da situação estima-se que nas safras de 1989 e 1990, cerca de 40% do leite B produzido no país foi comercializado como leite tipo C, diminuindo ainda mais a rentabilidade do setor.

O Quadro 9 mostra a evolução mensal dos preços e custos reais para o leite tipos B e C, em cruzeiros por litro, e a respectiva relação preço/custo. Os preços recebidos pelos produtores estão vinculados também à demanda de produtos lácteos. Quando a demanda se expande, os preços dos produtos sobem na média, havendo ganho real pelos produtores, uma vez que a formação de preços médios inclui o leite pasteurizado e os derivados. Os bons preços recebidos em 1987 foram sustentados pela demanda, em muito influenciada pelo programa de distribuição gratuita de leite pelo governo, evidenciando o efeito da preocupação social das políticas governamentais, conforme ressaltado por SILVA (1986).

Quadro 9-Evolução Mensal dos Custos de Produção (CTMe) e Preços Recebidos Pelos Produtores de Leite Tipos B e C, Valores Reais em Cruzeiros (de Dezembro de 1991), Corrigidos pelo IGP-DI, 1988 a 1991.

	Mes	LEITE C		LEITE B		Relacao Preco/Custo	
		Custo	Preco	Custo	Preco	Leite C	Leite B
1988	JAN	---	---	735,37	297,28	---	0,40
	FEV	---	---	625,82	297,26	---	0,47
	MAR	525,11	229,74	705,62	311,79	0,44	0,44
	ABR	454,48	211,01	584,33	292,16	0,46	0,50
	MAI	749,69	222,71	462,56	291,24	0,30	0,63
	JUN	533,12	210,02	500,81	274,64	0,39	0,55
	JUL	484,54	207,66	519,15	294,18	0,43	0,57
	AGO	540,05	204,85	502,80	446,94	0,38	0,89
	SET	915,37	168,13	541,75	280,22	0,18	0,52
	OUT	671,61	163,37	435,64	272,28	0,24	0,63
	NOV	359,81	189,38	492,38	284,06	0,53	0,58
	DEZ	232,75	232,75	601,28	290,94	1,00	0,48
1989	JAN	340,64	227,09	580,35	290,18	0,67	0,50
	FEV	417,31	248,13	687,99	293,24	0,59	0,43
	MAR	465,46	238,14	703,61	324,74	0,51	0,46
	ABR	637,92	226,36	740,80	318,96	0,35	0,43
	MAI	766,80	219,09	565,97	346,89	0,29	0,61
	JUN	713,02	230,47	878,68	388,92	0,32	0,44
	JUL	788,34	219,27	699,59	381,12	0,28	0,54
	AGO	524,10	248,66	566,18	416,98	0,47	0,74
	SET	594,92	239,62	669,28	363,56	0,40	0,54
	OUT	504,66	199,10	591,39	311,47	0,39	0,53
	NOV	517,88	226,83	580,73	349,81	0,44	0,60
	DEZ	486,61	227,76	626,56	370,45	0,47	0,59
1990	JAN	493,26	222,95	578,93	316,60	0,45	0,55
	FEV	673,83	235,56	518,54	368,84	0,35	0,71
	MAR	400,00	231,28	407,01	344,28	0,58	0,85
	ABR	636,43	226,47	410,26	314,25	0,36	0,77
	MAI	595,02	202,70	407,52	302,09	0,34	0,74
	JUN	485,38	219,90	394,09	287,43	0,45	0,73
	JUL	457,17	201,61	393,39	254,07	0,44	0,65
	AGO	470,61	169,42	420,41	240,16	0,36	0,57
	SET	413,12	240,28	386,75	221,31	0,58	0,57
	OUT	394,58	203,79	547,64	230,15	0,52	0,42
	NOV	385,34	212,61	532,44	242,94	0,55	0,46
	DEZ	407,36	210,66	478,79	276,85	0,52	0,58
1991	JAN	300,80	214,11	424,05	232,64	0,71	0,55
	FEV	360,65	208,35	442,46	240,34	0,58	0,54
	MAR	358,48	203,10	495,95	235,20	0,57	0,47
	ABR	323,51	212,80	447,22	225,62	0,66	0,50
	MAI	378,64	234,72	510,63	233,53	0,62	0,46
	JUN	356,77	231,12	417,00	252,64	0,65	0,61
	JUL	354,29	258,28	378,49	290,99	0,73	0,77
	AGO	391,13	258,10	296,21	297,20	0,66	1,00
	SET	407,31	233,26	425,98	276,68	0,57	0,65
	OUT	309,85	196,18	449,39	255,29	0,63	0,57
	NOV	264,71	227,47	379,14	248,02	0,86	0,65
	DEZ	283,71	180,36	394,64	255,00	0,64	0,65
Valor Maximo	915,37	258,28	878,68	446,94	1,00	1,00	
Valor Minimo	232,75	163,37	296,21	221,31	0,18	0,40	

4.2.2. Custos de Produção

Os custos apresentados são os custos totais (fixos e variáveis), expressos em termos médios (CTMe). Deste modo, era esperado que os custos reduzissem na época das águas quando a produção do leite C aumentava, em decorrência da sua sazonalidade.

Os custos de produção do leite B foram mais elevados, em valores reais, durante todo o ano de 1989, e os custos reais do leite C, foram mais elevados nas entressafras (secas) de 1988 e 1989, Figuras 5 e 6.

Em dezembro de 1991 o custo de produção do litro de leite B foi Cr\$ 394,64 e o de leite C, Cr\$ 283,71 (diferença de 28,11%). Durante o período analisado verificou-se uma tendência do custo do leite B, em termos médios, ser mais elevado que o do leite C. Isto era esperado, em virtude dos produtores de leite B possuírem maiores investimentos (infraestrutura específica), porém esta diferença acentuou-se quando observou-se que, de modo geral, os produtores de leite B estavam sub-utilizando o potencial disponível e o capital investido. Isto pôde ser evidenciado, por exemplo, quando se constatou um produtor com instalações com capacidade para 1000 litros de leite por dia, operando com número reduzido de animais e produzindo 400 litros diários. Estes resultados estão de acordo com os obtidos por VIEIRA (1980) e OLIVEIRA (1982).

O custo médio real mais elevado para o leite C ocorreu na entressafra de 1988, ocasião em que geralmente ocorre uma significativa redução no volume produzido, pois nem todos produtores de leite C fazem a suplementação alimentar necessária para manter o nível de produção durante a seca. Isto foi agravado com a forte estiagem e geadas de 1988, prejudicando seriamente as pastagens, reduzindo ainda mais a produção, Quadro 10.

Quadro 10: Custos de Produção por Litro, Máximos e Mínimos, Leite Tipo B e C, em Cruzeiros (de Dezembro de 1991), 1988 a 1991.

	Maior custo	Época	Menor custo	Época	Variação
Leite B	878,68	Jun/89	296,21	Ago/91	66,29 %
Leite C	915,37	Set/88	232,75	Dez/88	74,57 %
Variação	4,18 %		21,42 %		

Fonte: Dados da pesquisa.

O menor custo para o leite C foi registrado em dezembro de 1988, no período das águas. O leite B apresentou maior custo total médio real no início da entressafra de 1989 e menor custo em agosto de 1991, ainda na entressafra. Isto parece demonstrar que estes produtores mantêm estável sua produção e que as variações observadas devem-se mais à variações dos preços dos insumos e mão-de-obra, do que propriamente à variações na produção. Este resultado reforça as conclusões de CASALI (1981) e FERNANDES (1988a), que verificaram a eficiência tecnológica dos pecuaristas mineiros, em impedir a queda de produtividade na seca.

O Plano Cruzado, em 1986, causou grande desvalorização dos produtos agropecuários comparados com os seus insumos industriais e estes efeitos ainda foram sentidos em 1988 e 1989, com uma tendência a elevar os custos de produção dos produtos agropecuários.

A partir de novembro de 1990, com a liberação do preço, registrou-se aumentos reais nos custos de produção de leite B, numa proporção maior que nos custos de leite C, Figuras 5 e 6, devido principalmente à elevação dos preços reais dos insumos, verificadas após a liberação.

4.2.3. Relação Preço / Custo

A relação entre os preços recebidos pelos produtores e os custos de produção apresentou-se com tendência ligeiramente crescente durante o período analisado, tanto para o leite tipo C, quanto para o tipo B, Figura 7. Em nenhum mês a relação foi maior que 1, isto é, o preço recebido pelos produtores nunca superou seu custo total médio. O preço do leite C igualou-se aos custos apenas em dezembro de 1988, e, sua menor relação foi observada em setembro de 1988 quando o preço recebido cobriu apenas 18,37% do custo de produção. Para o leite B, a melhor relação foi em agosto de 1991, quando o preço recebido igualou-se aos custos e, a menor relação ocorreu em janeiro de 1988 quando o preço recebido correspondeu a cerca de 40,43% do seu custo de produção.

Observa-se que enquanto a relação foi mais estável para o leite B na entressafra, para o leite C foi na safra. Isto pode ser explicado pela maior oferta de leite C na safra, ocasionada tanto

pela melhora das pastagens, quanto pela entrada no mercado do leite produzido pelos produtores eventuais. No caso do leite B que não sofre quedas sazonais significativas na produção, em virtude de uma suplementação alimentar mais eficiente, a relação preço/custo é mais estável na entressafra, quando geralmente sua demanda aumenta.

Os resultados econômicos e índices técnicos médios obtidos pelos produtores de leite tipo C e B, durante os anos 1988 a 1991, estão sintetizados nos Quadros 11 e 12.

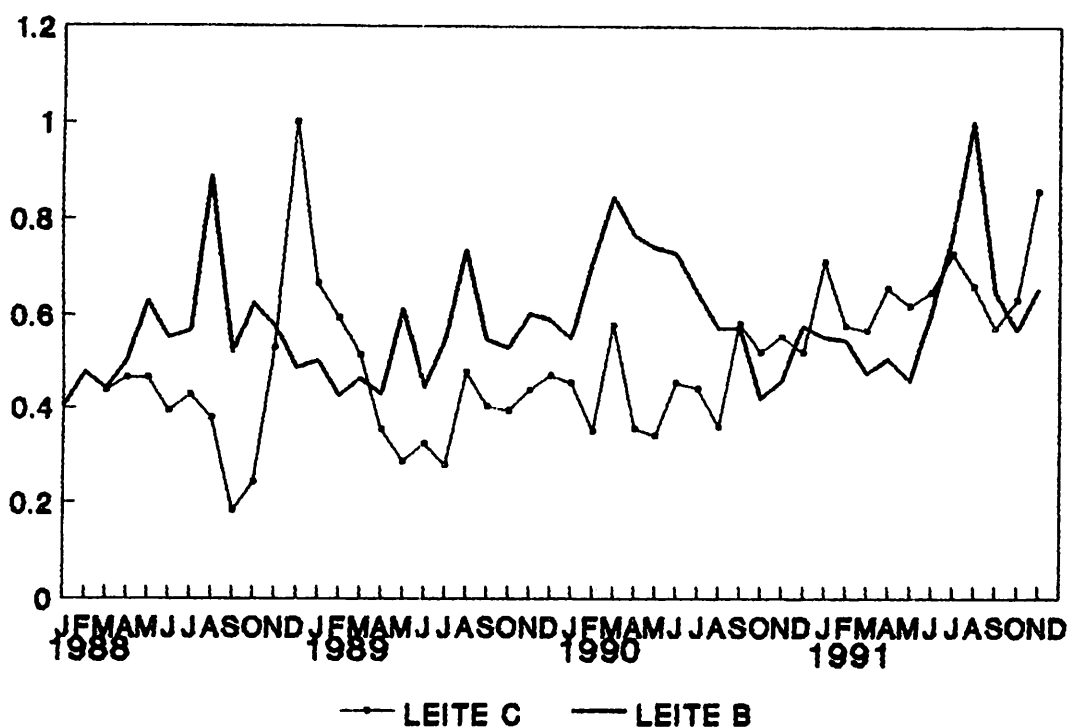


Figura 7 - Relação entre Preços Recebidos e Custo de Produção, Leite Tipos C e B, em Valores Reais por litro, 1988 a 1991.

O produtor brasileiro recebe menos pelo leite e tem custos mais elevados que os dos pecuaristas dos demais países do Cone Sul, segundo pesquisa da Associação Brasileira dos Produtores de Leite B (ABPLB), citada por GOMES (1990b), onde se compara custos de produção, preços ao produtor e ao consumidor. A saca de ração para vacas em lactação custa na Argentina o equivalente à metade do seu preço no Brasil.

A remuneração dos laticínios brasileiros subiu 151% para o leite C, e 76% para o leite B, durante o ano de 1990, enquanto que os preços ao produtor apresentaram alta de 121%. Esta diferença desestimulou a produção na safra 90/91, levando os produtores de leite B, propositalmente, a diminuir o volume de leite entregue, para forçar as usinas a remunerar o produto pelo total da cota entregue, e não mais sob consignação, como estava sendo feito durante a entressafra. Deste modo os produtores conseguiram forçar um resultado contrário ao observado por FARINA (1985), quando as indústrias definiam arbitrariamente o uso do leite e as regras de remuneração.

A insatisfação dos produtores com a política oficial de preço do leite provocou a queda da demanda por animais, e fez com que o preço médio de matrizes, reprodutores e vacas em lactação diminuísse durante o período analisado. Apenas o gado de leite de alta qualidade manteve seu preço.

O período analisado reflete bem a situação do setor em toda a década de 80, com os produtores submetidos a uma política de tabelamento na qual os preços recebidos eram sempre inferiores aos custos de produção. Tabelava-se o preço do produto, deixando livre o dos insumos, preocupando-se mais com os consumidores (efeitos sobre a inflação), do que com o produtores. Este quadro levou o setor a uma constante descapitalização, reduzindo a produção e onerando os preços para os consumidores, no médio e longo prazo. Além disso, nesta década, as políticas sócio-econômicas do governo induziram nos produtores grande aversão a riscos que, aliados a uma política de preços baixos, impossibilitaram qualquer tipo de investimento por parte dos produtores os quais simplesmente procuravam a manutenção do rebanho e da infra-estrutura disponível. Este cenário assemelha-se aos resultados obtidos por BAYMA (1977), e concorda com o estudo de ZANDONADI (1975) que identificou rentabilidade e riscos na adoção de novas tecnologias.

O governo esperava que a safra 90/91, a primeira com os preços do leite liberados, provocasse o aumento da produtividade e melhor planejamento do setor, a partir da mudança de comportamento do mercado. Esperava-se aumentar a oferta e reduzir o preço ao consumidor, aumentando assim o consumo per capita de leite no país. Porém, a produção leiteira só registrou crescimentos

efetivos em épocas que ocorreram grandes financiamentos e, a tão propagada liberação dos preços que não efetivou-se na prática, em nada contribuiu para o aumento da produção.

Enquanto o governo for o maior comprador de leite do país, com o Programa nacional do leite para crianças carentes, absorvendo o equivalente a $1/3$ do leite fluido comercializado, o setor enfrentará dificuldades para ser regulado pelas leis de mercado, como previa-se com a liberação do preço. As políticas governamentais continuarão atreladas ao controle da inflação, conforme evidenciado por RODRIGUES (1986), ROCHA (1986) e GOMES (1990).

A política de leite adotada pelo governo, não conseguiu aumentar o consumo de leite nas classes de menor renda, apesar de ter contribuído para reduzir em 5,37% e 3,56% ao ano os preços reais recebidos pelos produtores de leite C e B, respectivamente, no período de janeiro de 1988 a dezembro de 1991.

A relação preço recebido/custo de produção nunca foi maior que 1 no período analisado, refletindo o estado de descapitalização do setor. As políticas de controle de preço do Governo falharam por não terem assegurado uma remuneração acima dos custos totais médios, nem tampouco terem se preocupado com questões como a regionalização de preços - em função das diferenças nos custos de produção - e investimentos em pesquisa e assistência técnica. Estas questões devem ocupar papel de destaque nas negociações que se processarão na situação de livre mercado, buscando em primeiro lugar a redução dos custos através do aumento da eficiência técnica, concordando com o estudo de ALVAREZ et alii (1988).

4.3. Índices Técnicos

Os resultados médios dos índices técnicos apresentados pelos produtores acompanhados estão contidos nos Quadros 11 e 12; e sintetizados nas Figuras 8 e 9, para os tipos de leite B e C, no período compreendido entre 1988 a 1991.

A maior produtividade média, em litros diários por vaca em lactação, durante a maior parte do tempo analisado foi conseguida pelos produtores de leite tipo B, uma vez que estes produtores, além de possuírem rebanhos mais especializados, fazem a suplementação alimentar de modo regular durante todo o ano.

Quadro 11 - Resultados Econômicos e Índices Técnicos Obtidos Pelos Produtores de Leite Tipo B, 1988 a 1991, Valores Nominiais em Cruzeiros.

	CFMe Cr\$	CVMe Cr\$	CTMe Cr\$	Preço Recebido Cr\$	Produção (l) (litros)	Produtividade l/vaca lact/dia	Produtividade l/ha pastag. Lactação	Numero de vacas em Lactação
1988								
JAN	0,02	0,02	0,05	0,02	7.343,00	8,77	179,10	35
FEV	0,02	0,02	0,04	0,02	7.159,00	10,62	174,61	34
MAR	0,03	0,03	0,06	0,03	8.041,00	9,99	196,12	35
ABR	0,03	0,03	0,06	0,03	9.863,00	11,50	240,56	34
MAI	0,03	0,03	0,06	0,04	9.905,00	9,87	176,25	34
JUN	0,04	0,04	0,07	0,04	8.889,00	9,93	155,72	35
JUL	0,06	0,04	0,09	0,05	9.389,00	9,66	166,63	42
AGO	0,06	0,05	0,11	0,10	9.918,00	10,00	177,40	38
SET	0,08	0,07	0,15	0,08	9.285,00	9,62	166,53	37
OUT	0,07	0,08	0,15	0,10	9.877,00	9,65	177,91	37
NOV	0,12	0,10	0,22	0,13	10.692,00	10,19	188,77	38
DEZ	0,16	0,19	0,35	0,17	10.352,00	9,67	179,35	37
1989								
JAN	0,30	0,16	0,46	0,23	9.492,00	9,34	159,32	32
FEV	0,40	0,21	0,61	0,26	8.178,33	9,24	139,86	32
MAR	0,36	0,29	0,65	0,30	10.100,00	8,65	147,80	36
ABR	0,46	0,26	0,72	0,31	10.218,00	9,32	220,35	35
MAI	0,26	0,36	0,62	0,38	9.480,67	8,73	167,16	35
JUN	0,71	0,51	1,22	0,54	8.227,00	7,70	145,70	36
JUL	0,81	0,53	1,34	0,73	9.044,00	8,58	132,66	35
AGO	0,86	0,62	1,48	1,09	9.845,00	9,22	144,36	36
SET	1,06	1,37	2,43	1,32	10.596,50	9,94	155,46	37
OUT	1,81	1,19	3,00	1,58	10.542,00	10,03	154,84	36
NOV	2,53	1,72	4,25	2,56	10.295,50	9,35	150,79	37
DEZ	3,94	2,91	6,85	4,05	10.691,50	10,20	156,70	34
1990								
JAN	3,06	7,82	10,88	5,95	10.111,00	9,47	104,94	34
FEV	5,53	11,20	16,73	11,90	9.078,67	9,46	94,89	34
MAR	7,27	16,54	23,81	20,14	10.531,00	9,85	110,70	34
ABR	8,90	17,82	26,72	20,50	10.387,00	10,13	109,85	34
MAI	9,22	19,73	28,95	21,46	10.474,33	9,87	111,60	34
JUN	10,11	20,41	30,52	22,26	10.691,33	10,24	116,77	35
JUL	18,32	16,09	34,42	22,23	11.309,33	9,53	184,34	56
AGO	20,59	20,95	41,54	23,73	12.043,33	9,77	212,20	41
SET	19,63	22,33	41,96	24,01	12.303,00	10,33	214,22	42
OUT	29,90	33,25	63,15	26,54	12.213,00	10,38	213,91	40
NOV	28,17	44,33	72,50	33,08	12.002,00	10,37	193,52	40
DEZ	30,07	46,75	76,82	44,42	12.176,67	10,11	187,70	41
1991								
JAN	31,40	56,26	87,66	48,09	12.243,33	10,82	193,69	39
FEV	41,76	69,01	110,77	60,17	10.560,67	10,00	164,69	37
MAR	48,92	84,24	133,16	63,15	9.874,33	19,28	159,25	35
ABR	54,87	75,70	130,57	65,87	9.173,33	9,25	145,10	35
MAI	55,69	103,12	158,81	72,63	10.102,00	9,73	164,45	32
JUN	54,26	88,22	142,48	86,32	11.308,33	11,00	182,05	35
JUL	69,13	76,78	145,91	112,18	13.289,50	12,11	169,59	36
AGO	78,40	53,48	131,88	132,32	13.416,00	12,02	142,72	36
SET	88,36	132,01	220,37	143,13	10.684,67	10,74	175,63	33
OUT	106,59	185,98	292,57	166,20	11.964,33	11,43	193,89	34
NOV	108,29	202,13	310,42	203,07	12.829,33	12,12	207,66	37
DEZ	178,94	215,71	394,64	255,00	14.128,50	12,19	175,38	37

Quadro 12 - Resultados Econômicos e Índices Técnicos Obtidos Pelos Produtores de Leite C, 1988 a 1991, Valores Nominais em Cruzeiros.

	CFMe Cr\$	CVMe Cr\$	CTMe Cr\$	Preço Recebido Cr\$	Produção (l (litros)	Produtividade l/vaca lact/dia	Produtividade l/ha pastag.	Numero de vacas em Lactação
	---	---	---	---	---	---	---	---
	---	---	---	---	---	---	---	---
	0,02	0,03	0,04	0,02	8.011,00	7,85	85,68	29
	0,02	0,02	0,05	0,02	6.767,00	6,63	72,37	22
	0,03	0,03	0,06	0,03	6.996,00	6,64	74,82	24
	0,04	0,04	0,08	0,03	6.910,00	6,36	71,08	22
1988	0,04	0,05	0,09	0,04	8.083,00	7,15	82,83	23
	0,07	0,05	0,12	0,05	8.305,00	7,28	84,68	21
	0,18	0,07	0,25	0,05	7.721,00	11,97	123,05	23
	0,17	0,06	0,24	0,06	8.066,00	11,11	132,48	24
	0,09	0,08	0,16	0,09	9.885,00	10,02	127,28	22
	0,07	0,07	0,14	0,14	9.814,00	9,01	105,22	27
	0,17	0,10	0,27	0,18	9.495,00	8,68	102,51	35
	0,24	0,13	0,37	0,22	8.058,00	8,41	90,93	35
	0,28	0,15	0,43	0,22	7.177,75	7,14	81,20	33
	0,44	0,18	0,62	0,22	6.426,50	6,76	76,28	32
	0,60	0,24	0,84	0,24	6.130,75	6,41	71,99	32
	0,67	0,32	0,99	0,32	5.539,75	6,47	64,28	30
1989	0,93	0,58	1,51	0,42	5.285,25	5,89	61,87	31
	0,86	0,51	1,37	0,65	5.729,60	7,36	78,31	26
	1,06	1,10	2,16	0,87	5.782,40	7,75	82,74	28
	1,52	1,04	2,56	1,01	6.756,00	7,67	97,04	28
	2,33	1,46	3,79	1,66	6.291,20	7,54	87,44	27
	3,40	1,92	5,32	2,49	7.001,00	7,90	101,98	28
	6,30	2,97	9,27	4,19	7.010,24	9,18	69,18	26
	15,84	5,90	21,74	7,60	5.455,67	8,00	54,75	26
	17,30	6,10	23,40	13,53	5.370,00	4,95	24,86	35
	26,13	15,32	41,45	14,75	3.122,00	6,77	36,28	18
	20,17	22,10	42,27	14,40	4.318,00	7,79	56,39	18
	22,80	14,79	37,59	17,03	3.688,50	7,72	57,17	16
1990	25,00	15,00	40,00	17,64	3.630,25	7,98	69,12	16
	27,43	19,07	46,50	16,74	3.566,50	7,25	83,87	17
	28,33	16,49	44,82	26,08	5.203,60	9,51	175,85	20
	29,69	15,81	45,50	23,50	5.966,00	9,95	218,03	22
	32,50	19,97	52,47	28,95	4.724,33	8,28	87,82	19
	28,61	36,75	65,36	33,80	5.015,50	8,19	85,94	20
	26,90	35,28	62,18	44,26	5.015,50	8,11	85,94	20
	38,04	52,25	90,29	52,16	4.068,33	6,67	71,75	15
	43,09	53,16	96,25	54,53	3.955,25	6,56	70,32	20
	38,41	56,04	94,45	62,13	5.489,50	7,73	78,02	17
	49,00	68,76	117,76	73,00	5.109,25	7,57	71,55	22
	56,66	65,24	121,90	78,97	4.102,33	7,72	75,54	20
1991	62,65	73,93	136,58	99,57	4.760,38	7,30	77,14	22
	69,12	105,02	174,14	114,91	4.702,75	7,22	77,03	20
	82,62	128,09	210,71	120,67	4.518,20	7,10	70,41	21
	86,74	114,98	201,72	127,72	5.641,80	8,49	84,80	22
	57,96	158,77	216,73	186,24	5.233,50	8,66	99,89	20
	161,34	122,37	283,71	180,36	5.300,00	7,56	78,40	33

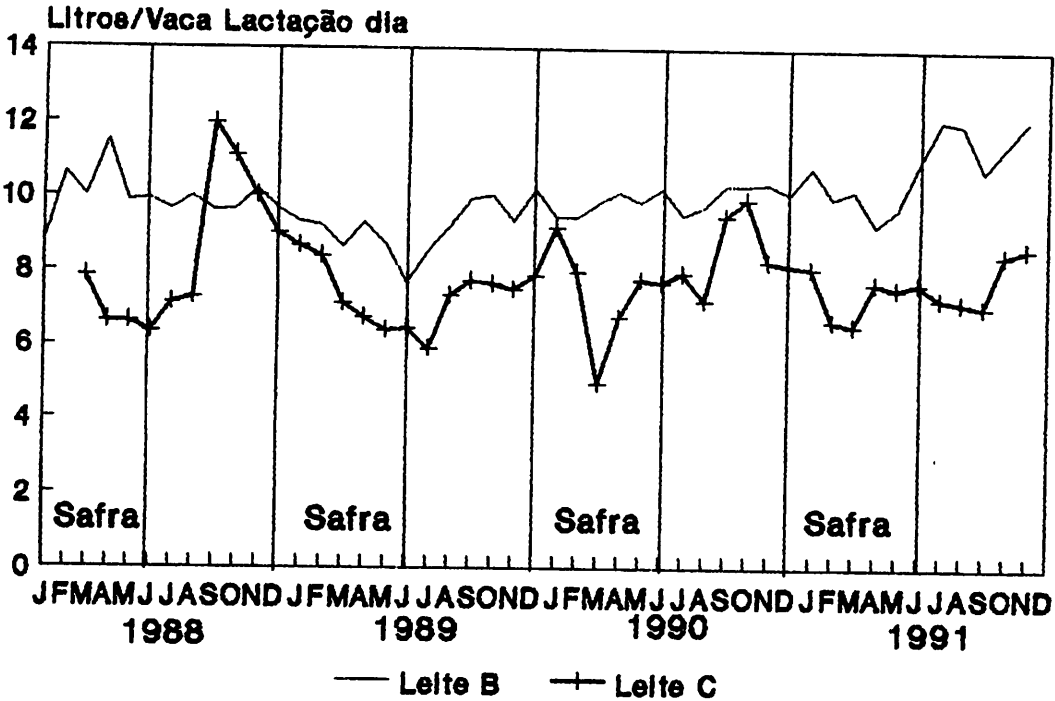


Figura 8 - Produtividade Média, em Litros Diários por Vaca em Lactação, Produtores de leite B e C, 1988 a 1991.

A produtividade média, em litros diários por vaca em lactação, para os produtores de leite C, mostrou-se mais elevada nos meses de seca (entressafra), refletindo a eficiência da suplementação alimentar realizada neste período, quando os produtores lançam mão da silagem e maior quantidade de ração, concordando com os resultados obtidos por CASALI (1981) e FERNANDES (1988a). Para os produtores de leite tipo B este índice mostrou uma maior estabilidade durante os períodos de safra e entressafra, com variações bem menores que as observadas para o leite C.

Os produtores de leite C apresentaram produtividade por vaca maior que os de leite B, na entressafra de 1988, porém sempre obtiveram uma produtividade por área de pastagem inferior, estando de acordo com a classificação de GOMES (1987), uma vez que a maior parte dos produtores de leite C são pequenos e médios, produzindo até 100 litros por dia.

A produtividade média obtida pelos produtores de leite B de

janeiro de 1988 a dezembro de 1991 foi 10,21 litros diários por vaca em lactação, e 166,31 litros mensais por hectare de pastagem. Os produtores de leite C obtiveram média de 7,79 litros diários por vaca em lactação e 85,13 litros mensais por hectare de pastagem.

Considera-se um bom índice para os padrões nacionais de produtividade a média de 12,33 quilos diários por vaca em lactação, e 478,08 quilos por hectare de pastagem a produtividade mensal média ideal para rebanhos bem conduzidos, conforme o Sistema I de produção de leite, EMBRAPA/ACARPA (1975) e EMBRAPA/CNPGL (1986), Quadro 7. Estes índices são válidos para produtores que tem a exploração leiteira como principal atividade. Para produtores com animais de padrão zootécnico médio, e com exploração mais diversificada, os índices caem para 9,86 Kg/Vaca/dia e 360 Kg/ha/mês, respectivamente, conforme o Sistema II.

De acordo com estes índices, ambas as categorias de produtores estudadas (B e C) obtiveram desempenho aquém do desejado na produtividade por área de pastagem, para os dois sistemas tomados como referência. Com relação à produtividade diária por vaca em lactação, apenas os produtores de leite B mantiveram índices próximos ao do Sistema de produção II. Estes resultados evidenciam a sub-utilização do potencial produtivo, notadamente das pastagens, concordando com os resultados apresentados por VIEIRA (1980) e OLIVEIRA (1982), e a baixa produtividade global da pecuária leiteira nacional, o que torna-se ainda mais evidente quando lembramos que a região em estudo é uma das mais tecnificadas do país.

Os produtores de leite tipo B sempre obtiveram maior produtividade média, em litros por hectare de pastagem, que os produtores de leite tipo C; evidenciando uma melhor utilização das pastagens disponíveis. Normalmente os produtores de leite C possuem áreas de pastagens naturais acima de sua capacidade de exploração, raramente utilizando todo seu potencial. A variação observada neste índice também foi mais acentuada para os produtores de leite C.

Os dois grupos de produtores produziram mais leite por hectare de pastagem nos períodos de entressafra, quando diminui a disponibilidade e a qualidade das pastagens, obrigando a suple-

mentação alimentar, através do uso da silagem e maior fornecimento de concentrados. Ambos os grupos apresentaram produtividade média por hectare abaixo dos índices considerados ideais para os Sistemas de produção I e II, revelando que ambos estão sub-utilizando o potencial produtivo de suas pastagens.

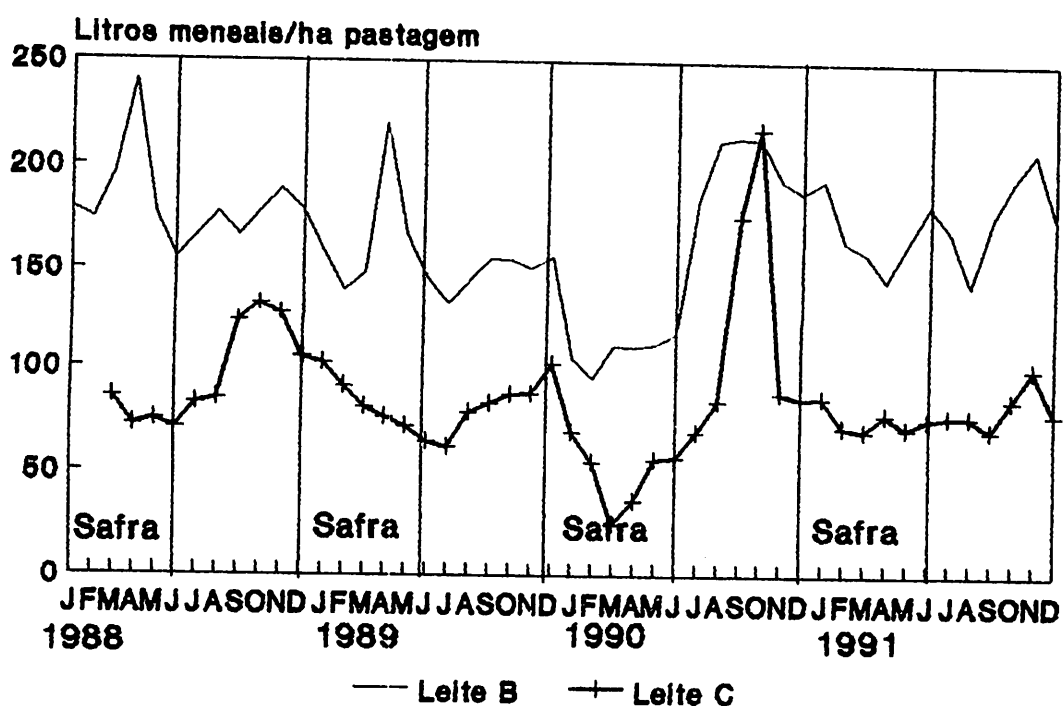


Figura 9 - Produtividade Média, em litros Mensais por Hectare de Pastagem, Produtores de leite B e C, 1988 a 1991.

O comportamento sazonal apresentado pelos dois grupos de produtores foi o inverso do normalmente observado para a maioria dos produtores brasileiros, que tem sua produção reduzida na época da seca (entressafra), OLIVEIRA (1982) e YAMAGUCHI (1990). O grupo acompanhado revelou produtores de leite tipo B e C com médias de produção na seca superior à das águas em 13,9% e 3,9%, respectivamente, Quadro 13. Estes dados caracterizam produtores com um nível tecnológico acima da média nacional, não obstante estarem sub-utilizando seu potencial produtivo, como já foi evidenciado.

Quadro 13 - Produções Médias Mensais e Anuais dos Produtores de Leite Tipo B e C Acompanhados, 1988 a 1991.

LEITE TIPO B

Aguas	1988	1989	1990	1991	Media
JAN	7.343	9.492	10.111	12.243	9.797
FEV	7.159	8.178	9.079	10.561	8.744
MAR	8.041	10.100	10.531	9.874	9.637
ABR	9.863	10.218	10.387	9.173	9.910
MAI	9.905	9.481	10.474	10.102	9.981
JUN	8.889	8.227	10.691	11.308	9.779
Media	8.533	9.283	10.212	10.544	9.643
Seca	1988	1989	1990	1991	Media
JUL	9.389	9.044	11.309	13.290	10.758
AGO	9.918	9.845	12.043	13.416	11.306
SET	9.285	10.597	12.303	10.685	10.717
OUT	9.877	10.542	12.213	11.964	11.149
NOV	10.692	10.296	12.002	12.829	11.455
DEZ	10.352	10.692	12.177	14.129	11.837
Media	9.919	10.169	12.008	12.719	11.204

LEITE TIPO C

Aguas	1988	1989	1990	1991	Media
JAN		9.495	7.010	5.016	7.174
FEV		8.058	5.456	4.068	5.861
MAR	8.011	7.178	5.370	3.955	6.129
ABR	6.767	6.427	3.122	5.490	5.451
MAI	6.996	6.131	4.318	5.109	5.639
JUN	6.910	5.540	3.689	4.102	5.060
Media	7.171	7.138	4.827	4.623	5.885
Seca					Media
JUL	8.083	5.285	3.630	4.760	5.440
AGO	8.305	5.730	3.567	4.703	5.576
SET	7.721	5.782	5.204	4.518	5.806
OUT	8.066	6.756	5.966	5.642	6.607
NOV	9.885	6.291	4.724	5.234	6.534
DEZ	9.814	7.001	5.016	5.300	6.783
Media	8.646	6.141	4.684	5.026	6.124

4.4. Mercado de Insumos

Para uma análise mais detalhada do comportamento dos preços dos insumos considerou-se os insumos que mais oneram a produção (alimentos), e aqueles de uso praticamente obrigatório, como os produtos veterinários. O Quadro 14 mostra os preços reais registrados para alguns itens selecionados, e sua respectiva variação percentual.

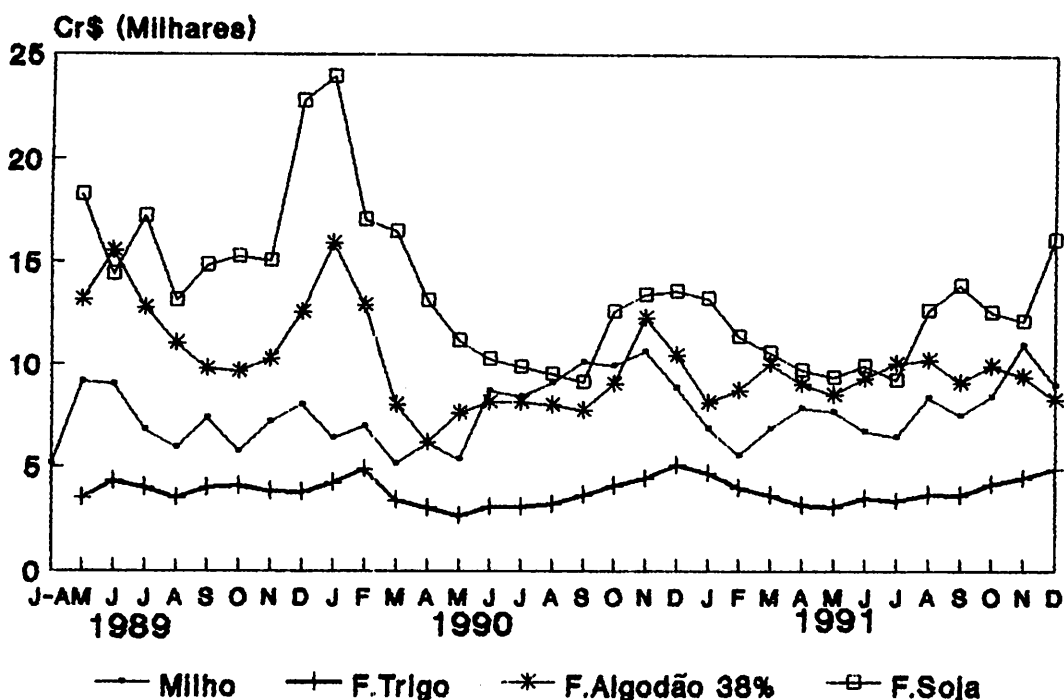


Figura 10 - Variação dos Preços Reais, em Cruzeiros (de Dezembro de 1991), dos Principais Alimentos Utilizados na Pecuária Leiteira, 1988 a 1991.

Os insumos analisados apresentaram variação nos preços reais, sendo as maiores altas verificadas, no início dos anos de 1990 e 1991, em plena época de safra. Os produtos veterinários apresentaram maiores variações percentuais que os componentes das rações. A média das variações percentuais dos insumos analisados foi de 55,90% para os alimentos componentes de rações, e de 74,49% para os medicamentos, Figuras 10 e 11.

Quadro 14 - Preços Reais (em Cruzeiros de Dezembro de 1991), Preços Máximos e Mínimos, Época de Ocorrência e Variações Percentuais, Para Alguns Insumos de Maior Uso Na Pecuária Leiteira, 1989 a 1991.

EPOCA	Milho Sc 60 Kg	Farelo de Trigo Sc 30 Kg	Farelo de Algodão 38% Sc 50 Kg	Farelo de Soja Sc 50 Kg	Suplemento Mineral Sc 25 Kg	Carrapaticida Triatox 1 litro	Bernicida Bernilene 250 ml	
(Congelamento)								
1989	JAN/ABR MAI JUN JUL AGO SET OUT NOV DEZ	5.144,48 9.128,62 9.002,83 6.787,07 5.929,60 7.345,60 5.766,08 7.173,76 8.003,52	2.130,62 3.551,03 4.321,36 4.009,59 3.546,28 4.010,19 4.098,35 3.815,07 3.788,64	8.574,06 13.190,86 15.556,90 12.780,57 11.055,83 9.777,60 9.659,42 10.275,55 12.563,24	12.780,07 18.257,25 14.404,54 17.228,71 13.140,75 14.845,43 15.277,66 15.064,89 22.775,73	12.171,19 18.165,96 18.164,12 19.317,04 26.465,13 23.422,18 22.271,86 19.984,03 18.888,31	8.360,91 11.775,92 11.451,61 10.279,80 11.124,69 12.945,00 13.785,37 19.389,64 15.526,83	3.628,43 5.577,59 5.149,62 4.322,84 6.710,01 5.640,71 7.004,07 7.324,06 11.991,56
1990	JAN FEV MAR ABR MAI JUN JUL AGO SET OUT NOV DEZ	6.385,26 6.973,83 5.128,23 6.141,63 5.349,13 8.715,86 8.400,44 9.108,52 10.138,93 9.972,80 10.648,89 8.881,43	4.239,28 4.897,18 3.397,45 3.045,17 2.674,57 3.086,06 3.081,08 3.215,81 3.644,58 4.075,84 4.461,52 5.079,56	15.936,54 12.924,84 8.000,04 6.187,69 7.601,40 8.160,63 8.140,43 8.020,56 7.742,45 9.062,24 12.338,02 10.470,74	23.918,11 17.047,15 16.495,80 13.158,44 11.205,03 10.291,18 9.886,23 9.538,65 9.148,08 12.639,44 13.439,63 13.633,78	18.876,41 16.259,26 20.726,59 18.424,88 14.521,49 19.067,34 19.400,90 17.462,96 19.328,48 20.801,96 17.662,46 15.971,00	26.791,47 36.178,70 29.987,32 42.315,82 26.182,61 28.097,36 28.870,09 25.023,14 22.167,38 21.766,72 26.740,93 27.501,28	17.769,64 21.593,16 14.871,86 12.963,90 11.641,41 10.585,97 9.989,10 10.665,37 10.237,18 10.552,35 10.453,02 11.369,23
1991	JAN FEV MAR ABR MAI JUN JUL AGO SET OUT NOV DEZ	6.893,43 5.592,13 6.890,29 7.877,86 7.716,85 6.731,50 6.484,94 8.422,79 7.538,84 8.448,11 10.992,30 9.000,00	4.716,56 4.014,35 3.643,77 3.165,70 3.102,82 3.528,67 3.396,81 3.701,54 3.682,44 4.201,02 4.471,73 4.913,00	8.126,99 8.737,70 10.037,48 9.076,66 8.520,69 9.365,57 10.090,57 10.287,03 9.129,73 9.953,41 9.447,28 8.320,00	13.278,92 11.383,97 10.614,77 9.761,70 9.404,91 9.965,55 9.260,50 12.690,34 13.908,20 12.603,05 12.164,82 16.125,00	12.910,06 9.656,40 12.213,17 11.345,83 11.829,29 10.780,16 10.352,56 14.236,38 11.549,90 10.800,15 9.877,81 12.160,00	22.349,23 19.742,20 18.408,25 16.928,84 17.768,05 16.931,19 17.206,70 18.094,40 17.252,36 21.734,69 22.928,12 23.690,00	12.424,28 10.159,01 9.845,03 9.158,56 9.665,36 9.409,47 10.062,03 12.409,58 12.270,92 13.737,78 12.854,89 15.120,00
VALOR MAXIMO	10.992,30	5.079,56	15.936,54	23.918,11	26.465,13	42.315,82	21.593,16	
Epoca	Nov/90	Dez/90	Jan/90	Jan/90	Ago/89	Abr/90	Fev/90	
Preço Minimo	5.128,23	2.674,57	6.187,69	148,08	9.656,40	10.279,80	4.322,84	
Epoca	Mar/90	Mai/90	Abr/90	Set/90	Fev/91	Jul/89	Jul/89	
Variações Médias	Alimentos: 55,9%							
	Medicamentos: 71,5%							

Os maiores preços ocorreram no período das águas de 1990, início do ano, época de safra que antecedeu o lançamento do Plano Collor, ocasião em que o país convivia com elevados índices inflacionários. Os menores preços para os alimentos ocorreram no final da safra de 1990, após o lançamento do Plano Collor, que promoveu o congelamento geral de preços. Os menores preços para os medicamentos ocorreram no primeiro semestre de 1989, ainda sob o efeito do congelamento de preços imposto no início deste ano, por ocasião da mudança da moeda para Cruzados Novos.

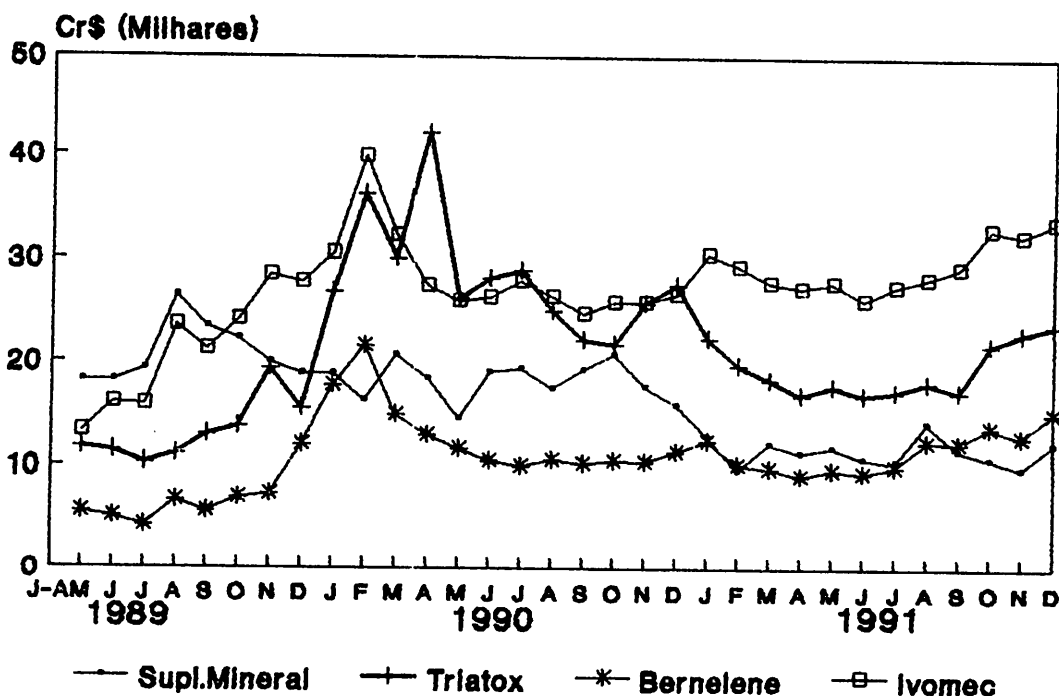


Figura 11 - Variação dos Preços Reais, em Cruzeiros (de Dezembro de 1991), do Suplemento Mineral e dos Principais Medicamentos Utilizados na Pecuária Leiteira, 1988 a 1991.

4.5. As reuniões e seu "feed-back"

Logo nos primeiros contatos com os produtores acompanhados notou-se que a maioria deles não se consideravam políticos, por não serem vinculados a um partido político ou por serem indiferentes às atividades rotuladas como políticas.

Com o decorrer das reuniões e das visitas periódicas às fazendas, e às residências dos produtores, ao mesmo tempo em que eram recolhidas informações para compor as planilhas de custos mensais, através de conversas informais a respeito de sua própria situação como produtor, desencadeava-se um processo de conscientização, no qual os produtores, progressivamente, iam percebendo que tinham o dever de opinar e exercer influência sobre as decisões de seu próprio interesse. Reconheciam que se todos ficassem passivos, deixando as decisões para outros, um pequeno grupo, mais atuante, acabava dominando e resolvendo as questões conforme seu interesse. Deste modo, reconheciam também, que isolados não tinham força alguma, e que era necessária uma certa união e organização em torno de seus objetivos comuns, pois a força do grupo compensaria a fraqueza de cada produtor individual.

Primeira Reunião

A primeira reunião oficial realizou-se no dia 07/12/89, na sede do Sindicato Rural de Lavras, e contou com a presença de todos os produtores acompanhados, dos pesquisadores envolvidos, e do presidente do referido Sindicato. Os objetivos desta reunião foram prestar informações gerais sobre a pesquisa e explicar detalhadamente a metodologia de cálculo do custo de produção do leite.

Os produtores foram esclarecidos de que o objetivo principal da pesquisa consistia em determinar o custo médio de produção de leite do grupo, bem como, comparar o desempenho de cada um através de seus índices técnicos. Salientou-se que desta forma seria criada uma planilha de custos para a região, que seria um instrumento para reivindicação de alterações na política de controle de preços do leite, através da FAEMG. Explicou-se que os resultados deste trabalho poderiam aumentar a capacidade de pressão dos pecuaristas da região. Os produtores concordaram em

participar de reuniões periódicas, para comparação de seus índices técnicos e econômicos, e para a discussão das possíveis causas de diferenças.

Verificou-se que a maioria dos produtores conheciam as disparidades entre o preço recebido e os custos de produção, bem como já procuravam diferentes formas de reduzir seus custos. Os produtores manifestaram dúvidas com relação ao levantamento dos custos, à importância dos custos fixos, ao sistema de fluxo de caixa e sobre como preencher corretamente as fichas de acompanhamento da atividade. Explicou-se que tais fichas constituíam modelos a título de sugestão para a gestão da atividade e, que deveriam ser usadas conforme a necessidade de cada produtor, (Apêndice 1). Assim foi incentivado e valorizado o uso de práticas e métodos da moderna administração rural como medida para alcançar maior eficiência na produção. Esta era preocupação constante da pesquisa-ação.

Os produtores solicitaram informações técnicas sobre qualidade das pastagens e os produtores de leite C, mostraram-se interessados nas condições necessárias e na viabilidade da exploração do leite tipo B.

Segunda Reunião

A segunda reunião realizou-se na sede do Sindicato Rural de Lavras, no dia 05/01/90, contando com a presença dos produtores acompanhados e de outros interessados, como o presidente e representantes do Sindicato Rural e Cooperativa Agrícola local.

Inicialmente, foram apresentadas as planilhas de custos e índices técnicos individuais para os meses de novembro e dezembro de 1989, procedendo-se mais uma vez, uma explicação geral da metodologia usada na elaboração das planilhas, comentando-se as dificuldades em determinar os custos fixos, motivo pelo qual deveriam ser reavaliados uma vez que os valores se encontravam defasados.

Explicou-se que os insumos componentes do custo variável deveriam ser incluídos de acordo com o mês de uso efetivo. Assim, por exemplo, o milho entraria na planilha no mês do plantio, com despesas de mão-de-obra, fertilizantes e sementes, depois seria usado sem ser computado. Se fosse comprado milho, deveria ser

utilizado de acordo com o valor das sacas usadas no mês. Mostrou-se a importância da fidelidade dos dados que iriam alimentar o computador, pedindo maior empenho nas anotações para melhorar a qualidade dos mesmos, porém nem todos os produtores procederam desta forma, devido a variáveis conceituais, concordando com os resultados obtidos por OLIVEIRA & ANDRADE (1990).

Destacou-se a variável Teleologia (capacidade de orientação para consecução de seus objetivos), que refere-se às percepções que os indivíduos tem da realidade, que são condicionadas pelas suas concepções e que regem suas ações e decisões. Esta variável mostrou ser a que deveria ser mais trabalhada, respeitando porém, características pessoais dos produtores. Verificou-se, por exemplo, que os produtores de leite B tinham suas empresas voltadas exclusivamente para o lucro, enquanto entre os produtores de leite C, existiam aqueles que visavam antes a subsistência do que o lucro.

Os produtores mostraram-se supresos com os valores dos custos fixos, que foram divulgados nesta reunião. A análise das planilhas mostrou que "não estava compensando" produzir leite. Mesmo concordando com isto, os produtores manifestaram disposição em continuar produzindo, por falta de opção (investimentos já realizados), e na expectativa de que em um futuro próximo, melhorasse a remuneração da atividade. Sob este ponto de vista, debateu-se sobre como cada produtor poderia melhorar seu desempenho.

Foi feita uma explanação acerca de todos os fatores que envolviam a produção de leite e seus custos, após o que os produtores perceberam que deveriam intensificar a tecnologia de produção, visando a melhor alocação dos recursos, contribuindo assim, para a redução dos seus custos de produção.

Verificou-se que os produtores estavam de acordo que o preço do leite deveria ser cerca de 20% superior aos custos totais médios, constituindo-se assim, sua margem de lucro (lucro supernormal), o que lhes daria condições de aumentar a produtividade do rebanho e a produção. Com relação à baixa remuneração do leite, os produtores mostraram-se preocupados com a interferência do governo, aparentemente contrariando os interesses da classe produtora. Questionou-se a vantagem de deixar o preço do

leite livre do controle do governo, observando-se que, naquela época apenas as indústrias de laticínios tinham força para negociação. Alguns produtores temiam que na ausência do controle de preços do Governo, o setor passasse a ser controlado pelas indústrias. Esta preocupação mostrava a necessidade de organização e união da classe produtora.

Decidiu-se que as próximas reuniões seriam bimestrais, que seria estudada a melhor forma de divulgação dos dados, visando conscientizar também os consumidores e, contar com seu apoio e maior poder de pressão junto aos órgãos responsáveis pela elaboração de políticas para o setor leiteiro.


Comentando a situação econômica os produtores perceberam que o preço da terra varia inversamente com a taxa de juros, e que, historicamente, nunca estivera tão baixo como naquela época: NCz\$ 12.000,00 por hectare (aproximadamente US\$ 350,00). Este valor ficava muito distante da relação tradicional, segundo a qual 1 hectare de terra correspondia ao preço de três vacas do tipo holandês preto e branco (HPB), com média de produção em torno de 10 litros diários.

Questionou-se o aspecto social da produção de leite no que se relacionava com o preço final para o consumidor. Da preocupação em manter o preço acessível no varejo e ao mesmo garantir preços coerentes aos custos de produção, surgiu a percepção de que o governo poderia diminuir o preço do leite para a população de baixa renda, através da eliminação do ICMS cobrado dos produtores por ocasião da entrega do produto.

Os produtores de leite C mostraram-se particularmente interessados nos resultados obtidos pelos produtores de leite B, porém verificaram que só seria viável produzir leite B quando se dispusesse de capital, que não compensava fazer investimentos, e que o produtor interessado em explorar o leite tipo B já deveria ter alguma infra-estrutura, como por exemplo, ordenhadeira e refrigerador.

Terceira Reunião

A terceira reunião ocorreu no dia 29/03/90, no Sindicato Rural de Lavras, logo após o lançamento do Plano Collor I (15/03/90). Procedeu-se a análise das planilhas de cada produtor a



qual revelou problemas na avaliação dos custos fixos. Estavam demasiadamente elevados para alguns produtores. Estes foram reavaliados e suas planilhas corrigidas. Estabeleceu-se que no final de cada ano procederia-se a reajustes com a atualização geral de todas as planilhas.

O grupo percebeu que uma das causas das diferenças dos Custos Totais Médios (CTMe) entre os produtores era a produtividade. Uma baixa produtividade elevava os custos médios, e vice-versa. [Os produtores concordavam com a necessidade de melhorar a eficiência técnica de suas explorações, como um meio de diminuir os custos. Admitiam que a pecuária leiteira só começava a gerar lucros quando apresentasse produtividade acima de dez litros diários por vaca em lactação.] Por ocasião desta reunião (março), a produtividade média obtida pelo grupo acompanhado era de 9,85 litros/vaca lactação/dia para as fazendas de leite B, e 4,95 para as de leite C.

A divulgação dos resultados individuais e das médias do grupo acompanhado, aliado às visitas periódicas às fazendas e ao trabalho de pesquisa-ação, fizeram com que os produtores se conscientizassem da importância da administração da atividade e do controle dos custos de produção para a sua tomada de decisão. Fez-se uma analogia com bares e mercearias, que sempre tem livros de registros e executam sua contabilidade, por mais simples que seja, enquanto raras eram as fazendas que faziam o mesmo. Assim valorizou-se a moderna Administração Rural como base para a modernização do setor e para a melhoria da eficiência de cada produtor, conforme evidenciado por SANTOS (1989) e PEREIRA NETO (1989).

Quarta Reunião

Na quarta reunião, ocorrida em 07/06/90, também no Sindicato Rural de Lavras, avaliou-se os impactos do Plano Collor I sobre o setor produtor de leite, bem como sua situação frente à política governamental. Nesta época, os produtores de leite C mostravam-se insatisfeitos com a diferença de preços entre o leite tipo C e B. Os produtores de leite B, também mostravam-se insatisfeitos, porque seu produto, apesar de estar sendo vendido pelo dobro do preço do leite C, ainda não cobria os custos de

produção, além de ser vendido por consignação. Assim, boa parte de sua produção era vendida como leite C, por falta de mercado.

Nesta mesma época verificou-se que tanto o preço do leite B como o do C estavam defasados, fugindo do equilíbrio pretendido pelo Plano Collor. Verificou-se que enquanto o preço do leite permanecia constante, subiam seus insumos básicos. Os produtores de leite B observaram que não obstante estar o salário mínimo congelado, tiveram que aumentar os vencimentos de seus empregados para torná-lo compatível com os demais mercados. Nesta situação o setor estava longe de alcançar os resultados analisados por WEDEKIN & PINAZA (1984), ao prever o comportamento do setor rural na livre economia de mercado, que era o proposto pelo Governo Collor.

Quinta Reunião

Na quinta reunião, ocorrida no Departamento de Administração e Economia da ESAL, em 02/08/90, era consenso entre o grupo de produtores, que a política de preços do governo para o leite favorecia aos consumidores urbanos, em detrimento dos produtores, que continuavam num processo de descapitalização, concordando com os trabalhos de NAKANO (1982), ROCHA (1986) e GOMES (1990).

Nesta reunião os produtores observaram que desde o lançamento do Plano Collor (março/90) até julho/90, a defasagem entre preços e custos de produção havia diminuído para o leite B, passando de 15,4% em março, para 9,5% em julho. Já o preço recebido pelo leite C, rigorosamente controlado, era 42,2% menor que os custos, em março/90 e, em julho, 56,1%. Observou-se que na época cerca de 50% do custo de produção de leite correspondia a gastos com ração e mão de obra.

Analisando a composição dos custos, os produtores reconheceram a importância dos custos fixos. Observou-se que a maior parte das fazendas teve suas benfeitorias construídas a cerca de 15 a 20 anos, quando havia crédito subsidiado para a pecuária. Com o fim do subsídio, admitiam que era praticamente inviável iniciar uma exploração leiteira. Como agravante, lembrava-se que na prática, as poucas linhas de crédito rural existentes só eram acessíveis a grandes produtores, concordando com os trabalhos de MOREIRA (1973) e CARVALHO (1982).

Sexta Reunião

Em agosto de 1990 ocorreu grande movimentação nos sindicatos rurais e cooperativas agropecuárias da região, no sentido de melhor organização e fortalecimento político da classe.

A sexta reunião ocorreu dia 21/08/90, no salão de convenções da ESAL, simultaneamente a uma reunião convocada pela EMATER-MG com os sindicalistas e lideranças rurais, para lançar a "Campanha de Valorização da Agricultura". Contou com a participação de professores, alunos de pós-graduação, produtores e representantes de cooperativas agropecuárias e sindicatos rurais da região, lançando-se as bases para a participação política dos produtores rurais do centro-sul de Minas. Esta reunião visava resgatar a confiança e a motivação dos produtores, bem como conscientizar os consumidores urbanos da importância do setor rural para sua própria sobrevivência.

A proposta básica desta reunião foi a criação do poder da agricultura, visando criar um ambiente de discussão, para obter idéias novas e posicionamentos para fortalecer o setor produtivo rural. Foi citado trabalho de MUELLER (1982) que concluiu que o problema no país era a falta de poder da agricultura, o que causava ausência de políticas agrícolas mais favoráveis aos produtores. Este autor criticou o processo de trabalho dos políticos brasileiros, alegando que estes só consideram medidas imediatistas, como por exemplo, políticas de preços mínimos e políticas de crédito diferenciado para grupos de produtores. Criticou também a política agrícola brasileira por mudar conforme as características da agropecuária (safra e entressafra). Observou-se que não existia no Brasil uma política agrícola de longo prazo, existindo apenas políticas imediatistas. Deste modo, a agropecuária não poderia conseguir bons resultados. Citou-se como consequência deste fato, o enfraquecimento de instituições como a EPAMIG, EMATER e RURALMINAS.

As explanações de pesquisadores, líderes rurais e representantes da EMATER-MG nesta reunião, abordaram temas fundamentais para a discussão do problema, tais como:

- A agricultura brasileira estava sendo interpretada corretamente pelos meios de comunicação? De quem era a culpa?
- A intervenção do Governo na agropecuária estava sendo benéfica?

- Os produtos agropecuários estavam sendo taxados com justiça ?
- A agricultura nacional estava sendo adequadamente tratada pelos políticos ? Estava sendo valorizada ?
- O agricultor sabia quanto custava produzir ? E os consumidores ?
- O que fazer para fortalecer a agricultura ?
- Os agricultores precisavam se organizar ? Por quê ? Como ?
- Os Sindicatos e Cooperativas precisavam ser fortalecidos ? Como ?
- Quais eram os maiores problemas da agricultura em cada município ? Quais suas causas ?
- O maior responsável pela situação da agropecuária brasileira era o governo ou a própria classe produtora ?

Ficou claro nos debates desta reunião que a organização política e democrática da agricultura exigiria um balanço de poderes, e que a agricultura organizada politicamente era a saída para a melhoria da situação econômica e social do país. A agropecuária só se desenvolveria mediante sua organização política.

Nesta reunião foi anunciada a criação da SIASCOM (Sindicatos Associados do Sul e Centro-Oeste de Minas), oficializada dia 30/08/90, em Cristais, idealizada para ser um órgão representativo, buscando o levantamento e divulgação de informações sobre o setor, bem como sua organização efetiva.

[O potencial do setor leiteiro, sem poderes por falta de organização, foi evidenciado quando se constatou que a Cooperativa Agrícola de Lavras comercializava, em agosto de 1990, cerca de trinta mil litros diários de leite B para São Paulo, a um preço de US\$ 0.60 por litro. Considerando-se uma arrecadação de 18% de ICM ao dia, a arrecadação anual chegava a US\$ 1,182,600.00. Considerando-se uma arrecadação adicional de 2,5% do FUNRURAL, o leite propiciava ainda uma arrecadação anual adicional de aproximadamente US\$ 164,250.00. Por outro lado, observou-se que enquanto o leite sofria uma taxa de ICM de ordem de 18%, o café era taxado em 13% sobre o preço de exportação, conforme cotação da bolsa de Nova York. Questionou-se a "taxação injusta" de 18% do valor dos produtos agropecuários, como o feijão e o leite, taxa esta idêntica a de um frasco de perfume importado, refletindo a desorganização do sistema vigente.

A par dos benefícios que o crescimento da produção agropecuária traria às prefeituras, em termos de arrecadação de ICMS, os governos municipais poderiam ajudar no processo de fortalecimento da agropecuária e, o primeiro movimento a ser feito seria a conscientização dos produtores e a valorização de seu trabalho e produção. Seria importante também mostrar aos consumidores os custos de produção, as dificuldades impostas pela política do governo e sua dependência do setor.

Os representantes de cooperativas e sindicatos rurais seriam os responsáveis por iniciar em cada município um movimento de valorização da agropecuária. [Esclareceu-se que a organização dos produtores rurais estava atrelada à disponibilidade de informações reais e seguras sobre os custos e o desempenho do setor.] o que facilitaria o trabalho dos seus representantes no processo de negociação política com o governo.

Os produtores perceberam a necessidade de disporem de informações regionais sobre os custos de produção, para fundamentar as negociações com as indústrias, numa situação de mercado livre. Sentiram a importância da fidelidade dos dados apresentados e a necessidade dos sindicatos rurais possuírem suas próprias informações de custos de produção, através da elaboração de planilhas locais.

Discutiu-se as formas dos produtores pressionarem o governo para negociarem políticas mais favoráveis ao setor. Observou-se que se abandonassem o uso de ração na alimentação das vacas, a produção cairia cerca de 50%. Tal prática poderia pressionar os compradores provocando a escassez do produto, o que teria consequências imediatas sobre os consumidores, principalmente aqueles localizados nos grandes centros urbanos. Esta poderia ser uma saída temporária para melhorar os preços, porém uma vez interrompido o fornecimento de ração, a recuperação da produção seria difícil, demandando algum tempo. Conseqüentemente seria mais interessante a diminuição do volume de leite enviado para os grandes centros, através da sua distribuição para a população consumidora local, ou mesmo enviando-o para a indústria de laticínios, provocando a escassez de leite fluido no mercado. Evidenciou-se que se os produtores da região centro-sul de Minas reduzissem o volume de leite enviado para a Cooperativa

Paulista haveria grande impacto sobre os consumidores que, como é do conhecimento geral, tem maior força para pressionar o governo, já que a política atual está mais voltada para os interesses deste segmento.

Abordou-se a questão da liberação do preço do leite quando foi questionado se a situação de livre mercado seria boa para os produtores, bem como qual deveria ser o melhor processo de liberação dos preços. Inicialmente lembrou-se experiências negativas recentes com a liberação de preços de produtos agrícolas, como foi o caso do café. Como não havia um número adequado de firmas organizadas para a exportação, houve excedente do produto no mercado interno, diminuindo consideravelmente seu preço. No caso do leite ficou claro que a situação era diferente, uma vez que o país não dispunha de produção suficiente para o próprio consumo. Esta polêmica é amplamente discutida na literatura, por vários autores. Pode-se citar GOMES (1990b) e ESTEVES JUNIOR (1989), alertando que a liberação de preços precipitada era um mito, pois os produtores estavam em desvantagem com relação ao setor industrial, totalmente oligopolizado. Deste modo, era necessário preparar o setor produtivo para a liberação, amplamente defendida por GOMES (1990) e MEIRELES (1989).

Os produtores concordavam que a liberação seria penosa para o setor no curto prazo, mas benéfica, no longo prazo. Percebiam que numa situação de livre mercado, o preço do leite seria, em princípio, ditado pelas multinacionais do setor de laticínios atuantes na região, como a Nestlé, a Parmalat e a Gessy Lever que, por possuírem elevado grau de organização, levariam vantagem na negociação.

Concordava-se com a necessidade de liberação de preços para o leite, porém admitia-se que este processo deveria ser muito discutido. Parâmetros deveriam ser fixados para sua implantação. Sugeriu-se uma liberação parcial, fixando limites mínimos para os produtores e máximos para os consumidores. Lembrou-se a tentativa de liberação do preço do leite feita pelo governo no final de julho de 1990, e de sua posterior reconsideração, culminando com um aumento de apenas 10% para os produtores. Admitiu-se que este aumento nada significou para solucionar a defasagem entre preços e custos; lembrou-se de outra reivindicação antiga da categoria: a

eliminação da cobrança do ICMS do leite.

Finalmente admitiu-se que a maior responsabilidade pela situação era da própria classe produtora, que se tornara fraca por não ter representantes legítimos, contribuindo para a sua desorganização. Citou-se como exemplo de organização de classes, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) cujo poder político supera em muito a Federação Nacional da Agricultura.

Sétima Reunião

A sétima reunião ocorreu dia 27/11/90, após a divulgação de um fato inusitado: a decisão do governo de deixar efetivamente de tabelar o preço do leite tipo C, anunciada em 01/11/90, após quarenta e cinco anos de controle. Inaugurou-se assim uma nova era na política de negociação do produto. As reuniões que ocorreram após esta data mostraram produtores mais conscientes e preocupados em reduzir seus custos de produção e aumentar a produtividade.

Constatou-se que o governo mantinha o produto com "liberdade vigiada" e que a curto prazo, após a liberação, a situação havia piorado para os produtores. A inflação havia ficado acima dos aumentos do leite. Imediatamente após o anúncio da liberação o preço do leite passou a ser controlado informalmente pelos cartéis das indústrias laticinistas, apesar de ameaçados de punição pelo governo.

Nesta ocasião a classe produtora concordava que o mercado deveria ser mantido livre, aumentando, experimentalmente, o preço para os produtores, embora respeitando o poder aquisitivo dos consumidores. Era consenso que o maior problema decorria do fato de que os produtores não colocavam preço em sua mercadoria, estando sujeitos a fatores externos, muitas vezes alheios ao seu conhecimento.

Indagados sobre o que fazer para melhorar sua situação, os produtores identificaram como principais medidas a diminuição de seus custos variáveis - através da racionalização do consumo de insumos na fazenda -, o aumento de sua produtividade - através do melhoramento genético do rebanho e maior cuidado com a sanidade -, e a produção de ração na própria fazenda.

Seguindo a linha liberalizante do Governo Collor o preço do leite não deveria ser mais controlado. Sua arma para garantir um

preço acessível aos consumidores seria a concorrência internacional, através da liberação das importações. Assim, os produtores brasileiros enfrentaram em julho e agosto de 1990 a concorrência dos produtos lácteos argentinos que, devido à baixa cotação do dólar, chegaram ao mercado das grandes cidades a preços menores que os produtos nacionais. Inicialmente esta concorrência assustou os produtores mas depois passou a ser encarada de forma benéfica, por estimular o investimento em novas técnicas, o aumento da produtividade e a redução dos custos, principalmente sabendo-se que a Argentina não poderia ameaçar de maneira grave o mercado brasileiro. Sua disponibilidade de produtos lácteos para exportação equivale a cerca de apenas 1% do consumo nacional, BALDE BRANCO (1991). Entretanto sua entrada no mercado foi suficiente para suscitar protestos dos produtores, que viam-se impedidos pelas condições impostas pelo governo, de realizarem investimentos para enfrentar a concorrência internacional. Esta situação reforça os trabalhos de CAVALCANTI (1986) e LOPES (1987) que discutem o papel da Política Agrícola para a modernização da agricultura. Evidencia-se assim a necessidade de maior coerência e continuidade na elaboração das políticas para o setor.

A questão da organização e administração da produção de leite foi abordada, com a exemplificação de um controle eficiente, feito por um dos produtores, que possuía um livro caixa específico para a pecuária leiteira. Este produtor explicou que mantinha conta em um determinado banco somente para as atividades da fazenda, facilitando deste modo, seu controle pelos "canhotos" dos cheques e pelos extratos bancários.

Oitava Reunião

A oitava reunião ocorreu dia 15/01/91, no Clube de Oliveira, por ocasião de um encontro dos produtores de leite promovido por iniciativa da SIASCOM. Contou com a participação do presidente da Comissão de Leite da FAEMG, e de produtores e representantes dos sindicatos e cooperativas agropecuárias regionais.

Nesta ocasião concluiu-se que com os preços liberados o leite obrigaria os produtores a serem mais profissionais, a se organizarem para a negociação com as indústrias, não dependendo mais de favores do governo, não esperando sua interferência, adquirin-

do maior independência e maior responsabilidade na gerência de seu negócio. Mais uma vez constatou-se a necessidade de reduzir a tributação dos alimentos básicos da população, e de fortalecer os sindicatos e cooperativas, como sinal de profissionalismo, união e eficiência.

Na oportunidade as questões que mais preocupavam o setor produtivo e que estavam em discussão eram:

- O preço do leite estava mesmo liberado ?
- Como e com quem os produtores negociariam ?
- Como seria feita esta negociação ?
- Qual seria o preço daquele mês ? E do Próximo ?
- Quem havia fixado este preço ?
- Por que os produtores não opinaram ?
- Era justo continuar pagando o "segundo percurso" ?
- Qual seria o preço do "leite excesso" ?
- O governo voltaria a tabelar o leite na seca ?
- As importações da Argentina representavam riscos para a produção nacional ?
- Como os produtores deveriam agir na entressafra ?

Os produtores verificaram que o preço estava realmente numa situação de livre mercado da mesma forma que o preço dos insumos ligados à produção de leite. Com a livre negociação deveria se procurar um equilíbrio de preços entre o leite e seus insumos. Lembrou-se que historicamente um litro de leite equivalia ao preço de um quilo de ração, proporção esta defasada na época, e que deveria ser mantida para garantir o equilíbrio do setor.

Analisando a situação do mercado externo, após a liberação das importações, o presidente da Comissão de Leite da FAEMG observou que na Argentina não havia subsídio para o leite. Que a produção excedente na safra correspondia a cerca de 7%, e que os produtores exportavam mediante um fundo da própria classe produtora, evitando-se uma queda no preço. A lei agrícola brasileira prevê que um produto externo subsidiado no país de origem não pode ser importado, a não ser que se pague uma tarifa correspondente ao subsídio externo. A posição da FAEMG era favorável à concorrência externa de produtos lácteos, porém contrária aos subsídios do governo que pudessem favorecer as importações.

Lembrou-se que somente em 1989 houve o concenso entre os produtores de leite pela necessidade de sua liberação, e passou-se a lutar por isso. Depois da liberação do preço, aumentou a diferença entre o preço recebido pelo produtor e o preço pago pelo consumidor. Verificou-se que antes da liberação, o produtor recebia cerca de 60% do valor pago pelo consumidor no varejo; após a liberação, o produtor recebia menos de 30%. Em janeiro de 1991 a margem de lucro do varejista era de 15 a 20%, enquanto antes, com o controle da SUNAB, era fixada em 7%.

Os produtores observaram que as imperfeições do livre mercado podiam ser contornadas pela sua união em cooperativas, fortalecendo as organizações. O maior problema para a negociação eram os cartés regionais de laticínios que de uma maneira informal estabeleciam o preço para uma região, dificultando a livre negociação. Isto acontecia porque os laticínios possuíam uma melhor organização que os produtores.

Abordou-se a força do associativismo, mostrando que as cooperativas além de trabalharem com preços médios deveriam contar com a força da comunicação, levantando e divulgando seus dados. Sugeriu-se como medida concreta a divulgação dos preços mensais do leite pagos por diversas indústrias e cooperativas, por meio de jornais, rádios, revista e televisão, à semelhança do que era feito com outros produtos agropecuários, mostrando e informando aos consumidores e à própria classe, os preços recebidos pelos produtores de diversas regiões. Esta preocupação também está refletida no trabalho de MASSA (1986).

Verificou-se que havia diferença de até 33% no valor pago pelo leite cota de dezembro de 1990 aos produtores, pela diversas indústrias de laticínios atuando no Centro-Sul de Minas, em função dos diferentes mercados abastecidos pelos produtores de cada micro-região. A região Sul era a que melhor remunerava os produtores no Estado de Minas Gerais, por abater o mercado de São paulo, vendendo quase toda a produção à Cooperativa Central Paulista.

Como resultados concretos desta reunião foram eleitos três representantes para compor a Comissão Regional de Pecuária Leiteira da SIASCOM, auxiliados pelos presidentes dos Sindicatos Rurais da região. O presidente desta comissão iria integrar a

Comissão Central de Leite da FAEMG, que seria responsável pela negociação do preço diretamente com os compradores.

Das discussões desta reunião concluiu-se que uma política adequada para o leite, do ponto de vista dos produtores, deveria contar com a racionalização do consumo de insumos, com a espera da auto-regulação do mercado, com a força política dos sindicatos rurais e cooperativas, com a divulgação do custo de produção de leite aos consumidores, tudo isto amparado por uma campanha de marketing destinada a valorizar o leite e incentivar o seu consumo.

Verificou-se que os produtores estavam desejosos de resolver o problema de maneira imediata, na expectativa de que frente à recente liberação do preço o mercado também deveria atingir o equilíbrio rapidamente. Mostrou-se que em todo processo de liberação de mercado o equilíbrio acontece naturalmente, passando por várias crises de abastecimento e desabastecimento. Assim, previu-se que o equilíbrio para o setor somente seria atingido nos próximos dois anos, à partir de sua liberação efetiva - ocorrida em novembro de 1990 -, com o amadurecimento das relações entre produtores e compradores. Na situação de livre mercado, os setores que já estavam organizados, como as indústrias de laticínios, levam vantagem de imediato, por possuírem um maior poder de pressão. Assim, o equilíbrio somente poderá ser atingido quando o setor mais fraco conseguir fortalecer sua posição.

Nona Reunião

A nona reunião ocorreu dia 26/02/91, na Câmara Municipal de Santo Antônio do Amparo, onde estabeleceu-se que a negociação seria feita em função dos maiores preços pagos pelas cooperativas regionais, dos preços médios dos principais insumos utilizados na produção do leite e da planilha de custos para a região elaborada na ESAL.

A negociação deveria considerar a planilha regional e a planilha oficial da EMBRAPA, a exemplo do cálculo da inflação, que era feito por várias instituições, como o IBGE, a FVG e o DIEESE. Deste modo seria adquirido um maior controle e uma visão global da situação dos produtores, evitando-se avaliações tendenciosas. Decidiu-se que, para subsidiar negociações futuras, a planilha regi-

onal, na época feita baseada apenas em um grupo de produtores da região de Lavras, deveria ser estendida a grupos de produtores de outras cidades da região, via seus Sindicatos Rurais.

A estratégia a ser seguida nos municípios visava a seleção de um grupo de três produtores, com base na suas lideranças na região, para constituírem a Comissão Municipal de Leite, responsável pela formulação de sugestões a serem enviadas à Comissão Regional da FAEMG. A negociação seria feita em termos de preços mínimos, amparada por autorizações legais dos produtores à Comissão de Leite, devendo esta negociar com as indústrias o volume total de leite produzido em um município ou região. A negociação deveria ser feita por grupos de produtores, visando proteger pequenos agricultores, cujo poder de barganha, sabe-se que é quase nulo. Previam-se a firmação de um contrato coletivo de venda do produto, uma vez que ninguém teria força para negociar isoladamente.

Décima Reunião

A décima reunião ocorreu dia 12/09/91, no Sindicato Rural de Lavras, contando com a participação do grupo de produtores e de representantes do Sindicato.

Os temas abordados foram a situação dos produtores de leite na época e o processo de negociação com os laticínios. Procedeu-se também a comparação dos resultados técnicos e econômicos individuais e do grupo.

A análise das planilhas de custo e dos preços recebidos mostrou que a situação havia melhorado à partir de junho de 1991, porém questionou-se sobre a segurança da permanência desta situação. Mostrou-se a preocupação de que o governo não repetisse a experiência fracassada da liberação do preço de 1990, quando a liberação foi feita na época de excesso de leite (safra).

Verificou-se que o processo de negociação do preço do leite com os laticínios da região já havia apresentado avanços significativos, tendo sido obtido o compromisso de alguns laticínios em discutir a possibilidade de pagar as planilhas de custo quinzenalmente. Além disso, discutiu-se os termos do contrato coletivo a ser firmado entre os sindicatos locais e as indústrias laticinistas, onde além do preço a ser pago, discutia-se também, o prazo do contrato, as cotas e as possíveis penalidades, visando um perfeito

comprometimento de ambas as partes.

Naquela época, apesar da crença no sucesso da liberação dos preços, os produtores reconheciam que, com o gado recebendo alimentação e cuidados sanitários conforme o preço do leite, este preço jamais pagaria os seus custos totais de produção.

A análise das planilhas permitiu verificar que quando aumentava-se a produtividade das vacas em lactação em um litro, a queda nos custos era imediata. Observou-se também que uma pequena melhora no preço recebido pelos produtores tendia a melhorar os investimentos. Isto foi evidenciado quando comparou-se os cuidados sanitários e alimentação realizados pelos produtores de leite C e B. Enquanto os primeiros baseavam a alimentação do gado em silagem, capim, cana-de-açúcar e um mínimo de ração, os últimos utilizavam basicamente concentrados e rações balanceadas na própria fazenda.

A avaliação de estatísticas prévias, extra-oficiais, de revistas e jornais mostrou que o consumo per capit de leite no Brasil estava caindo cada vez mais, aumentando, assim, a responsabilidade do governo, mediante uma eficiente política de preços, em contribuir para o aumento do seu consumo.

Os produtores concluíram que a produtividade era fator decisivo para a melhoria de sua situação a médio prazo. Era consenso do grupo que não poderia haver indefinições: ou o governo controlava eficientemente o preço do leite, através de políticas bem formuladas e seguras, ou abandonava definitivamente esta prática. Os produtores não poderiam conviver com a incerteza frente à possibilidade do Governo interferir novamente no mercado do leite. Esta definição revelou-se fundamental para nortear o negócio e dar segurança aos produtores que, pela natureza da empresa rural, demoram a "quebrar", estando em um processo lento de descapitalização. Assim, os empresários rurais não poderiam investir para aumentar a produtividade, sem antes estarem seguros do ambiente em que atuam.

A única maneira segura de garantir lucros era via aumento de produtividade e redução de custos. Para melhorar a produtividade, os sindicatos rurais e cooperativas deveriam ser órgãos mais atuantes, na divulgação de medidas a serem implementadas pelos produtores, bem como de cuidados necessários, além da divulgação

de informações sobre preços de insumos, e outras medidas de interesse dos empresários. Citou-se os exemplos bem sucedidos da formulação e comercialização de ração pela Cooperativa Agrícola Alto Rio Grande, de Lavras; e a criação do Programa "Tele-Ração", por iniciativa do Sindicato Rural de Lavras e da ESAL. Além das informações de mercado, informações periódicas sobre a qualidade e situação dos insumos também eram desejados pelos produtores para se prevenirem de eventuais problemas com componentes das rações, como baixa qualidade ou até mesmo toxidez.

4.6. Análise das Reuniões

Pela análise do "feed-back" das reuniões percebeu-se que as discussões giraram em torno de cinco temas principais, que deverão ser analisados para entender os rumos do setor leiteiro. Estes temas foram:

- 4.6.1. A necessidade de promover a valorização e o aumento do consumo de leite;
- 4.6.2. A necessidade urgente de organização do setor produtivo;
- 4.6.3. A questão do fortalecimento político e da representação dos produtores;
- 4.6.4. As formas de participação política;
- 4.6.5. A necessidade de profissionalização técnico-administrativa do setor.

4.6.1. Promoção da Valorização e Aumento do Consumo de Leite

A origem da defasagem entre preços recebidos e custos de produção está no fato do leite não ser um produto valorizado pelos consumidores e, conseqüentemente depreciado. Isto ocorre porque historicamente não criou-se o hábito na população brasileira de tomar leite, mantendo o consumo muito abaixo do nível recomendado pela Organização Mundial de Saúde. Soma-se a isso a escassez do produto e a sua desvalorização como alimento por grande parte da população. Além do baixo consumo, a população não se preocupa com a qualidade do leite. Isto foi evidenciado quando verificou-se que no início de 1990 o consumo de leite "in natura" em Lavras era

equivalente ao dobro do consumo de leite pasteurizado, comercializado pela cooperativa local.

Esta questão está de acordo com o estudo desenvolvido por MASSA (1986), que constatou que o volume médio de leite consumido em Lavras era inferior às necessidades humanas, sendo menor ainda nas classes de menores rendas. Pouco mais da metade do leite consumido no município não era pasteurizado, e o principal ponto de não aceitação do leite pasteurizado era a sua padronização, representada pela ausência de gordura. Este autor concluiu que uma estratégia eficiente para aumentar o consumo de leite fluido seria a combinação de uma embalagem de meio litro acompanhada a um forte esquema publicitário.

4.6.2. Organização do Setor Produtivo

[A problemática enfrentada pelo setor pode ser sintetizada afirmando que a agropecuária nacional é potencialmente forte, mas desorganizada, e que devido à falta de união os produtores não conseguem estabelecer um preço adequado para sua mercadoria.] Além disso, o setor não divulga seus resultados, nem tampouco suas dificuldades. A questão da dificuldade em promover a união de classe está de acordo com o discutido por GOODMAN et alii (1985), ao analisar a agroindústria, políticas e estruturas sociais rurais.

Para se organizar politicamente não há necessidade do setor se unir em um partido político. Os representantes e a organização do setor devem surgir dentro do pluripartidarismo. A FAEMG (Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais) e a FETAEMG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais) são representações dos produtores e trabalhadores rurais no estado, não vinculadas a partidos políticos. A experiência da UDR (União Democrática Ruralista), começando como uma organização de produtores rurais, mostrou como estes podem e tem condições para se organizarem politicamente. Porém, o fracasso se deu porque a UDR praticamente se transformou em um partido político, chegando até mesmo a lançar um candidato próprio à Presidência da República, nas eleições de 1988, sem contudo, estar firmada em bases sólidas de representatividade à partir dos municípios. Este

caso evidencia a necessidade de manter-se o pluripartidarismo.

Uma vez identificado que a organização é a maior necessidade para o fortalecimento de qualquer classe, citou-se como exemplo a estrutura de representação política desenvolvida pela FIESP, contando com lobistas, economistas especializados e profissionais de marketing, apoiando as reivindicações da classe, com medidas fundamentais para o fortalecimento e organização do setor.

Medidas efetivas de organização dos produtores de leite foram tomadas à partir da organização de seus legítimos representantes em cada município: os sindicatos rurais. A estratégia foi a organização dos sindicatos rurais do Sul de Minas, a partir de sua divisão em quatro micro-regiões, cada uma com cerca de vinte e sete sindicatos.

Foram escolhidas as micro-regiões de Lavras, Carmo de Minas, Machado e Passos, tendo sido selecionado o Sindicato Rural de Lavras como a central desta organização, em função de sua posição estratégica e de sua estrutura física e humana. As associações micro-regionais teriam os objetivos de avaliar eventos, fazer propostas, reivindicações, e até mesmo adquirir insumos em quantidades maiores e preços menores, facilitando inclusive sua distribuição aos pequenos produtores.

As comissões regionais de leite da FAEMG foram criadas em função dos compradores de leite, para regionalizar as informações de preço e custo (planilhas regionais), considerando as particularidades de cada local. A FAEMG pretendia intermediar a negociação de preços, respeitando as diferenças regionais de transporte, e indústrias, dentre outras.

De 1989 a 1991 quase 60% do leite brasileiro foi comprado por cooperativas, que geralmente remuneravam melhor os produtores, a exemplo da Cooperativa Central de São Paulo (Paulista) e de Minas Gerais (Itambé). Representantes da Comissão de Leite da FAEMG salientaram nas reuniões que, Minas possuía, no início de 1991, cerca de 120 cooperativas de produtores e leite, número que deveria ser ampliado, em função da maior organização do setor. Através do sistema cooperativista os produtores conquistavam vantagens como o pagamento quinzenal. Em junho de 1989 a Itambé adotou esta forma de pagamento, a exemplo do que já fazia a Paulista. Porém, após o Plano Collor, muitas cooperativas que

usavam esta forma de pagamento voltaram a pagar mensalmente.

A situação de desorganização dos produtores fez com que a apropriação do fruto de seu trabalho ficasse com os outros agentes econômicos. Em Minas Gerais, antes da liberação do preço, o produtor recebia cerca de 60% do preço pago pelo consumidor. Após a liberação passou a receber 52%, e no final de 1990 apenas 48%. A mesma tendência foi registrada na relação entre o preço recebido pelo produtor e o preço pago pelas indústrias de leite em pó. Em março de 1990, uma lata de leite em pó (454 gramas) custava Cr\$ 50,00 e o produtor recebia Cr\$ 8,50 por litro de leite C. Em dezembro, a relação foi de CR\$ 270,00 para Cr\$ 30,50. O produtor, que recebia 17% do valor do leite em pó em março de 1990, passou a receber 11% em dezembro deste mesmo ano. Considerando os índices de inflação e os prazos decorridos entre a venda do produto e o recebimento, essa apropriação aumenta, agravando ainda mais a situação dos produtores.

A necessidade de organização para a negociação de preços originou medidas concretas em favor do fortalecimento do setor leiteiro do Centro-Sul de Minas e com a tendência do início da década de 90, de liberalização da economia, esperava-se que os demais setores agropecuários iniciassem o mesmo processo, levando esta preocupação também aos consumidores, contribuindo para a valorização da agropecuária nacional.

A partir da organização dos produtores de leite, a classe produtora e seus representantes regionais já conhecia o quanto custava produzir, e tinha respaldo para negociar o preço com os compradores. Restava ainda conscientizar os consumidores urbanos dos custos de produção, políticas e questões envolvidas. Conquistando o apoio dos consumidores o setor passaria a ser interpretado corretamente pelos meios de comunicação, pressionando o governo e possibilitando atingir o equilíbrio de mercado esperado. [Evidencia-se assim a importância de organização do setor, pois se este não se organizar jamais terá forças para comandar a liberação do preço do leite, pois o governo não administra pedidos e sim pressões, e só se faz pressão quando se está organizado.]

Era necessário que os produtores continuassem o processo de organização, unindo-se e lutando pelos interesses da classe. Esta

luta tinha como alvo, a curto prazo, o preço, mas a longo prazo deveria buscar outras reivindicações associadas a esta questão, como os preços dos insumos utilizados na produção, a fiscalização da qualidade do produto, a assistência técnica, o crédito para custeio e investimentos, além do pagamento do transporte pelo agente comprador.

O processo de organização e participação política iniciado pelos produtores de leite deveria visar uma representação cada vez mais forte na busca de melhores negociações tanto do lado da compra dos insumos como na venda do produto. Estas negociações, associadas a uma busca constante de menores custos por litro, via aumento de produtividade, levariam os produtores mais eficientes a assegurar sua competitividade dentro do setor leiteiro.

4.6.3. Fortalecimento Político e Representação dos Produtores

A questão da necessidade de fortalecimento político e da legitimação da representação dos produtores foi evidenciada em todas as reuniões, mostrando que este processo deveria se iniciar a partir dos municípios. Deste modo, seria sistematizada a "ação-micro" com a "ação-macro". A primeira foi abordada por este trabalho pelo acompanhamento do grupo de produtores de leite, e ao provocar mudanças segundo a metodologia de pesquisa-ação. A segunda foi representada pelo questionamento da política de leite e pela tentativa de indução de mudanças na percepção e no comportamento dos produtores frente à estas questões.

A mudança é um fenômeno inseparável da vida das organizações, que estão em contato com um ambiente em contínua mutação. Os resultados apresentados reforçam os observados por OLIVEIRA & ANDRADE (1990) ao considerar mudanças nas concepções dos indivíduos, caracterizados pela busca de maior autonomia em seu trabalho, pela segurança na empresa, pelo poder de influência nas decisões sobre problemas de sua classe e pelo ideal de realização. Os produtores buscavam maior autonomia ao reivindicar o afastamento do governo do controle do preço do leite, deixando o mercado se auto-ajustar no longo prazo. Assim, aspiravam um clima de segurança com uma remuneração satisfatória, mas percebiam que isto só seria possível na medida em que se unissem em torno desse objeti-

vo, e conseguissem estabelecer uma representação legítima e aceita por todos. O fortalecimento político exigia mudanças conceituais, de difícil realização, concordando com o estudo de GOODMAN et alii (1985).

O município de Lavras era um bom exemplo da falta de poder político do setor rural, possuindo em 1991 cerca de 25% de sua população formada por produtores rurais, e contando com uma pequena representação desta classe na Câmara Municipal, quando era normal esperar-se que aproximadamente um quarto dos vereadores fossem representantes do setor. Assim, a agropecuária local não possuía nenhum poder de negociação política, por falta de representação, dificultando a defesa dos interesses da classe.

Em diversas ocasiões observou-se a necessidade de criar-se uma bancada com representantes legítimos originados dos próprios agricultores. Os Sindicatos Rurais deveriam escolher seus candidatos, comprometidos com o setor e apoiados por toda a classe. A base da organização política dos produtores rurais seriam os municípios, através da eleição de vereadores e prefeitos, depois através de associações de Sindicatos Rurais, regionais e estaduais, poderiam ser eleitos deputados estaduais, e assim sucessivamente, até chegar a nível nacional.

A maioria dos produtores não reconhecia a legitimidade e ignorava a função de representação política dos Sindicatos Rurais, não participava de reuniões e não dava a devida importância às suas decisões. Muitos produtores esperavam dos Sindicatos Rurais apenas benefícios como tratamentos médico-odontológicos, único motivo pelo qual procuravam manter em dia suas mensalidades. Não consideravam o apoio e a assistência técnica que os Sindicatos poderiam oferecer como suporte às suas atividades produtivas.

Os Sindicatos Rurais contavam com médicos e dentistas, mas raramente dispunham de Engenheiros Agrônomos, Médicos Veterinários e Advogados, profissionais diretamente ligados às necessidades dos produtores. Deste modo, os Sindicatos estavam dando muita atenção à área de saúde, esquecendo seu verdadeiro objetivo, o de representar politicamente os produtores e de lhes prestar suporte técnico às questões enfrentadas no dia-a-dia.

Salientou-se que as cooperativas tinham maior influência sobre os produtores que os Sindicatos, em virtude destes estarem

concentrando-se em atividade alheias à sua real função, como o atendimento médico-odontológico, também importantes sob o ponto de vista social, mas que contribuíam para a perda de sua representatividade política dos produtores. Deste modo, identificou-se a necessidade de medidas visando a profissionalização dos Sindicatos Rurais e a recuperação de seu poder político.

4.6.4. Formas de Participação Política

Como medida de participação política do setor manifestou-se nas reuniões a preocupação com investimentos em marketing, por parte das associações de produtores, cooperativas ou da própria FAEMG, incentivando o consumo de leite.

O consumidor paga mais caro por bebidas de custo de produção relativamente baixo, como por exemplo, refrigerantes, cerveja e água mineral. Além disso ainda reclamava do preço do leite, geralmente menor que o preço destas bebidas, refletindo o poder de influência do incessante bombardeio da mídia para estes produtos, levando os consumidores a aceitarem com muito mais naturalidade os aumentos dos preços de refrigerantes e cervejas, que os do leite, Quadro 15. Evidenciou-se assim, a necessidade de os Sindicatos Rurais pressionarem as cooperativas centrais de laticínios para investirem em marketing.

Quadro 15 - Comparação dos preços de algumas bebidas no varejo, em julho de 1991.

BEBIDA	VOLUME	PREÇO EM CR\$	PREÇO EM US\$
LEITE C	1 LITRO	150,00	0,41
LEITE B	1 LITRO	189,00	0,50
REFRIGERANTE	1 LITRO	200,00	0,55
CERVEJA	600 ml	250,00	0,68
ÁGUA MINERAL	1,5 LITROS	200,00	0,55

Fonte: Dados da pesquisa

Em diversas ocasiões foi debatida a necessidade de criar canais de comunicação com produtores e consumidores, visando divulgar a situação do setor produtivo, na tentativa de conquistar o apoio dos consumidores às suas reivindicações. Assim passou-se a

considerar as seguintes metas:

- A formação de uma comissão para estudar um processo concreto de valorização da agropecuária, podendo contar até mesmo com um grupo em cada município;
- A formação de uma comissão para a divulgação das dificuldades, lutas e conquistas dos produtores rurais, visando esclarecer a própria classe e conquistar o apoio dos consumidores;
- A criação de um jornal dos sindicatos rurais, para veicular suas idéias, propostas e reivindicações.

Em diversas ocasiões discutiu-se medidas de pressão disponíveis aos produtores no processo de negociação com as indústrias, como a diminuição da produção para garantir preços, a exigência de pagamentos baseados nas planilhas de custo e a diminuição de gastos com insumos. Apareceram propostas mais radicais, como uma greve nacional e a diminuição da oferta de leite para os grandes centros urbanos.

A FAEMG visava, através de suas comissões de leite, além de negociar o preço do leite com as indústrias, informar os produtores sobre alternativas de compra de insumos, objetivando reduzir os custos de produção, bem como prestar orientações de ordem técnica, como o manejo das pastagens, do rebanho e a formulação de rações.

A comissão de negociação do preço do leite da SIASCOM, encarregada de formular uma estratégia de negociação pacífica, mas adotando uma posição firme em defesa de melhores preços para os produtores, baseava-se nos seguintes argumentos:

- Historicamente as cooperativas têm pago melhor o leite do que as indústrias de laticínios;
- Elevação constante dos custos de produção, conforme as planilhas do DAE/ESAL - Sindicato Rural de Lavras e da EMBRAPA;
- Nos preços dos insumos básicos, que têm crescido numa proporção muito maior que o preço do leite;
- Na maior facilidade de acesso ao conhecimento do mercado do leite e derivados por parte das associações, que dos produtores isolados;
- Na criação em cada Sindicato, de uma Comissão de Leite, responsável por levar aos produtores de cada município os resultados da negociação;

- Na divulgação dos resultados, inclusive dos custos de produção de leite e derivados, após cada novo encontro de negociação com as indústrias.

A negociação com as indústrias, em cada localidade, contaria com a presença dos três representantes da comissão de leite mais o representante do sindicato local. Abrangeria, no mínimo 50% da recepção do leite em cada indústria, um período de duração de 6 meses, estabelecimento de um preço mínimo para o leite, considerando-se a margem de comercialização, ou a relação entre preço recebido pelo produtor e preço pago pelo consumidor final. Tomaria-se o preço pago pelas cooperativas como referência, partindo do princípio de que estas remuneram melhor os produtores por estarem mais comprometidas com seus interesses presentes e futuros.

Finalmente, acreditava-se que as indústrias laticinistas também não possuíam experiência em negociações, uma vez que até recentemente o governo sempre atendia às suas reivindicações, fixando preços baixos para os produtores, independente ou não da concorrência destes. Assim, indústria e produtores organizados estariam aprendendo o processo de negociação, num primeiro momento.

Verificou-se que no Brasil quem determinava a política agrícola era o Ministério da Economia, e que os produtores precisavam organizar-se para não repetir erros passados, quando sindicatos convidavam candidatos a algum cargo público para lhes falar a respeito de suas posições e metas para a agropecuária. A proposta discutida considerava a necessidade de selecionar candidatos que fossem representantes autênticos da agropecuária, escolhidos pelas lideranças rurais e comprometidos com um programa que atendesse aos interesses da classe. Estes representantes estariam preocupados com políticas de longo prazo, ao invés de políticas imediatistas, muitas vezes atreladas a motivos eleitorais, como vinha ocorrendo, conforme trabalhos de MONTEZANO et alii (1982) e CUNHA (1982).

4.6.5. Profissionalização do Setor Leiteiro

A profissionalização técnico-administrativa do setor faz-se necessária para garantir produtividade com rentabilidade, conferindo melhores condições para enfrentar a situação de baixos retornos e altos riscos.

Diante da necessidade de maior profissionalização, agindo como autênticos empresários, em algumas reuniões prevaleceram assuntos técnicos, visando à redução dos custos de produção e ao aumento da produtividade.

Abordou-se o coeficiente de produtividade das pastagens (litros por hectare), a análise do período de lactação, e do intervalo entre partos, como medidas para melhorar o desempenho zootécnico do rebanho. Salientou-se ainda, a importância de fornecer ração conforme a capacidade de produção de cada animal, que uma vez conhecida, permite a diminuição do consumo de ração, mantendo a mesma produção. Também tratou-se de assuntos gerais relativos ao manejo do rebanho, à adubação de pastagens e capineiras e à divisão de pastos em piquetes. Todos estes aspectos foram levantados pelos próprios produtores, que trocavam informações e experiências, com o apoio técnico da equipe de pesquisa.

Constatou-se a necessidade de partir para a tecnificação da pecuária leiteira, uma vez que a profissionalização era a melhor arma contra a ineficiência.

O aumento da produtividade era condição para melhorar o desempenho técnico e econômico, e garantir uma pecuária auto-suficiente, entretanto este aumento era uma questão técnica e política. O país dispunha de tecnologia para tal, mas do ponto de vista político, o aumento da produtividade dependia de uma decisão de optar pelo desenvolvimento da economia leiteira, com a participação democrática de todos os setores envolvidos.

Valorizou-se assim a variável tecnologia, descrita por OLIVEIRA & ANDRADE (1990), que engloba dois tipos de tecnologias distintos: a administrativa e a produtiva. Ambos foram objetos de trabalho dos esforços de pesquisa-ação.

No início da pesquisa de campo e das reuniões, a maior parte dos pecuaristas não se preocupava com a tecnologia administrativa. Havia pouca motivação, e os instrumentos gerenciais,

quando usados, restringiam-se ao atendimento das exigências fiscais e da legislação trabalhista. A maioria dos produtores confiava na memória, e assim fundamentava suas decisões.

Com o desenvolvimento do processo de acompanhamento dos produtores, da pesquisa-ação, e com o decorrer das reuniões, onde os empresários, além de tomar conhecimento de sua própria situação, podiam compará-la com a do grupo, observou-se uma tendência ao uso dos instrumentos gerenciais, principalmente das fichas de controle da produção.

Verificou-se que cada produtor adaptou, conforme suas necessidades, o modelo de administração proposto, o qual passou a ser consultado para as tomadas de decisão. Como consequência desenvolveu-se a motivação com a pesquisa como um todo, e especificamente para a importância da tecnologia de administração rural.

[Algumas medidas para a profissionalização do setor podem ser citadas como exemplo de iniciativas bem sucedidas ou de metas a serem alcançadas. Em primeiro lugar a formação de grupos de produtores para prestação de serviços de assistência técnica, com a obtenção de tecnologia a menor custo (rateado entre os produtores do grupo), bem como para operações de compra de insumos em quantidades maiores, beneficiando-se dos descontos. Este procedimento já foi testado com sucesso por alguns produtores da região de Lavras.]

Pode-se citar também o sistema de provisão de insumos e equipamentos, com saldo devedor transformado em litros de leite, como o exemplo da iniciativa pioneira do BEMGE, ao criar o Produleite (Programa de Assistência Integrada à melhoria da Produtividade da Bovinocultura de Leite), em parceria com a EMATER-MG, no início de 1990.

[O pagamento do leite por qualidade é outra medida fundamental para a profissionalização e modernização do setor. Enquanto nos países desenvolvidos o pagamento é feito considerando também o nível de proteína, além da gordura; no Brasil ainda nem foi corretamente valorizado este último aspecto, permitindo às indústrias a produção de manteiga à partir de uma matéria prima (gordura) que acaba saindo a custo praticamente zero.]

A falta de espírito empresarial na área rural foi debatida

nas reuniões, citando a inexistência da microempresa rural, com privilégios e auxílios fiscais, á semelhança da microempresa urbana. Abordou-se a necessidade de trabalhar baseado nos custos de produção, no aumento da produtividade, e que com a abertura do mercado externo (uma das propostas do Governo Collor), a agricultura poderia perder a concorrência, caso não buscasse meios para se tornar mais profissional, mais forte e competitiva.

4.7. Diretrizes Políticas e Perspectivas para o Setor Leiteiro

A década de 80 não foi favorável ao setor leiteiro, praticamente sem crescimento, com duas grandes importações de leite em pó, em 1986 e 1989, contribuindo para desestruturar ainda mais o setor que conviveu com baixas produtividades e uma profunda recessão econômica. Somente com uma organização adequada e o perfeito entendimento entre produtores, indústrias e consumidores, associado a medidas políticas eficazes, poderá ser alcançado um bom desempenho do setor nos próximos anos.

A expectativa de crescimento econômico e a explosão populacional geram previsões de que no ano 2000 será necessário uma produção anual de trinta e três bilhões de litros de leite, cerca de três vezes a produção atual, indicando a necessidade de políticas e técnicas que permitam o aumento da oferta na mesma proporção.

Perspectivas otimistas para o setor leiteiro podem ser feitas quando se verifica que há potencial imediato para o crescimento econômico do país e da população, que há uma demanda reprimida por leite e derivados (produtos com alta elasticidade renda), que o setor leiteiro tende a passar por um processo de transformação tecnológica mediante a internacionalização da economia. Estes fatores conduzirão o setor a uma maior competitividade, provocando queda nos preços e melhora na qualidade.

As medidas sugeridas a seguir podem beneficiar o aumento da produção e da produtividade nos anos 90, evitando as importações, e garantindo o desenvolvimento do setor leiteiro. Inicialmente, é essencial privilegiar os autênticos produtores de leite, que tem gastos bem maiores que os produtores eventuais, por investirem em

tecnologia, em melhoria do rebanho e de seu sistema produtivo. Na época das águas o preço do leite deve ser compatível com seu custo de produção. As cotas deveriam ser privilegiadas, ao invés de protegidas.

A análise das planilhas do grupo de produtores acompanhado mostrou que o pequeno produtor produzia um leite muito caro, motivo pelo qual questionou-se se a produção de leite comercial seria atividade para pequenos produtores, pois seu custo fixo por litro torna-se muito elevado. As indústrias também preferem produtores maiores, pois para elas é mais vantagem ter, por exemplo, dez fornecedores de 1000 litros diários, do que cem fornecedores de 100 litros diários. Assim, a produção de leite para ser competitiva deve ser feita em grande escala. Esta preocupação não é exclusividade brasileira, sendo amplamente discutida no trabalho de CARVALHO et alii (1982), questionando o futuro da produção leiteira em Portugal.

Seria interessante uma política que beneficiasse por volume produzido, visando estimular a produção individual e o aumento da produtividade. Na Cooperativa Central Paulista, por exemplo, 80% do volume de leite é produzido por apenas 20% dos cooperados.

No que diz respeito à política fiscal, faz-se necessário buscar uma ampla revisão, pois a tributação sobre o leite e os demais produtos agrícolas é excessivamente alta, cerca de 20%, principalmente em função do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte e Comunicações), imposto que a constituição de 1988 colocou no lugar do antigo ICM. Medidas de redução ou até mesmo eliminação da carga tributária sobre o leite são importantes, visto que é um produto de consumo popular, e o impacto da tributação sobre seu preço afeta a população de baixa renda. Com tais medidas, perderiam razão de existir os mercados clandestinos e os sonegadores de impostos, melhorando a qualidade do produto e o seu fluxo pelos canais normais de comercialização. Além disso, a redução da tributação possibilitaria a queda dos preços, colocando o produto mais acessível à população, contribuindo para melhorar seu nível nutricional.

Além da liberação do preço do leite, os produtores também esperam a viabilização do Fundo de Desenvolvimento do Setor

Leiteiro, proposto em 1990 pelo Ministério da Agricultura e Reforma Agrária - MARA. Este programa visa a captação de recursos para o financiamento de uma modernização para o setor, tendo por metas o aumento da produtividade, a auto-suficiência e geração de excedentes até o ano 2000. Assim, pretende-se que a produção nacional passe dos atuais treze bilhões de litros anuais para cerca de trinta e três bilhões (a demanda atual é de quinze bilhões de litros por ano).

5. CONCLUSÕES

5.1 Política Geral para o Leite

Frente à inexistência de uma política de apoio ao setor leiteiro a longo prazo, definida conforme suas reais necessidades, é muito difícil para o produtor decidir sobre a realização de investimentos visando aumentar sua produtividade.

Os produtores são favoráveis ao livre mercado para o leite, mediante garantias reais de não intervenção do governo, fim das importações de leite em pó, e impedimentos da formação de cartéis das indústrias laticinistas e fabricantes de insumos. Só assim o mercado pode tender ao preço de equilíbrio, colocando-se em uma situação mais justa para todos os setores envolvidos.

Os produtores condenam a política de importação de leite em pó e derivados lácteos utilizada pelo governo para garantir sua oferta na entressafra, ao invés de lhes oferecer condições adequadas para suprirem a demanda interna do país.

Diante da liberação efetiva do mercado os produtores esperam preços mais justos, que permitam a recuperação da situação de descapitalização, e garantam condições de investimento e crescimento. Para isto, as prioridades são investimentos em produtividade: melhoria dos rebanhos, qualidade das pastagens e estrutura física da produção.

5.2 Custos de Produção e Preços

No início do trabalho a maior parte dos produtores era alheia aos custos fixos, não os considerando em suas análises de

rentabilidade. Mesmo assim os preços controlados pelo governo já eram considerados insuficientes e desanimadores. Com o desenvolvimento das reuniões houve a conscientização em relação aos custos fixos, como sendo custos que existem independente de haver produção, e representam investimentos que devem ser recompensados. Nas últimas reuniões os produtores já comparavam seus valores de custo fixos e discutiam alternativas para reduzi-los ou aproveitar melhor o capital fixo, reduzindo sua ociosidade, como por exemplo, no caso de uma máquina com pouco uso, ou da baixa taxa de lotação das pastagens.

A partir do conhecimento dos custos totais de produção os produtores conheceram sua verdadeira situação e passaram a defender de maneira muito mais intensa a liberação de preços como medida para melhorar os preços recebidos.

5.3. Organização e Participação Política

É muito importante que os produtores tenham conhecimento do complexo quadro institucional que envolve o leite desde sua produção até a distribuição final. Os produtores devem estar dispostos a discutir suas pretensões com os demais interessados no processo.

As reuniões de divulgação e confrontação de resultados técnicos e econômicos foram bem aceitas pelos produtores, que verificaram a importância do intercâmbio de informações técnicas e da busca de soluções em conjunto. As reuniões proporcionaram também um aprendizado, com os produtores aproveitando-se das experiências de cada participante, nos aspectos técnicos e econômicos, auxiliando sua organização e contribuindo para o aumento da produtividade e rentabilidade.

Os produtores reconhecem que o setor agrícola, e especialmente o setor leiteiro é muito fraco politicamente, ficando na maioria das vezes entregue a decisões de burocratas sem conhecimento das necessidades do setor, sem vivência na área, motivo pelo qual a política leiteira mostra-se inadequada, na maioria das vezes mais preocupada com questões eleitorais que com o desenvolvimento da pecuária e o crescimento técnico e econômico dos produtores.

A implementação de trabalhos desta natureza, de organização

e conscientização, é incentivada pelos produtores, que sentem a necessidade de expansão para outras regiões, como medida de engajamento político e participação do setor. Os produtores reconhecem que um passo fundamental para melhorar a rentabilidade do leite é sua organização em bases sólidas a partir dos Sindicatos Rurais. Verifica-se a importância deste tipo de trabalho para fixar diretrizes para a formulação de políticas para o setor leiteiro.

Os produtores defendem a organização local, reconhecendo os Sindicatos Rurais como representantes legítimos da classe, responsáveis pela formação da base política nos municípios.

A formação de comissões representativas de produtores nos sindicatos rurais para negociar o preço com cooperativas e indústrias é aceita e defendida pelos produtores, que veem nesta atitude a criação de poder de barganha em virtude da negociação de um grande volume de leite.

Pelo acompanhamento e documentação do início do processo de organização e participação política dos produtores de leite do Cetro-Sul de Minas, em duas situações distintas - sob preços controlados e na condição de livre mercado - pode-se concluir que importantes conquistas foram obtidas, sendo, talvez a principal delas a tomada de consciência de sua real situação, da necessidade de estarem coesos e de terem uma representatividade democraticamente escolhida, para negociarem questões de interesse coletivo.

No final do ano de 1991 o setor já contava com uma organização relativamente eficiente, a partir dos Sindicatos Rurais, das comissões locais, regionais e estaduais de leite, sob a ação integrada e da SIASCOM e da FAEMG. Entretanto muito ainda precisava ser conquistado para a profissionalização do setor. Considerava-se a necessidade de atenção constante às evoluções das políticas de preços, importação e estoques reguladores do governo, bem como a conquista de políticas eficientes que garantam linhas eficientes de crédito rural, de assistência técnica e pesquisa, sem o que o setor não pode evoluir.

6. SUGESTÕES PARA FUTUROS TRABALHOS

Os mecanismos de resposta da produção de leite aos preços necessitam ser bem compreendidos, para possibilitar aos formuladores de políticas o conhecimento dos períodos de maior eficiência das medidas de estímulo à produção. Assim, seria interessante um estudo objetivando avaliar a influência dos preços recebidos pelos produtores sobre a produção de leite.

Seria interessante incluir em futuros trabalhos a análise de variáveis sócio-psicológicas, considerando suas influências sobre a ação dos responsáveis pela negociação, dos líderes dos produtores e dos interesses em jogo; objetivando aprimorar metodologias capazes de levar ao melhor conhecimento da realidade existente, e com base nessa realidade, propor soluções para os problemas que entram o desenvolvimento da pecuária leiteira nacional.

Outra questão a ser avaliada é a validade da distribuição gratuita de leite, que para LOPES (1988), "vicia o beneficiado, estimula a indigência e pode levar milhões a frustração quando o programa chegar ao fim, neste ou em outro Governo." Este impacto começou a ser sentido com a redução de 20% no volume de leite distribuído pelo programa, em março de 1990, com o Plano Brasil Novo.

Destaca-se a necessidade de intensificar trabalhos de avaliação de indicadores da conjuntura da pecuária leiteira. Esses trabalhos tornam-se importantes devido ao aumento do volume e da velocidade do fluxo de informações, e à necessidade dos produtores e de suas associações, de terem informações organizadas e atualizadas para se manterem eficientes e participarem do processo de decisão de políticas para o setor.

Acompanhando o processo de modernização e liberalização do mercado de leite fluido que iniciou-se no país no início da década de 90, faz-se necessário estudar os impactos de políticas sobre todos os segmentos, desde a indústria de insumos e serviços, passando pela produção, transporte, industrialização até a distribuição.

Considera-se também a necessidade e o desafio de estudos envolvendo técnicas computacionais de simulação, visando uma

melhor entendimento e convivência com o maior dinamismo de processo de mudanças na sociedade e o conseqüente aumento de soluções alternativas. Uma abordagem inicial pode ser encontrada nos trabalhos de PORTUGAL (1983) e BRUNELLI (1990). A utilização da simulação na elaboração de cenários futuros e na avaliação dos impactos das mudanças tecnológicas e político-institucionais contribuirão para uma maior eficiência na identificação de prioridades de pesquisa e na validação de tecnologias para a elaboração de políticas mais adequadas, e ainda, para melhorar o processo de decisão dos produtores.

Finalmente, observa-se a necessidade de outros estudos, testando modelos e avaliando políticas, uma vez que a principal necessidade da população brasileira é a melhoria de sua situação alimentar. A solução do problema da pobreza e da distribuição no Brasil é uma questão política, mas precisa estar baseada em sólidos fundamentos teóricos para garantir seu sucesso.

RESUMO

Este estudo tem como objetivo fornecer subsídios às entidades de classe do setor leiteiro de Minas Gerais, para a sua organização e elaboração de políticas de preço para o leite, partindo do acompanhamento de um grupo de fazendas e de reuniões periódicas com produtores das regiões Centro-Oeste e Sul do Estado.

A idéia principal desta análise é que o Brasil dispõe de tecnologia capaz de promover aumentos significativos na produção de leite, porém o uso desta tecnologia tem sido limitado pela ausência de políticas estáveis, que permitam aos produtores investimentos e especialização na produção; por políticas protecionistas aos consumidores, e pela falta de organização, valorização e fortalecimento político dos produtores, que não tem poder de negociação com as indústrias laticinistas.

O estudo procedeu-se sob duas situações: a de preços controlados pelo governo e na condição de livre mercado. Encontrou-se produtores pouco organizados, desconhecedores de seus custos de produção, e das instituições envolvidas desde a produção até a distribuição final do leite; e também com níveis diferentes de rentabilidade.

Através de reuniões periódicas os produtores eram informados a respeito de seus custos de produção, da situação do mercado e das políticas a ele destinadas. Foram utilizadas técnicas de pesquisa-ação, para acompanhar o processo de conscientização e participação política.

No final de 1991 o setor já estava relativamente organizado, por meio dos Sindicatos Rurais, contando com comissões locais, regionais e estaduais, para a negociação com as indústrias. Entretanto muito ainda precisava ser conquistado para a profissionalização do setor. Havia a necessidade de atenção constante à evolução das políticas de preços, de importação de produtos lácteos e de estoques reguladores. Também era necessário a garantia de linhas eficientes de crédito rural, assistência técnica e pesquisa, sem o que o setor não poderia evoluir.

SUMMARY

This study aims to provide subsidies to the dairy sector of the Minas Gerais State, to organize and elaborate the milk price's policies, as from the follow-up a group of farmers and periodic sections with farmers of the Mid-west and Southeast regions.

The main idea of this analysis is that Brazil is technologically able to promote a significant milk's production's increase, but the use of this technology has been limited by the absence of the stable policies which would permit the producers to invest in the production's specialization; due to support policies to consumers, and by the lack of organization, valorization and politic fortification of producers which do not have power to negotiate with dairy industries.

The study was made under two situations: prices controlled by the government and free market condition. It was observed producers little organized, that ignored theirs production's costs and the institutions involved since milk's production until its final distribution; and so different incomes levels.

During the periodic meetings, producers were informed about their production's costs, market situation and its policies. Techniques of action-researches were used to follow-up the politic participation and conscientization's process.

By the end of 1991, the milk sector was relatively organized, by means of the rural syndicates, local, regional and state commitions. Nevertheless, it could have been done too much. It would be necessary the attention to policies evolution of: prices, importations and regulatory storage. Furthermore it was required guaranties of efficient rural's credit's lines, technical assistance and researches.

BIBLIOGRAFIA

01. AAD NETO, A. *Eficiência operacional na comercialização de leite na bacia leiteira de Salvador, Estado da Bahia, 1972*. Viçosa, UFV, 1973. 75p. (Tese MS)
02. ABREU NETO, F.A. de *Administração Rural e Extensão Rural*. Lavras, ESAL, 1982. 123p. (Tese MS).
03. AGROANALYSIS. Rio de Janeiro, 9(7):5-6, jul. 1985.
04. AGROANALYSIS. Rio de Janeiro, 10(7):8-10, jul. 1986.
05. AGROANALYSIS. Rio de Janeiro, 11(7):8-11, jul. 1987.
06. ALVAREZ, A.; BELKNAP, J. & SAUPE, W. Eficiencia tecnica de explotaciones lecheras. *Revista de Estudios Agro-Sociales*, Madrid, 145:143-56, jul./sep. 1988.
07. ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL. Rio de Janeiro, FIBGE, 1989, v. 49, 716 p.
08. ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral. Belo Horizonte, 1983/84. v. 5, 647 p.
09. ARAUJO, E. O pacote e a Agricultura: novas regras e o que muda no setor. *Balde Branco*, São Paulo, 26(306):13-7, abr. 1990.
10. BARAS, E. M. *Lotus 1-2-3: guia do usuário*. São Paulo, McGraw-Hill, 1987. 332 p.
11. BARCELOS, S.M. *Teoria de investimento e custos de ajuste na oferta de leite*. Viçosa, UFV, 1984. 82p. (Tese MS)

12. BARCELOS, S.M.; BRANDT, S.A.; TOLLINI, H. & CIPRIANO, J. Modelo poliperiódico de oferta de leite no Brasil: uma aplicação da teoria de investimento. CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 23, São Paulo, 1985. *Anais...* São Paulo, SOBER, 1985. V.2, P.149-59.
13. BAYMA, J. do R. *Identificação de sistemas de produção na pecuária de leite - Zona da Mata - MG.* Viçosa, UFV, 1977. 161p. (Tese MS)
14. BORG, W.R. *Educational Research - an Introduction.* New York, David McKay Company, 1965. 418p.
15. BORGES, J.K. *Métodos de trabalho em empresas rurais dedicadas à bovinocultura de leite: um estudo de caso no Estado do Paraná.* Lavras, ESAL, 1980. 62p. (Tese MS).
16. BORLAND INTERNATIONAL. *Quattro-pro; User's guide.* Scott Valley, 1989. 460 p.
17. BORTOLETO, E. H. *Diagnóstico da pequena produção leiteira - Delegacia Agrícola de Marília.* Instituto de Economia Agrícola (IEA). São Paulo, 1988. 25p.
18. BORTOLETO, E.E. & WEDEKIN, V. da S.P. *O leite Brasileiro - Análises e Perspectivas.* Balde Branco, São Paulo, 26(311):28-32, set. 1990.
19. BRESSAN, M. *Produtores de leite precisam de unir.* *Agrofolha*, São Paulo, 22 jan. 1991. p. G-2.
20. BRUNELLI, G. M. *Simulação do custo de produção de laranja no Estado de São Paulo.* Piracicaba, ESALQ, 1990. 100p. (Tese MS)

21. CALZAVARA, O. *Comportamento administrativo de produtores rurais associados ao resultado econômico*. Lavras, ESAL, 1980, 68p. (Tese MS).
22. CARVALHO, A.; BARROS, V. C. & ROCHA, J. R. *Que futuro para a produção leiteira: grande ou pequena exploração?* Centro de Estudos de Economia Agrária. Fundação Calouste Gulbenkian. Oeiras, 1982. 180p.
23. CARVALHO, B.M.T. de S.P. *Modernização da agricultura: análise de seis culturas no Brasil*. Piracicaba, ESALQ, 1982. 210p. (Tese MS)
24. CASALI, A. S. D. *Análise da estacionalidade da produção de leite na Zona da Mata - MG; ano agrícola 1977/78*. Viçosa, UFV, 1981. 73p. (Tese MS)
25. CASTRO, A. B. de *7 Ensaio sobre a Economia Brasileira*. 3.ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1977. v.1. 230p.
26. CASTRO, J. M. *Alocação do crédito rural: análise de alguns recursos empregados na pecuária leiteira de Lavras, MG, no período de 1972/77*. Lavras, ESAL, 1979. 118p. (Tese MS).
27. CAVALCANTI, A. E. S. *A modernização da agricultura e o emprego rural em Minas Gerais - Transformações da década de setenta*. Viçosa, UFV, 1986. 108 p. (Tese MS)
28. CHIAVENATO, I. *Teoria Geral da Administração*. 3.ed. São Paulo, McGraw-Hill, 1987. v. 2, 540p.
29. CONJUNTURA ECONÔMICA. Rio de Janeiro, FGV, 42-45(1/12), 1988/91.

30. COMÉRCIO internacional: a agricultura na expectativa. *Balde Branco*, São Paulo, 27(315):27-30, jan. 1991.
31. COMPANHIA DE FINANCIAMENTO DA PRODUÇÃO. Um projeto executivo para o desenvolvimento da agricultura. *Carta Mensal da SUPEC*, Brasília, 5(5):4 jun. 1990.
32. COMISSÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO AGRÍCOLA DE MINAS GERAIS. *Subsídios para a programação do desenvolvimento da pecuária bovina mineira*. Belo Horizonte, 1977. 167p.
33. CRUZ, T. A. *Resposta dos pequenos agricultores a estímulos de preço*. Viçosa, UFV, 1977. 71p. (Tese MS)
34. CRÚZIO, H. de O. *Problemas organizacionais e administrativos das cooperativas agroindustriais e agropecuárias no Estado da Bahia*. Lavras, ESAL, 1989. 135p. (Tese MS)
35. CUNHA, A. S. Comentários sobre o trabalho: "Instrumentos de Política Agrícola no Brasil: Pontos para debate.". In: SEMINÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, 1, Brasília, 1982. *Coletânea de artigos técnicos*. Brasília, MA/CFP, 1982. p.17-26.
36. DALLARI, A. D. de. *O que é participação política*. São Paulo, Abril Cultural-Brasiliense, 1984. 100p.
37. DINIZ, A. *Análise da política de interferência no mercado de leite no Brasil*. Viçosa, UFV, 1976. 62p. (Tese MS).
38. EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA / ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E EXTENSÃO RURAL DO PARANÁ. *Sistemas de Produção para a bovinocultura de leite*. Curitiba, 1975. V.1, 64p.
39. EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - Centro Nacional de Pesquisa de Gado de Leite. *O Sistema de Produção implantado no CNPGL*. 3.ed. Rev. Amp. Coronel Pacheco,

1986. 76p.

40. EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. - Centro Nacional de Pesquisa de Gado de Leite. *O custo da produção do Leite*. Brasília, SNAB/MA, 1989. 66 p.
41. EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA *I Plano Diretor da EMBRAPA: 1988-92*. Brasília, 1988. p.298-321.
42. EVANGELISTA FILHO, J. *Processos produtivos da pecuária de leite no município de Lavras, MG*. Lavras, ESAL, 1979. 88 p. (Tese MS).
43. ESTEVES JÚNIOR, V. *O perfil do consumidor de queijos da cidade de Juiz de Fora*. Lavras, ESAL, 1989. 80p. (Tese MS)
44. FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Análise da produção de leite e sugestões de políticas para o produto*. Belo Horizonte, FAEMG - DEE, 1982. 32p.
45. FARINA, E. M. M. Q. *A regulamentação do mercado de leite e laticínios no Brasil*. São Paulo, FEA-USP, 1982. 120p. (Tese DS).
46. FARINA, E. M. M. Q. *Caracterização e implementação de uma política para o leite*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GADO LEITEIRO, 1, Piracicaba, 1985. *Anais...* Piracicaba, ESALQ, 1985. p. 95-116.
47. FERNANDES, S. G. *Análise de alternativas de políticas para o setor de carnes no Brasil*. Viçosa, UFV, 1988a. 82p. (Tese MS)
48. FERNANDES, T. A. *Identificação de sistemas de produção de leite - um estudo de caso em MG*. Viçosa, UFV, 1988b. 68p. (Tese MS)

49. FREITAS, H. de Produtor quer vender leite sem intermediário. *Agrofolha*, São Paulo, 18 jun. 1991. p.6-4.
50. FONTES, M. do C. *O processo de organização e desenvolvimento de uma comunidade de trabalho pela extensão rural*. Viçosa, UFV, 1990. 125p. (Tese MS)
51. FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. *Production yearbook*. Roma, 1988. v.42, 352p.
52. GEMENTE, A.C.; OLIVEIRA, F.M. de; YAMAGUCHI, L.C.T.; SOUZA, R.M. de & BRUZZEGUEZ, I. *Desempenho técnico e econômico do sistema de produção de leite do CNPGL*. Coronel Pacheco, EMBRAPA-CNPGL, 1980. 20p. (EMBRAPA-CNPGL. Circular Técnica, 5).
53. GOMES, A.T. Planilha da Embrapa mostra defasagem no leite C. *Agrofolha*, São Paulo, 26 fev 1991a, p.6-3.
54. GOMES, A.T. Produtor de leite começa perdendo. *Agrofolha*, São Paulo, 05 fev. 1991b, p.6-2.
55. GOMES, A.T.; GEMENTE, A.C.; OLIVEIRA, F.M. & BRUZZEGUEZ, I. *Desempenho do sistema de produção de leite (CNPGL) na época da "seca" (maio a outubro/78)*. Coronel Pacheco. EMBRAPA-CNPGL, 1979. 10p. (EMBRAPA-CNPGL. Comunicado Técnico, 3).
56. GOMES, A.T.; OLIVEIRA, F.M. & BRUZZEGUEZ, I. *Desempenho do sistema de produção de leite (CNPGL) na época "das águas" (novembro/1977 - abril/1978)*. Coronel Pacheco. EMBRAPA-CNPGL. 1978. 10p. (EMBRAPA-CNPGL. Comunicado Técnico, 2).
57. GOMES, S. T. Algumas questões metodológicas sobre o custo de produção de leite. *Informe Agropecuário*, Belo Horizonte, 12(143):37-8 nov. 1986.

58. GOMES, S. T. Minas Gerais: Suas Jacias leiteiras e seus produtores. *Leite B*, São Paulo 1(12):22-5, jul. 1987.
59. GOMES, S. T. Produtores precisam se organizar. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 27 jul 1990a. Caderno de Economia, p. B-14.
60. GOMES, S. T. Contradição no preço do leite. *Balde Branco*, São Paulo, 26(306):42, abr. 1990b.
61. GOMES, S. T. Na boca do Povo. *Balde Branco*, São Paulo, 24(312):37, out. 1990c.
62. GOODMAN, D. E. ; SORJ, B. & WILKINSON, J. Agroindústria, política públicas e estruturas sociais rurais: análise recente sobre a agricultura brasileira. *Revista de Economia Política*, São Paulo, 5(4):31-55, out./dez. 1985.
63. GOVERNO limita em 10% a alta do leite tipo C. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 27 jul. 1990a. p.B-14.
64. HAGUETTE, T. M. F. *Metodologias qualitativas na sociologia*. Vozes, Petrópolis, 1987. 163 p.
65. HOFFMANN, R. ; ONDALVA, S. ; NEVES, E. M. ; THAME, A. C. de M. & ENGLER, J. J. de C. *Administração da empresa agrícola*. 3. ed. São Paulo, Pioneira, 1981. 324p.
66. HOMEM DE MELO, F. *O programa alimentar no Brasil*. São Paulo, Paz e Terra, 1983. 160p.
67. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Sinopse preliminar do Censo Agropecuário*. Rio de Janeiro, 1982. 14 v.
68. INSTITUTO NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO. *Programa nacional de alimentação e nutrição*. Brasília, 1976. 28 p.

(Documento Técnico, 6/76)

69. JOHNSTON B.F. & KILBY, P. *Agriculture and Structural Transformation - Economic Strategies in Late-Developing Countries*. New York, Oxford University Press, 1975. 463p.
70. KREUZ, C. L. *Análise de tecnologias e perspectivas da bovinocultura de leite na pequena propriedade gaúcha*. Porto Alegre, UFRGS, 1985. 148p. (Tese MS)
71. L'ABATE, S. As políticas de alimentação e nutrição no Brasil II - A partir dos anos setentas. *Revista de Nutrição da PUCCAMP*, 2(1):7-54, jan./jun. 1989.
72. LE BOTERF, G. Pesquisa Participante: Propostas e Reflexões metodológicas. In: BRANDÃO, C.R., Org. *Repensando a pesquisa participante*. 2. ed. São Paulo, Brasiliense, 1985. 170p.
73. LEITE: mais problemas que soluções. *Balde Branco*, São Paulo, 26(306):16-7 abr. 1990.
74. LEITE: o produtor está com o pé muito atrás. *Guia Rural*, São Paulo, 4(10):42-7, out. 1990.
75. LIMA, J.G. *Custos: cálculos, sistemas e análises*. 3.ed. São Paulo, Atlas, 1987. 204 p.
76. LOBATO NETO, J.; SOUZA, R.M. de; CASTRO, F.G. de & YAMAGUCHI, L.C.T. *Sistemas de produção de leite do CNPGL: resultados zootécnicos e econômicos do período de novembro/81 a outubro/82*. Coronel Pacheco. EMBRAPA-CNPGL, 1983. 16p. (EMBRAPA. Documentos, 10).
77. LOPES, M. Na boca do povo. *Balde Branco*, São Paulo, 24(271):9, fev. 1988.

78. LOPES, M. de R. As políticas agrícolas da CEE, dos EUA e do Brasil: alguns pontos para um debate preliminar. *Carta Mensal da SUPEC - Superintendência de Estudos Econômicos e Pesquisas da Companhia de Financiamento da Produção CFP*. Brasília, 2(3):8, mar. 1987.
79. MALAVOLTA, E. Necessidade de alimentos e política de fertilizantes. *Pesquisa Agropecuária Brasileira*, Rio de Janeiro, 16(1): 1-26, jan. 1981.
80. MARTIN, N. M. Os preços agrícolas e o Plano Collor 2. *Agrofolha*, São Paulo, 02 jul. 1991. p.6-2.
81. MASSA, L. F. M. *Estratégias mercadológicas para o consumo de leite fluido no município de Lavras-MG*. Lavras, ESAL, 1986. 88p. (Tese MS)
82. MEIRELES, A. J. Pecuária leiteira: um olhar crítico sobre os anos 80. *Balde Branco*, São Paulo, 25(300): 18-26, out. 1989.
83. MEIRELES, A. J. Leite: o curto verão da Economia de Mercado. *Balde Branco*, São Paulo, 27(317):27-9, mar. 1991.
84. MELO FILHO, G. A. de; CASTRO, F. G. de; LOBATO NETO, J.; SOUZA, R. M. de & TEIXEIRA, N. M. *Sistema de produção de leite do CNPGL: resultados zootécnicos e econômicos do período de novembro/80 a outubro/82*. Coronel Pacheco, EMBRAPA-CNPGL, 1982. 16p. (EMBRAPA-CNPGL. Documentos, 4).
85. MENDES, C. M. *Estudo da demanda brasileira de leite e derivados no período de 1970-87*. Viçosa, UFV, 1990. 67p. (Tese MS)
86. MENDONÇA, W. F. de *Elementos da eficácia e suas associações com a produtividade na agricultura*. Lavras, ESAL, 1983. 57p. (Tese MS)

87. MONTEIRO, J de A.; VIEIRA, G; REIS, A.J.dos & ANDRADE, J.G. de. *Relações econômicas da exploração leiteira do município de Carrancas, MG, ano agrícola 1969/70. Informativo Estatístico de Minas Gerais, Belo Horizonte, 8(106): 2-32, mar. 1974.*
88. MONTEZANO, R. M. das; DIAS, G. L. da S. & LOPES, M. R. *Instrumentos de política agrícola no Brasil: Pontos para debate. SEMINÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, 1, Brasília, 1982. Coletânea de artigos técnicos. Brasília, MA/CFP, p.7-16.*
89. MOREIRA, R. J. *Contribuição à análise de investimento e poupança na agricultura brasileira. São Paulo, USP, 1973. 210p. (Tese DS)*
90. MUELLER, C. C. *A racionalidade, o poder e a formulação de políticas agrícolas no Brasil. SEMINÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, 1, Brasília, 1982. Coletânea de artigos técnicos. Brasília, MA/CFP, 1982, p.43-56.*
91. NAKANO, Y. *Questões prioritárias na formulação de políticas agrícolas. SEMINÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, 1, Brasília, 1982. Coletânea de artigos técnicos, Brasília, MA/CFP, 1982. p.123-34.*
92. O ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, 25 dez. 1985. *Suplemento Agrícola, 29(1580):14,c.*
93. OLIVEIRA, A. G. *Origem e evolução da Extensão Rural no Brasil: uma análise histórico-crítica. Viçosa, UFV, 1987. 89 p. (Tese MS)*
94. OLIVEIRA, C. C. de *Análise dos fatores produtivos e relações de custo da exploração leiteira das microrregiões do Cotinguiba e de Nossa Senhora das Dores, Sergipe, 1978/79. Lavras, ESAL, 1982. 51p. (Tese MS).*

95. OLIVEIRA, F.T.G. de *Custos e retornos sociais de políticas de preço de leite*. Viçosa, UFV, 1976. 54p. (Tese MS)
96. OLIVEIRA, L. H. & ANDRADE, J. G. de. *Empresas rurais como sistemas sócio-técnicos abertos - um estudo de caso na pecuária leiteira*. XXVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, Florianópolis, 1990. p. 215- 24. *Anais...* Vol.I Florianópolis, SOBER. 1990. 384 p.
97. OLIVEIRA, L. H. & VIEIRA, G. *Sazonalidade, tendência de preços e custo de produção de leite no Centro-Sul de Minas Gerais*. XXIX Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, Campinas, 1991. p.88-104. *Anais...* Vol. III Campinas, SOBER. 1991. 256 p.
98. PAIVA, R.M., SANTOS,R.F. & LOPES, M.R. *Setor agrícola do Brasil: comportamento econômico, problema e possibilidade*. São Paulo, Secretaria da Agricultura, 1975. 465 p.
99. PEIXOTO, G. N. A. *Uso de recursos administrativos e sua associação com algumas variáveis econômicas e pessoais do produtor de leite do sul do Estado de Minas Gerais*. Lavras, ESAL, 1979. 93p. (Tese MS).
100. PEREIRA, M. T. *Análise da política de centrais de abastecimento: o caso de Piracicaba*. Piracicaba, ESALQ, 1990. 112p. (Tese MS).
101. PEREIRA NETO, J. *Percepção e orientação normativa de empresários rurais associada ao resultado econômico de suas empresas*. Lavras, ESAL, 1989. 91p. (Tese MS)
102. PINO, F. A. *Deteção e correção de erros em levantamentos agrícolas*. *Pesquisa Agropecuária Brasileira*, Brasília, 21(9):979-85, 1986.

103. PORTUGAL, A. D. Simulação de sistemas agropecuários. *Pesquisa agropecuária brasileira*, Brasília, 18(4):335-42, 1983.
104. PRODUTORES de leite diminuem o fornecimento. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 06 dez. 1990b. p.B-6.
105. RAHMAN, M. A. The theory and practice of participatory action research. In: *Rural Employment Policy Research Programme*. Genebra, International Labour Office, 1983. 254p.
106. REIS, A. J. dos & ANDRADE, J. G. de. Custo de produção da pecuária leiteira do Sul de Minas. *Fundação João Pinheiro*, Belo Horizonte, 14(1/2):59-63, jan./fev. 1984.
107. REIS, A. J. dos; ANDRADE, J. G. de; VIEIRA, G. & MONTEIRO, J. de A. Análise do uso de recursos na pecuária leiteira do município de Elói mendes, Minas Gerais. *Revista de Economia Rural*, São Paulo, 14(1):333-57, 1976.
108. REIS, A. J. dos & GUIMARÃES, J. M. P. Custo de produção na agricultura. *Informe Agropecuário*, Belo Horizonte, 12(143): 15-22, nov. 1986.
109. ROCHA, E. M. P. *Em busca de uma política de paridade para a agricultura paulista*. Viçosa, UFV, 1986. 71p. (Tese MS)
110. RODRIGUES, R. L. *Reflexos das políticas salarial e de preços sobre os padrões de consumo e a agricultura*. Viçosa, UFV, 1986. 82p. (Tese MS)
111. ROSSETTI, J. P. *Introdução a Economia*. 15. ed. São Paulo, Atlas, 1991. 810p.
112. ROSSI, C. Setor agrícola prevê "choque " até o final do ano. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 27/jul/1990. p.B-14.

113. SALLES, S. B. de. *Efeitos de um sistema de registros agropecuários na eficiência gerencial do empresariado rural: o caso do sistema FIDENE no Rio Grande do Sul.* Porto Alegre, UFRGS, 1981. 98p. (Tese MS).
114. SANTOS, A. C. dos. *A percepção de empresários rurais aos fatores que influenciam os resultados econômicos de empresas rurais.* Lavras, ESAL, 1989. 50p. (Tese MS).
115. SANTOS, A. M. dos. *A administração da empresa rural e sua produtividade.* Lavras, ESAL, 1982. 76p. (Tese MS)
116. SANTOS, R.F.dos. *Análise crítica da interpretação neoclássica do processo de modernização da agricultura brasileira.* *Revista de Economia Política*, São Paulo, 8(3):131-48, jul./set. 1988.
117. SEVERINO, A.J. *Metodologia do Trabalho Científico.* São Paulo, Cortez: Autores associados, 1989. 238p.
118. SILVA FILHO, C. F. *Pecuária bovina de corte no Brasil: análise de políticas e mercado.* Lavras, ESAL, 1991. 102p. (Tese MS)
119. SILVA, J.G. da. *Por uma nova política agrícola.* *Revista de Economia Rural*, São Paulo, 24(3): 283-92, jul./set. 1986.
120. SIMAN, R. F. *Efeitos de política econômica sobre a disponibilidade de alimentos no Brasil: 1979/85.* Viçosa, UFV, 1988. 103p. (Tese MS)
121. SMITH, G. *Brazilian agricultural policy, 1950-1967.* In: ELLIS, H.S., ed. *The Economy of Brazil.* Berkeley, University of California Press, 1969. p. 213-65.
122. SOUZA, F.A. de. *O Estado e o cartel do leite no Brasil.* Brasília, Horizonte, 1981. 131p.

123. SOUZA, F. A. S. *A regulamentação do mercado fluido e a transformação tecnológica da pecuária de leite no Brasil.* Brasília, MA/SUPLAN. 1979. 48p.
124. SOUZA, R. de *Evolução de uma empresa no setor agroindustrial - um estudo de caso.* Rio de Janeiro, COPPEAD/UFRJ, 1985. 163p. (Tese MS)
125. SOUZA, R. M. de; MELO FILHO, G. A. de & YAMAGUCHI, L. C. T. Sistema de produção de leite do CNPGL - resultados zootécnicos e econômicos. In: REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ZOOTECNIA, 18, Goiânia. 1981a. *Anais... Goiânia.* SBZ, 1981a. 386p.
126. SOUZA, R.; GUIMARÃES, J. M. P.; VIEIRA, G. & ANDRADE, J. G. *A Administração da Fazenda.* Rio de Janeiro, Globo, 1988, 145p.
127. SOUZA, R. M. de; YAMAGUCHI, L. C. T.; MELO FILHO, G. A. de & OLIVEIRA, F. M. de. *O sistema de produção implantado no CNPGL.* Coronel Pacheco, EMBRAPA-CNPGL, 1981b. 21p. (EMBRAPA-CNPGL. Documentos, 1).
128. SWENSSON, Q. P. & FIGUEIRA, L. A. P. A. *Quattro, a planilha moderna.* Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1989 356 p.
129. TEIXEIRA, E. C. *A contribuição da Administração para a produção agropecuária n Zona da Mata de Minas Gerais.* Viçosa, UFV, 1981. 56p. (Tese MS).
130. THIOLLENT, M. *Metodologia da Pesquisa-ação.* São Paulo, Cortez: autores associados, 1988. 107p.
131. TROMBETA, N. V. *Grupo associativo na perspectiva de produtores rurais: um estudo de caso na região sul de Minas*

- Gerais*. Lavras, ESAL, 1989. 156p. (Tese MS)
132. VICENTE, J. R. & VICENTE, M. C. M. Resposta da produção de leite aos preços no estado de São Paulo. *Pesquisa Agropecuária Brasileira*, Brasília, 26(6):821-826, 1991.
133. VIEIRA, A. P. *Alocação de recursos na pecuária leiteira do sul do Estado de Minas Gerais*. Lavras, ESAL, 1980. 64p. (Tese MS).
134. VIEIRA, G. *A questão do livre mercado para o preço do leite*. Lavras, ESAL, 1990. 7 p. (Mimeografado).
135. VILELA, N. J. *Produção e características dos agricultores associados à Cooperativa Agrícola Alto Rio Grande, município de Lavras-MG*. Viçosa, UFV, 1985. 82p. (Tese MS)
136. WEDEKIN, I. & PINAZZA, L. A. *Agricultura Brasileira: notas e propostas de políticas*. São Paulo, Agroceres, 1984. 40p. (Cadernos Agroceres - Série Produção e Mercados, 2).
137. YAMAGUCHI, L. C. T. *Análise de interdependência de produção, custo e demanda de fatores na economia leiteira*. Viçosa, UFV, 1990. 117p. (Tese D.S.)
138. ZANDONADI, R. *Rentabilidade e risco associados à incorporação de novas tecnologias na pecuária de leite*. Viçosa, UFV, 1975. 100p. (Tese MS)

APÊNDICE 1

**MODELOS DE FICHAS USADAS PARA A ADMINISTRAÇÃO
DA PRODUÇÃO LEITEIRA**

MODELOS DE FICHAS PARA A ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO LEITEIRA

CONTROLE DA PRODUÇÃO DE LEITE
Mês: _____ Ano: _____

Dia	Laticínio	Empregados	Bezerros	Outros	Total	---Vacas---	
						Lact.	Total
1							
2							
3							
.							
.							
.							
31							

CONTROLE DE PARIÇÕES
Mês: _____ Ano: _____

Dia	Vacas Inseminadas	Vacas criadas	Vacas Desmamadas	Observações
1				
2				
3				
.				
.				
.				
31				

ALMOXARIFADO
Tipo: _____

Data	Vendedor/Destino	Unid.	Quant.	Preço	Entrada	Saída	Saldo
1							
2							
3							
.							
.							
.							
31							

CONTROLE DE CONSUMO DE RAÇÃO

Mês: _____ Ano: _____

Data	Tipo	Matéria Prima - Kg						Observação
	SOMA							

CONTROLE DE EQUIPAMENTO MOTORIZADO

Tipo: _____

Mês: _____ Ano: _____

Dia	Tipo de Serviço	Atividade	-----Horômetro-----			-Combustível-		Obs.
			Início	Final	Total	Total	Hora	
	Totais							
Custo Fixo do Mês: Cr\$ _____ CFMe Cr\$ _____								

CONTROLE DE MÃO DE OBRA

Mês: _____ Dia: _____ Ano: _____

Nome						Dias/homem	Valor
TOTAIS							

APÊNDICE 2**MODELO DE PLANILHA DE CUSTO INDIVIDUAL**

 ***** ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA DE LAVRAS *****
 ***** DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO E ECONOMIA *****
 ***** Caixa Postal 37 CEP. 37200-000 LAVRAS MG *****
 ***** Fone: (035) 829-1441 Telex: (31) 2937 *****

 CUSTO DE PRODUCAO DE LEITE

I) IDENTIFICACAO

NOME: FULANO DE TAL
 PROPRIEDADE: FAZENDA PEDRA BRANCA
 MUNICIPIO: LAVRAS - MG

II) USO DO SOLO

PASTAGENS ha

NATURAIS	59,00	
FORMADAS	32,00	
CAPINEIRAS	3,00	
TOTAL		94,00

CULTURAS ANUAIS

MILHO	18,00	
ARROZ	0,00	
FEIJAO	0,00	
TOTAL		18,00

CULT. PERENES

CAFE FORMACAO	10,00	18 mil pes
CAFE PRODUCAO	8,00	24 mil pes
CITRUS	0,00	
REFLORESTAMENTO	0,00	
TOTAL		18,00

OUTRAS AREAS

MATAS/CAPOEIRAS	6,00	
OUTRAS	3,00	
TOTAL		9,00

 AREA PROPRIA 139,00

AREAS ARRENDADAS

PASTAGEM	0,00
CULTURA ANUAL	0,00
CULTURA PERENE	0,00

 AREA ARRENDADA 0,00

 AREA TOTAL GERAL 139,00

III) CONSTRUÇÕES E BENFEITORIAS

DISCRIMINACAO	% USO LEITE	AREA	IDADE ATUAL ANOS	VIDA UTIL ANOS	VIDA RESTANTE MESES	VALOR Us\$	DEP. TOTAL Us\$	DEP. LEITE Us\$
CASA SEDE	80.00	86 m2	11.00	20.00	108.00	19 232.90	80.1371	64.1097
CASA COLONO 1	30.00	42 m2	11.00	20.00	108.00	4 121.33	17.1722	5.1517
CASA COLONO 2	100.00	42 m2	12.00	20.00	96.00	4 121.33	17.1722	17.1722
CASA COLONO 3	50.00	72 m2	13.00	20.00	84.00	6 319.38	26.9307	19.1654
CASA COLONO 4	100.00	47 m2	13.00	20.00	84.00	4 121.33	17.1722	17.1722
ESTABULO	100.00	64 m2	13.00	20.00	84.00	5 495.11	22.8963	22.8963
CURRAL	100.00	463 m2	23.00	25.00	24.00	19 232.90	64.1097	64.1097
SILO CISTERNA	100.00	75 t	19.00	20.00	12.00	1 099.02	4.5793	4.5793
SILO TRINCHEIRA	100.00	195 t	11.00	20.00	108.00	1 373.78	5.7241	5.7241
BEZEREIRO	100.00	55 m2	10.00	20.00	120.00	3 777.89	15.7412	15.7412
DEP. RACAO	100.00	16 m2	11.00	20.00	108.00	1 099.02	4.5793	4.5793
PAIOL	100.00	50 m3	11.00	20.00	108.00	2 747.56	11.4482	11.4482
COCHOS	100.00	73 m2	12.00	20.00	96.00	206.07	0.8586	0.8586
GALPAO	50.00	73 m2	9.00	20.00	132.00	2 747.56	11.4482	11.4482
CERCA	100.00	km	29.00	30.00	12.00	274.76	0.7632	0.7632
SALA PICAD	100.00	25 m2	11.00	20.00	108.00	1 030.33	4.2931	4.2931
SAL MAQ-LEITE	100.00	16 m2	11.00	20.00	108.00	879.22	3.6634	3.6634
COCHO COBERTO	100.00	63 m2	8.00	20.00	144.00	1 730.96	7.2123	7.2123
TULHA	0.00	154 m2	10.00	20.00	120.00	---	---	---
TERREIRO	0.00	805 m2	10.00	20.00	120.00	---	---	---
ESCRITORIO	50.00	20 m2	11.00	20.00	108.00	1 373.78	5.7241	2.8620
BANHEIRO	50.00	4,7 m2	2.00	20.00	216.00	274.76	1.1448	0.5724
CAIXA D'AGUA	80.00	14,4 m3	4.00	20.00	192.00	412.13	1.7172	1.3738
INST. ELETRICA	0.00	25 cv	11.00	20.00	108.00	6 002.64	25.0110	0.0000
TOTAL						113292.9458	268.7612	209.0623

IV) MAQUINAS E EQUIPAMENTOS

DISCRIMINACAO	MODELO	VALOR US\$	% USO	IDADE ATUAL ANOS	VIDA UTIL ANOS	VIDA RESTANTE MESES	DEPR. TOTAL US\$	DEPR. LEITE US\$
ORDENHADEIRA	4 Baldes	6 749.5577	100.00	10.00	15.00	60.00	37.4975	37.4975
PRE-RESFRIADOR		6 394.6350	100.00	5.00	15.00	120.00	35.5258	35.5258
RESFRIADOR	500 l	3 197.3175	100.00	10.00	15.00	60.00	17.7629	17.7629
BALANCA	300 kg	852.6180	50.00	5.00	15.00	120.00	4.7368	2.3684
PICADEIRA	Nogueira 2 fcs	1 492.0815	100.00	6.00	15.00	108.00	8.2893	8.2893
PULV. COSTAL	Jacto 20 l	319.7318	80.00	6.00	15.00	108.00	1.7763	1.4210
PULV. MOTOR		4 263.0900	0.00	3.00	15.00	144.00	23.6838	0.0000
ARADO	Sta Izabel 3 di	5 755.1715	50.00	4.00	15.00	132.00	31.9732	15.9866
GRADE	24 discos	2 344.6995	50.00	4.00	15.00	132.00	13.0261	6.5131
GRADE	16 discos	1 769.1824	50.00	4.00	15.00	132.00	9.8288	4.9144
SEMEADORA	J 2	2 174.1759	50.00	4.00	15.00	132.00	12.0788	6.0394
SULCADOR		316.5644	30.00	4.00	15.00	132.00	5.0920	1.5276
CULTIVADOR T.A.		341.0472	80.00	2.00	15.00	156.00	1.8947	1.5158
Camioneta	FORD 83	23 446.9950	80.00	7.00	15.00	96.00	130.2611	104.2089
MOTOR	10 hp	873.9335	100.00	6.00	15.00	108.00	4.8552	4.8552
SUBSOLADOR		1 705.2360	50.00	3.00	15.00	144.00	9.4735	4.7368
MOTOR RESF	1/3 hp	213.1545	100.00	13.00	15.00	24.00	1.1842	1.1842
MOTOR ORDERM	3 hp	490.2554	100.00	7.00	15.00	96.00	2.7236	2.7236
MOTOR	2 hp	426.3090	100.00	8.00	15.00	84.00	2.3684	2.3684
MOTOR	10 hp	873.9335	100.00	11.00	15.00	48.00	4.8552	4.8552
MOTOBOMBA	1,5 hp	554.2017	100.00	11.00	15.00	48.00	3.0789	3.0789
CARRETA	3000 kg	2 003.6523	50.00	1.00	15.00	168.00	11.1314	5.5657
CHARRETE		2 131.5450	100.00	3.00	15.00	144.00	11.8419	11.8419
DPM 4		1 278.9270	100.00	3.00	15.00	144.00	7.1052	7.1052
MIST RACAO	Nogueira	1 492.0815	100.00	3.00	15.00	144.00	8.2893	8.2893
ESTRADO P/ LATAO	D'andrea	1 895.2489	100.00	14.00	15.00	12.00	4.9736	4.9736
TRATOR	VALMET 89	21 315.4500	50.00	1.00	15.00	168.00	118.4192	59.2096
ENSILADEIRA	Jumil	9 677.2143	100.00	6.00	15.00	108.00	53.7623	53.7623
ROCADEIRA		3 836.7810	50.00	10.00	15.00	60.00	21.3155	10.6577
BOMBA DE GRAXA		213.1545	50.00	10.00	15.00	60.00	1.1842	0.5921
TELEFONE	Rural	3 836.7810	80.00	8.00	15.00	84.00	21.3155	17.0524
TOTAL		111 834.73	2 350.00	192.00	465.00	621.30	446.42	

V) DISTRIBUICAO DO REBANHO

CATEGORIA	EQUIV. EM UA	BOVINOS JAN 90	U.A. JAN 90	VALOR UNITARIO US\$	TOTAL US\$	IDADE ATUAL ANOS	VIDA UTIL ANOS	DEPR. TOTAL BTN
VACAS EM LACT	1.00	36.00	36.00	295.77	10 647.72			
VACAS SECAS	1.00	15.00	15.00	295.77	4 436.55			
NOVILHAS 1-2 A	0.50	7.00	3.50	111.26	778.82			
NOVILHAS > 2 A	0.75	12.00	9.00	123.63	1 183.56			
BEZERRAS 4-12 M	0.25	10.00	2.50	91.48	914.80			
BEZERRAS ATE 4M	0.25	9.00	2.25	44.51	400.59			
NOVILHOS > 1 A	0.50	0.00	0.00	135.99	0.00			
BEZERROS ATE 1A	0.25	0.00	0.00	61.81	0.00			
TOUROS	1.25	2.00	2.50	370.88	741.76	4.00	15.00	5.62
BOIS DE CARRO	1.25	0.00	0.00	247.25	0.00	5.00	15.00	0.00
TOTAL		91.00	70.75		19 403.80			
EQUINOS&MUARES	1.25	2.00	2.50	160.00	320.00	5.00	15.00	2.67
TOTAL GERAL		93.00	73.25		19 723.80			8.29

A metodologia utilizada so' deprecia touros e animais de trabalho.

VI) RESUMO DOS CUSTOS FIXOS

Custo de Oportunidade: 62 aa = 0,52 ao mes --> sobre o valor total
CFT = Depreciacao Mensal + Custo de Oportunidade*

DISCRIMINACAO	VALOR TOTAL Us\$	DEPR. MENSAL Us\$	CUSTO OPORT. Us\$	C.F. TOTAL US\$/mes
TERRAS	----	----	(*)	(*)
BENFEITORIAS	113 292.95	209.06	566.46	775.53
EQUIPAMENTOS	111 834.73	446.42	559.17	1 005.60
VACAS	15 084.27	---	75.42	75.42
ANIMAIS DE TRAB	1 061.76	8.29	5.31	13.59
CF TOTAL	241 273.70	663.77	1 206.37	1 870.14

(CopFT)

(*)

Custo de oportunidade para a terras:
0,5 litro de leite/ha/dia

Sera' variavel de acordo com o preco
recebido pelo leite no mes
- Nao deprecia-se terra

VII) Custos Variaveis: Valores em Cruzeiros

DISCR / MES	JAN 91	FEV 91	MAR 91	ABR 91	MAI 91	JUN 91	JUL 91
Retireiro	30 815.00	37 500.00	42 500.00	50 000.00	57 827.50	58 262.00	67 230.00
Rj. retireiro	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Alimento-leite	23 579.05	22 145.88	28 658.47	21 120.00	30 343.04	44 396.52	52 785.72
"-cereais	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
" - cafe'	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
" -outros	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
FGTS	4 030.25	6 358.20	6 800.00	8 460.00	8 160.00	8 160.00	8 160.00
Com. Insem.	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Ferias	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
13.o salario	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Prod.Veter.	34 336.00	33 087.55	20 719.00	24 693.65	13 693.52	59 292.00	29 428.00
Vacinacoes	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	4 940.00	0.00
Racao compr	200 540.00	194 042.80	143 900.00	114 844.40	152 961.60	121 615.00	367 010.00
Racao Balanc	0.00	0.00	0.00	0.00	51 000.00	0.00	0.00
Consumo bez-lei	23 928.00	38 848.08	46 907.08	47 190.00	52 225.04	65 662.08	70 380.96
Silagem N.O	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Serv. nec	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Insumos	0.00	53 300.00	53 300.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Feno MO	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Serv. nec.	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Insumos	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Capineira MO	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Serv. Nec.	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Insumos	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Milho-Sem MO	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Serv. nec.	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Insumos	0.00	10 000.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Minerais	0.00	18 000.00	18 000.00	18 000.00	18 000.00	19 000.00	20 000.00
Nitrogenio	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Semen	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Ferramentas	0.00	12 892.45	0.00	1 693.00	3 784.00	1 542.80	0.00
Mat. Limpeza	0.00	2 739.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Manut. Pastos	852.75	0.00	0.00	5 937.50	0.00	17 572.25	0.00
Manut.Benf.	0.00	0.00	0.00	14 000.00	0.00	0.00	0.00
Manut.Equip.	12 430.00	59 553.69	42 900.00	56 866.00	37 765.00	29 262.00	0.00
Seguros	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Veterinario	0.00	0.00	0.00	17 437.50	0.00	0.00	0.00
Uniformes/botas	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Associacoes	43 171.00	33 066.00	5 925.60	20 633.65	23 634.34	36 333.34	48 396.97
Outros	0.00	0.00	8 903.00	98 980.00	3 860.00	22 710.20	19 892.00
Transp.1	23 342.96	32 366.15	35 839.27	32 365.34	34 457.14	37 513.25	42 051.32
Transp.2	54 835.63	41 242.96	61 153.94	42 245.63	35 304.42	49 203.75	63 449.59
Funrural	18 287.85	18 823.28	18 191.59	0.00	0.00	27 322.91	0.00
Arrendamento	8 151.50	8 151.50	11 200.00	11 760.00	14 280.00	15 400.00	18 830.00
Pessoal(outros)	22 285.00	51 300.00	121 700.00	80 168.00	25 900.00	75 729.00	11 680.00
Sal comun	0.00	3 000.00	3 000.00	3 000.00	0.00	4 560.00	5 490.00
Energia	10 147.67	17 577.64	600.00	21 320.00	56 362.23	14 441.08	17 000.00
Telefone	2 150.00	5 262.40	5 145.00	5 200.00	5 200.00	8 162.00	5 618.63
Combustivel	28 590.00	21 350.00	44 600.00	14 450.00	49 380.00	26 200.00	15 500.00
Administracao M	36 976.80	47 686.38	51 000.00	60 000.00	69 395.04	69 395.04	69 395.04
Subtotal	578 449.46	768 293.96	770 942.95	770 364.67	743 532.87	816 675.22	932 298.23
C.de Oportunid.	2 892.25	3 841.47	3 854.71	3 851.82	3 717.66	4 083.38	4 661.49
CV TOTAL (Cr\$)	581 341.71	772 135.43	774 797.66	774 216.49	747 250.53	820 758.60	936 959.72
CVT (US\$)	2 768.29	3 122.89	2 840.69	2 707.05	2 410.49	2 450.03	2 561.75

(K) Retirada= Remuneracao do produtor = 3 salarios min.

DISCR / MES	JAN 91	FEV 91	MAR 91	ABR 91	MAI 91	JUN 91	JUL 91
Prod. Total (L)	15 627.00	13 214.00	12 808.00	10 768.00	11 254.00	12 898.00	14 078.00
N. Vacas lact.	42.19	41.75	39.60	38.20	38.00	43.00	40.50
Preço Rec(Cr\$ / l)	49.85	61.86	62.71	66.00	72.94	93.27	112.79
Outras Receitas: Subprodutos do leite (em Cr\$)							
Venda Gado	0.00	121 712.70	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Venda esterco	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Outras vendas	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
SALARIO MIN Cr\$	12 325.60	15 895.46	17 000.00	20 000.00	23 131.68	23 131.68	23 131.68
Numero dias	31	30	31	30	31	30	31
Valor Dolar US\$	210.00	247.25	272.75	286.00	310.00	335.00	365.75

VIII) COEFICIENTES TECNICOS

DISCR / MES	JAN 91	FEV 91	MAR 91	ABR 91	MAI 91	JUN 91	JUL 91
Area total (ha)	139.00	139.00	139.00	139.00	139.00	139.00	139.00
" pastagem (ha)	94.00	94.00	94.00	94.00	94.00	94.00	94.00
Total U.A.	73.25	73.25	73.25	73.25	73.25	73.25	73.25
N. Vacas lact.	42.19	41.75	39.60	38.20	38.00	43.00	40.50
Prod. Total (L)	15 627.00	13 214.00	12 808.00	10 768.00	11 254.00	12 898.00	14 078.00
Litros/ha pastg	166.24	140.57	136.26	114.55	119.72	137.21	149.77
l/vaca/dia	11.95	10.55	10.43	9.40	9.55	10.00	11.21
Litros/U.A.	213.34	180.40	174.85	147.00	153.64	176.08	192.19

IX) RESULTADOS ECONOMICOS EM CRUZEIROS

DISCR / MES	JAN 91	FEV 91	MAR 91	ABR 91	MAI 91	JUN 91	JUL 91
CFT	500 131.12	591 370.10	645 189.25	672 469.90	736 892.48	820 964.69	927 009.58
CVT	581 341.71	772 135.43	774 797.66	774 216.49	747 250.53	820 758.60	936 959.72
CT	1 081 472.83	1 363 505.52	1 419 986.91	1 446 686.39	1 484 143.01	1 641 723.28	1 863 969.30
PRODUCAO (L)	15 627.00	13 214.00	12 808.00	10 768.00	11 254.00	12 898.00	14 078.00
CFMe	32.00	44.75	50.37	62.45	65.48	63.65	65.85
CVMe	37.20	58.43	60.49	71.90	66.40	63.63	66.55
CTMe	69.21	103.19	110.87	134.35	131.88	127.29	132.40
CopFMe	8.92	10.50	11.59	12.15	13.17	14.23	15.54
CopVMe	34.65	54.53	56.21	65.97	59.90	57.94	61.29
CopTMe	43.57	65.04	67.80	78.12	73.07	72.17	76.83
Preço (Cr\$ / l)	49.85	61.86	62.71	66.00	72.94	93.27	112.79
NO (% rel CVT)	13.93	15.22	25.80	20.66	16.39	22.76	14.95
Racao (% rel CVT)	34.50	25.13	18.57	14.83	27.29	14.82	39.17
Receita Leite	779 005.95	817 418.04	803 189.68	710 688.00	820 866.76	1 202 996.46	1 587 857.62
Venda Gado	0.00	121 712.70	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Outras Vendas	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Receita Total	779 005.95	939 130.74	803 189.68	710 688.00	820 866.76	1 202 996.46	1 587 857.62
RMe	49.85	71.07	62.71	66.00	72.94	93.27	112.79
RMe - CTMe	(19.36)	(32.12)	(48.16)	(68.35)	(58.94)	(34.02)	(19.61)
RMe - CVMe	12.65	12.64	2.22	(5.90)	6.54	29.64	46.24
Quantidades em litros por mes							
Pt Equilibrio	21 694.54	19 185.15	22 643.71	21 919.49	20 347.45	17 601.84	16 526.02
Pt Residuo	13 658.27	12 448.49	14 367.51	13 639.44	12 063.43	10 396.09	9 802.97

APENDICE 3
EVOLUÇÃO DE PREÇOS DOS INSUMOS
PESQUISADOS

ARQUIVO DE PRECOS No. 1

ESPECIFICACAO	UNIDADE	JAN-ABR 89 NCz\$	MAI 89 NCz\$	JUN 89 NCz\$	JUL 89 NCz\$	AGO 89 NCz\$	SET 89 NCz\$	OUT 89 NCz\$
Super Simples	50 kg	6.00	8.43	10.78	14.88	24.62	31.13	43.52
S. de Anonia	50 kg	8.00	11.87	14.90	20.68	30.67	37.50	52.35
Nitrocalcio	50 kg	6.50	9.30	11.58	15.39	23.71	36.17	48.32
04-14-08	50 kg	8.40	10.44	13.84	19.88	31.39	38.34	53.42
20-05-20	50 kg	10.50	14.68	19.41	26.53	39.21	50.00	68.86
Clorato de Potassio	50 kg	10.50	13.85	3.80	5.55	37.40	51.31	69.29
Calcareo	50 kg	1.75	2.70	18.20	24.56	9.10	13.50	18.75
Arane	400 m	27.00	35.67	47.75	60.17	77.00	112.35	169.83
Grampo de Cerca	kg	1.00	1.52	1.82	2.28	3.28	5.04	7.32
Seriga 25 cc (vidro)	ud	8.70	11.02	14.38	20.00	22.50	29.30	49.20
Latao 50 l	ud	18.00	26.92	47.85	69.00	129.65	217.25	252.67
Balde 10 l graduado	ud	4.00	7.98	11.27	14.02	27.93	43.90	60.94
Enxada Jacare 2,5"	ud	3.00	3.62	7.37	9.35	14.73	20.62	36.17
Foice Belloto No.2	ud	2.95	2.68	6.84	9.28	13.60	19.27	25.33
Enxadao Estreito	ud	3.00	3.70	7.08	8.95	13.67	19.80	39.33
Pulverizador Jacto 20 l	ud	60.00	72.50	110.67	143.00	213.62	284.95	552.83
Cult. Animal SANS No. 5	ud	43.87	62.70	83.00	103.00	120.00	143.50	418.40
Semente de Milho	40 kg	27.00	41.25	52.50	105.50	145.38	168.17	243.66
Semente de Feijao	40 kg	40.00	101.00	120.00	200.00	200.00	260.00	342.00
Semente de Arroz	40 kg	30.00	41.25	47.50	65.00	80.00	120.00	220.93
Milho	50 kg	5.00	10.00	12.50	13.00	15.50	26.67	29.25
Arado 3 Discos	ud	1 830.00	2 407.50	2 498.00	3 780.00	5 428.00	6 767.00	12 048.25
Grade 24 Discos	ud	1 035.00	1 139.74	1 405.50	2 275.25	2 913.00	3 668.75	6 882.75
Semeadora-Adubadora J2	ud	1 126.00	1 256.50	2 099.00	2 919.25	3 583.00	5 071.00	8 056.25
Trator Valmet 68	ud	19 800.00	22 451.00	28 656.00	41 680.00	76 000.00	74 121.00	123 115.00
Carreta 3 ton.	ud	1 420.00	1 735.00	2 043.00	3 520.00	4 054.00	6 235.00	8 220.50
DPM 2	ud	400.00	633.00	825.50	1 406.33	2 067.00	2 832.09	3 631.50
Motor WEG 10cv trif.	ud	420.00	487.21	682.92	993.43	1 540.50	2 296.00	2 359.67
Motor WEG 7,5 cv trif.	ud	380.00	423.56	584.67	876.53	1 344.50	1 992.67	1 832.50
Bomba 1,5 cv	ud	200.00	212.54	256.80	438.50	866.00	1 080.00	1 441.50
Racao 20 %	40 kg		8.85	14.70	18.63	22.43	32.15	53.20
Racao 22 %	40 kg		9.32	14.56	18.60	22.98	41.82	49.40
Racao AE	40 kg		9.95	17.15	21.80	24.25	36.45	60.25
Farelo de Trigo	30 kg		3.89	6.00	7.68	9.27	14.56	20.79
Farelo de Algodao 30 %	50 kg		10.37	15.59	18.96	25.71	26.83	36.73
Farelo de Algodao 40 %	50 kg		14.45	21.60	24.48	28.90	35.50	49.00
Farelo de Soja	50 kg		20.00	20.00	33.00	34.35	53.90	77.50
Sal	25 kg	2.20	2.71	3.99	7.57	15.75	19.00	33.38
Fosfato Bicalcico	40 kg		37.43	52.60	72.80	105.00	151.60	194.70
Farinha de Ossos	30 kg		14.84	18.25	25.50	41.38	53.90	60.30
Supl. Mineral	25 kg		19.90	25.22	37.00	69.18	85.04	112.98
Triaton	l		12.90	15.90	19.69	29.08	47.00	69.93
Bernilene	250 ml		6.11	7.15	8.28	17.54	20.48	35.53
Systamen	l		19.58	20.91	25.33	32.63	58.57	92.84
Lepecid	ud		3.36	3.82	5.37	7.65	9.83	14.25
Vacina Aftosa	ud	0.24	0.25	0.33	0.54	0.75	1.02	1.44
Vacina Brucelose	10 ml		0.70	0.75	1.35	2.95	3.40	8.30
Creolina Pearson	l	2.75	3.87	5.63	7.35	9.28	20.04	32.56

Ivonec	50 ml		14.52	22.29	30.39	61.58	77.15	122.45
Biocid	l		13.50	18.00	25.00	39.00	44.85	79.95
Anti-Mastite Farnen	50 ml		1.75	3.67	6.08	8.15	9.65	13.52
Cloro Po	kg		0.70	1.36	2.28	2.90	4.20	12.38
Agromet Adulto	dose	1.12	1.19	1.44	2.23	3.30	4.67	7.16
Pent. Veterinario	dose	0.95	0.98	1.21	2.07	2.66	3.79	5.35
Terramicina L.A.	20 ml	2.24	2.85	2.85	4.30	6.15	8.65	13.59
Vacina Manqueira	10 ml		0.32	0.40	0.51	0.76	2.06	2.72
Placentina	10 ml	0.50	0.67	1.04	2.08	2.94	4.15	5.32
Cafe	60 kg							310.00
US\$								
BTN		1.05	1.18	1.30	1.62	4.19	5.60	9.55
Gasolina	l					2.08	2.70	3.66
Diesel	l					1.24	1.91	2.63
Alcool	l					0.62	0.84	1.18
						0.92	1.43	1.97

VALORES EM BTN / KG

		JAN-ABR 89	MAI 89	JUN 89	JUL 89	AGO 89	SET 89	OUT 89
FARELO DE TRIGO	Kg		0.11	0.15	0.16	0.15	0.18	0.19
FARELO DE ALGODAO 40 Z	Kg		0.25	0.33	0.30	0.28	0.26	0.27
FARELO DE SOJA	Kg		0.34	0.31	0.41	0.33	0.40	0.42
MILHO	Kg		0.14	0.16	0.13	0.12	0.16	0.13
RACAO 20Z	Kg		0.19	0.28	0.29	0.27	0.30	0.36
PENTABIOTICO	dose	1.07	1.01	1.11	1.38	1.58	1.73	1.95
AGROMET	dose	0.91	0.83	0.93	1.28	1.28	1.41	1.46
SAL CONUM	Kg		0.09	0.12	0.19	0.30	0.28	0.36
FOSFATO BICALCICO	Kg		0.79	1.01	1.12	1.26	1.41	1.33
4-14-8	Kg		0.18	0.21	0.25	0.30	0.28	0.29
DPM 2		382.78	536.71	636.67	868.86	991.75	1 050.63	990.94
MOTOR WEG 7,5 cv trif.		363.64	359.13	450.93	541.54	645.09	739.23	500.04

LEITE:

Preço recebido pelos produtores Fonte: Coop. Agricola Alto Rio Grande

	JAN 89	FEV 89	MAR 89	ABR 89	MAI 89	JUN 89	JUL 89	AGO 89	SET 89
LEITE B	0.28 0.39 0.33	0.39	0.39	0.39	0.39 0.44 0.41	0.54	0.70 0.80 0.75	1.12 1.31 1.21	1.48
LEITE C	0.14 0.21 0.18	0.21	0.21	0.21	0.22 0.24 0.23	0.29	0.39 0.45 0.42	0.58 0.80 0.69	0.90

Obs: Nos meses que existem dois preços, o primeiro vigorou do dia 1 ao 16, e o segundo, de 17 a 30. Por ultimo, e' calculado o preço medio pago no mes.

VALORES EM BTN:

	JAN 89	FEV 89	MAR 89	ABR 89	MAI 89	JUN 89	JUL 89	AGO 89	SET 89
BTN	1.00	1.00	1.04	1.10	1.18	1.30	1.62	2.08	2.70
LEITE B	0.33	0.39	0.37	0.35	0.35	0.41	0.46	0.58	0.55
LEITE C	0.18	0.21	0.20	0.19	0.20	0.22	0.26	0.33	0.33

ESPECIFICACAO

UNIDADE

	NOV 89	DEZ 89	JAN 90	FEV 90	MAR 90	ABR 90	MAI 90	JUN 90
	NCz\$	NCz\$	NCz\$	NCz\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$
Super Simples	64.87	85.19	193.25	314.08	544.25	412.76	417.25	660.85
S. de Amonia	72.57	105.71	216.25	346.42	514.50	459.96	499.20	685.69
Nitrocalcio	68.16	63.33	193.50	306.00	449.93	450.00	399.50	585.00
04-14-08	77.04	116.79	216.75	362.79	602.00	528.14	534.05	742.00
20-05-20	97.36	142.00	282.25	452.11	808.75	645.95	692.33	934.91
Cloreto de Potassio	101.70	147.21	263.50	420.75	685.75	580.00	580.00	928.43
Calcarao	26.50	47.50	60.00	133.00	195.00	175.00	120.00	212.75
Arame	256.83	416.67	696.00	948.83	1322.08	1433.67	1644.33	1602.50
Grupo de Cerca	12.63	15.12	28.63	55.92	65.58	76.00	83.00	89.58
Seriga 25 cc (vidro)	60.65	126.18	172.00	205.00	145.00	145.00	145.00	145.00
Latao 50 l	281.00	681.50	820.67	1375.00	1513.75	1511.67	1505.33	2023.33
Balde 10 l graduado	82.08	135.35	196.20	314.59	364.00	414.33	414.33	511.50
Enxada Jacare 2,5"	44.67	67.92	139.00	244.17	267.67	269.33	293.67	294.17
Foice Belloto No.2	45.22	68.55	126.50	230.33	250.83	252.67	348.33	357.92
Enxada Estreito	44.27	63.10	141.00	220.00	258.58	251.33	289.67	282.08
Pulverizador Jacto 20 l	818.00	1427.17	2362.83	5595.83	6250.00	5610.00	6113.33	6087.50
Cult. Animal SANS No. 5	927.00	927.00	1986.00	3058.00	3058.00	3060.00	3058.00	3058.00
Semente de Milho	269.58	456.67	585.00	860.00	980.00	980.00	3000.00	3475.00
Semente de Feijao	469.07	391.67	930.00	1610.00	1640.00	1920.00	1640.00	3000.00
Semente de Arroz	267.87	352.60	733.00	1143.00	143.00	143.00	143.00	143.00
Milho	52.50	87.50	120.00	225.00	300.00	400.00	380.00	675.00
Arado 3 Discos	16743.75	28616.25	48116.50	81000.00	239069.50	268000.00	216000.00	216000.00
Grade 24 Discos	9330.50	15263.50	31716.50	77017.00	158500.00	110000.00	110000.00	110000.00
Semeadora-Adubadora J2	15540.00	16997.00	27484.00	42000.00	72400.00	157800.00	157800.00	157800.00
Trator Valmet 68	172345.00	224000.00	427614.00	767381.00	2106000.00	2432000.00	2427000.00	2427000.00
Carrreta 3 ton.	14785.00	19075.00	37985.00	68400.00	90300.00	94200.00	94200.00	94200.00
DPN 2	5529.50	8458.25	14779.00	24665.50	47375.00	4650.00	47500.00	48180.00
Motor HEG 10cv trif.	2914.67	5621.00	7902.25	11635.25	14665.00	22950.00	27900.00	27251.25
Motor HEG 7,5 cv trif.	2358.50	4409.50	6504.00	8002.50	10025.00	17530.00	21060.00	21628.75
Bomba 1,5 cv	2365.00	3907.50	6517.25	10540.00	20030.00	16500.00	16570.00	16570.00
Racao 20 2	80.15	132.50	276.00	481.00	507.50	429.00	501.50	633.50
Racao 22 2	73.60	105.34	198.00	363.50	482.75	447.50	484.33	625.25
Racao RE	88.30	150.50	309.50	422.50	556.00	451.50	536.00	712.00
Farelo de Trigo	27.92	41.42	79.67	158.00	198.75	198.33	190.00	239.00
Farelo de Algodao 30 2	56.01	174.33	288.33	338.42	319.00	403.00	460.00	551.67
Farelo de Algodao 40 2	75.20	137.35	299.50	417.00	468.00	857.00	540.00	632.00
Farelo de Soja	110.25	249.00	449.50	550.00	965.00	796.00	797.00	940.00
Sal	41.60	59.50	102.83	152.08	192.50	191.00	186.66	211.67
Fosfato Bicalcico	266.50	369.50	665.40	825.00	825.00	2275.00	1820.00	1970.00
Farinha de Ossos	66.30	91.00	111.50	221.67	285.00	315.00	315.00	387.50
Supl. Mineral	146.25	206.50	354.75	524.58	1212.50	1200.00	1031.50	1476.67
Triatox	141.90	169.75	503.50	1754.25	1754.25	2756.00	1860.00	2176.00
Bernilene	53.60	131.10	333.95	696.67	870.00	644.33	827.00	819.83
Systemem	149.71	230.40	406.75	637.00	1470.00	1470.00	1062.00	1977.50
Lepacid	23.23	37.21	82.07	146.33	193.80	215.67	265.00	332.08
Vacina Aftosa	2.58	2.91	4.67	8.20	12.40	19.93	19.43	22.83
Vacina Brucelose	9.10	25.45	44.40	66.70	101.00	101.00	127.00	149.00
Cresciline Pearson	40.97	77.80	164.15	284.33	487.33	479.33	403.67	439.17

Ivonec	50 ml	208.25	304.00	574.00	1 286.25	1 882.25	1 785.00	1 842.67	2 035.84
Biocid	l	133.70	252.00	520.50	781.40	1 300.00	1 330.00	1 708.00	1 751.00
Anti-Mastite Faimex	50 ml	21.13	27.55	80.45	96.13	171.56	171.00	171.00	157.50
Cloro Po	kg	9.50	17.13	23.75	32.25	38.25	35.50	35.50	38.50
Agromet Adulto	dose	10.83	20.46	35.75	63.48	128.83	131.00	119.00	143.50
Pent. Veterinario	dose	7.89	12.92	23.22	48.37	68.93	82.33	72.33	103.33
Terramicina L.R.	20 ml	17.10	26.30	87.26	85.50	126.96	145.00	144.00	167.25
Vacina Manqueira	10 ml	4.01	6.14	13.30	26.60	35.14	34.50	41.67	42.08
Placentina	10 ml	7.59	10.74	22.35	63.50	92.90	94.00	150.00	130.50
Cafe	60 kg	440.00	725.00	1 250.00	2 900.00	SEM cotacao	4 600.00	4 800.00	4 950.00
US\$		12.78	20.75	33.51	53.44	73.00	80.00	88.00	90.00
BTN		5.04	7.13	10.95	17.10	29.54	41.73	41.73	43.98
Gasolina	l	3.28	5.28	12.40	15.30	38.00	38.00	38.00	36.00
Diesel	l	1.97	2.50	5.85	10.43	18.00	18.00	18.00	18.00
Alcool	l	2.46	3.97	9.28	11.93	28.60	28.60	28.60	28.60

VALORES EM BTN / KG

		NOV 89	DEZ 89	JAN 90	FEV 90	MAR 90	ABR 90	MAI 90	JUN 90
FARELO DE TRIGO	Kg	0.18	0.19	0.24	0.31	0.22	0.16	0.15	0.18
FARELO DE ALGODAO 40 %	Kg	0.30	0.39	0.55	0.49	0.32	0.19	0.26	0.29
FARELO DE SOJA	Kg	0.44	0.70	0.82	0.64	0.65	0.41	0.38	0.36
NILHO	Kg	0.17	0.20	0.18	0.22	0.17	0.16	0.15	0.26
RACAO 20%	Kg	0.40	0.46	0.63	0.70	0.43	0.26	0.30	0.36
PENTABIOTICO	dose	2.15	2.87	3.26	3.71	4.36	3.14	2.85	3.26
AGROMET	dose	1.56	1.81	2.12	2.83	2.33	1.97	1.73	2.35
SAL COMUM	Kg	0.33	0.33	0.38	0.36	0.26	0.18	0.18	0.19
FOSFATO BICALCICO	Kg	1.32	1.37	1.52	1.21	0.70	1.36	1.09	1.12
4-14-8	Kg	0.31	0.33	0.40	0.42	0.41	0.25	0.26	0.34
DPM 2		1 096.38	1 185.89	1 349.46	1 442.70	1 603.76	111.42	1 138.16	1 095.52
MOTOR MEG 7,5 cu trif.		467.64	618.24	593.87	472.75	339.37	420.04	504.62	491.79

LEITE:

Preço recebido pelos produtores Fonte: Coop.

	JAN 89	FEV 89	OUT 89	NOV 89	DEZ 89	JAN 90	FEV 90	MAR 90	ABR 90	MAI 90
LEITE B	0.28 0.39 0.33	0.39	1.99	2.89	5.14	7.61	14.50 18.91 16.71	28.36	28.36	28.36
LEITE C	0.14 0.21 0.18	0.21	1.18	1.39 1.51 1.45	2.13	3.22 4.61 3.92	5.95 8.54 7.25	8.54 14.75 11.65	14.75	14.75

Obs: Nos meses que existem dois dias de leite, o preço vigorou do dia 1 ao 16, e o restante do mês foi calculado o preço médio.

VALORES EM BTN:

	JAN 89	FEV 89	OUT 89	NOV 89	DEZ 89	JAN 90	FEV 90	MAR 90	ABR 90	MAI 90
BTN	1.00	1.00	3.66	5.04	7.13	10.95	17.10	29.54	41.73	41.73
LEITE B	0.33	0.39	0.54	0.57	0.72	0.69	0.98	0.96	0.68	0.68
LEITE C	0.18	0.21	0.32	0.29	0.30	0.36	0.42	0.39	0.35	0.35

ESPECIFICACAO	UNIDADE	JUL/90	AGO/90	SET/90	OUT/90	NOV/90	DEZ/90
SUPER SIMPLES	50 Kg	587.75	854.87	822.50	946.50	1 182.50	1 367.50
SULFATO DE AMONIA	50 Kg	745.50	858.25	882.50	967.00	1 240.00	1 580.50
NITROCALCIO	50 Kg	692.50	753.50	852.50	925.00	1 480.00	1 844.00
4-14-8	50 Kg	816.66	959.16	992.50	1 172.50	1 500.00	1 844.00
20-5-20	50 Kg	1 017.50	1 287.62	1 365.50	1 557.50	1 975.00	2 413.75
CALCAREO	50 Kg	265.00	360.00	390.00	400.00	480.00	580.00
ARAME	400 H	2 123.33	2 198.33	2 376.66	2 414.99	2 910.00	3 561.66
GAMPO DE CERCA GALV.	KG	108.33	123.33	133.33	145.00	2 050.00	171.00
SERINGA 25CC.(VIDRO)	Ud	0.00	345.00	345.00	2 050.00	2 050.00	---
LATAO 50 l	Ud	2 480.83	2 798.33	2 968.33	3 081.66	3 604.66	4 284.66
BALDE 10 l GRADUADO	Ud	0.00	1 096.79	1 094.99	1 266.60	1 579.66	1 966.33
ENXADA JACARE* 2,5	Ud	372.49	376.66	394.16	450.83	579.66	594.49
FOICE BELATO 2,5	Ud	447.50	456.66	482.49	509.16	606.66	771.16
ENXADAO ESTREITO	Ud	0.00	378.33	359.99	453.33	560.41	590.66
PULVERIZADOR JACTO 20 l	Ud	0.00	7 176.66	7 843.33	8 100.00	9 380.00	12 613.33
CULTIVADOR ANIMAL SANZ N.2	Ud	0.00	3 058.00	14 000.00	14 000.00	16 800.00	19 320.00
SEMENTE DE MILHO	40 KG	0.00	3 975.00	4 819.33	5 639.99	6 723.33	7 660.00
SEMENTE DE FEIJAO	40 KG	3 925.00	3 975.00	4 075.00	5 929.99	6 245.83	6 588.33
SEMENTE DE ARROZ	40 KG	0.00	3 400.00	3 150.00	4 250.00	5 160.00	5 325.00
MILHO (SACO)	50 KG	735.00	900.00	1 100.00	1 150.00	1 450.00	---
ARADO 3 DISCOS	Ud	0.00	369 000.00	270 000.00	305 000.00	305 000.00	330 000.00
GRADE 24 DISCOS	Ud	0.00	101 500.00	124 000.00	134 166.00	134 166.00	145 000.00
PLANTADEIRA ADUBADEIRA	Ud	0.00	146 000.00	146 000.00	154 500.00	154 500.00	187 000.00
TRATOR VALMET 66	Ud	0.00	2 391 500.00	2 427 000.00	347 000.00	347 000.00	2 811 000.00
CARRETA 3000 KG	Ud	0.00	109 150.00	147 000.00	143 500.00	143 500.00	204 500.00
DPM 2	Ud	0.00	59 010.00	67 896.00	67 436.50	67 218.25	67 674.00
MOTOR 10 CV	Ud	0.00	34 395.00	44 952.00	50 173.50	61 720.00	80 522.50
MOTOR 7,5 CV	Ud	0.00	28 642.83	38 810.00	43 233.00	53 385.00	65 685.00
MOTOBOMBA 1,5 CV	Ud	0.00	17 990.00	20 350.00	23 990.00	26 995.00	27 390.00
SEMENTE DE BRACHIARIA	20 KG	8 000.00	---	---	---	---	---
SEMENTE DE ANDROPOGON	10 KG	8 000.00	---	---	---	---	---
RACAO 202	40 KG	836.25	618.75	911.50	1 015.00	1 280.00	1 695.00
RACAO 22%	40 KG	768.75	802.25	858.75	961.50	1 231.50	1 545.00
RACAO ALTA ENERGIA	40 KG	942.50	958.00	912.50	1 327.50	1 695.00	1 695.00
FARELO DE TRIGO	30 KG	269.58	317.75	395.41	470.00	607.50	815.00
FARELO DE ALGODAO 282	50 KG	612.50	641.66	683.33	792.91	1 282.50	1 500.00
FARELO DE ALGODAO 382	50 KG	0.00	792.50	840.00	1 045.00	1 680.00	1 680.00
FARELO DE SOJA	50 KG	865.00	942.50	992.50	1 457.50	1 830.00	2 187.50
SAL COMUM	25 KG	208.33	211.66	225.83	244.16	250.00	270.00
FOSFATO BICALCIO	40 KG	2 731.00	2 735.00	3 105.00	3 280.00	3 600.00	---
FRANINHA DE OSSOS	30 KG	1 260.00	1 577.50	1 605.00	1 956.25	1 720.00	2 010.00
SUPLEMENTO MINERAL	25 KG	1 697.49	1 725.49	2 097.00	2 398.75	2 405.00	2 562.50
CARRAPATICIDA TRIATON	1 L	2 526.00	2 472.50	2 405.00	2 510.00	3 505.00	4 412.50
BERNICIDA BERNILENE	250 ML	874.00	1 053.83	1 110.66	1 216.83	1 423.33	1 824.16
SYSTEMAX (VERRIFUGO)	1 L	345.00	2 672.50	2 700.00	2 700.00	3 270.00	4 645.50
CICATRIZANTE (CLEPECID)	Ud	387.66	413.83	426.66	464.66	489.75	608.75
VACINA AFTOSE	Ud	29.00	28.75	22.10	35.00	35.00	48.00
VACINA BRUCELOSE	10 ML	197.00	197.00	197.00	197.00	197.00	430.00
CREOLINA PEARSON	1 L	539.00	535.00	571.50	634.00	741.50	1 003.75
IVONEC	50 NL	2 437.83	2 609.16	2 680.00	2 980.00	3 525.00	4 279.16
DESEINFETANTE BIOCID	1 L	2 036.50	2 010.00	2 010.00	2 010.00	2 010.00	2 010.00
ANTIMASTITE (FAINEK)	50 ML	187.50	210.00	210.00	210.00	210.00	263.50
CLORO PO'	1 KG	37.00	70.00	87.50	97.50	97.50	175.00
AGROQUET ADULTO	dose	201.66	250.83	280.00	300.00	372.63	511.83
PENTABOTICO VETERINARIO	20 ML	153.49	181.66	223.16	228.99	258.99	432.99
TERRANICINA L.A.	10 ML	0.00	263.00	266.00	277.00	330.00	407.75
VACINA NANQUEIRA (MANGUINHOS)	10 NL	69.83	77.99	89.16	95.00	121.66	134.99
PLACENTINA	10 ML	135.50	156.25	142.75	139.00	156.50	201.25

ESPECIFICACAO	UNIDADE	JUL/90	AGO/90	SET/90	OUT/90	NOV/90	DEZ/90
KCl	50 KG	980.00	1 284.50	1 240.00	1 512.50	1 887.50	2 382.50
CAFE* Bica corrida	60 KG	5 600.00	7 250.00	6 850.00	7 312.50	---	---
VITAMINA ADE		---	---	---	13 040.00	38 000.00	38 000.00
GASOLINA		---	48.80	48.80	58.50	74.50	81.30
DIESEL		---	23.10	23.10	27.70	35.70	38.90
ALCOOL		---	36.60	36.60	43.90	56.10	61.00
FUBA GROSSO MILHO	KG						
UREIA	KG						
CALCARIO CALCITICO	50KG						
CALCARIO DOLOMITICO	50KG						
FORMICIDA GRANULADO	1/2KG						
MAO DE OBRA	DIA						
VETISMAT	615N.						
PNEUMOENTERITE	50ML						
LONA PLASTICA	6M2						
NITROGENIO	LT						
SEMEM	NACIONAL						
MOIROS DE CERCA	8X12						
CIMENTO	50KG						

ESPECIFICACAO	UNI DADE	JAN/91	FEV/91	MAR/91	ABR/91	MAI/91	JUN/91
SUPER SIMPLES	50 Kg	1 619.50	1 850.00	1 850.00	1 862.50	2 000.00	2 150.00
SULFATO DE AMONIA	50 Kg	1 835.75	2 100.00	2 150.00	2 150.00	2 325.00	2 550.00
NITROCALCIO	50 Kg	2 039.00	2 000.00	1 950.00	1 950.00	2 000.00	2 300.00
4-14-8	50 Kg	2 091.25	2 250.00	2 250.00	2 300.00	2 537.00	2 725.00
20-5-20	50 Kg	2 755.00	3 150.00	3 187.50	2 237.50	3 475.00	3 900.00
CALCAREO	50 Kg	610.00	640.00	610.00	625.00		
ARRAME	400 n	5 250.00	5 250.00	5 275.00	5 337.50	5 850.00	6 183.33
GRANPO DE CERCA GALV.	KG	220.00	241.66	251.55	278.50	310.00	343.66
SERINGA 25CC. (VIDRO)	Ud		2 665.00	2 665.00	2 665.00	2 665.00	3 464.00
LATAO 50 l	Ud	5 744.50	5 614.50	6 992.00	6 658.50	6 772.00	7 644.00
BALDE 10 l GRADUADO	Ud	2 267.00	2 201.00	2 234.00	2 300.50	2 634.00	2 744.67
ENXADA JACARE' 2,5	Ud	794.00	763.33	786.66	886.75	963.00	1 102.00
FOICE BELATO 2,5	Ud	961.33	1 009.00	976.83	1 098.50	1 327.00	1 271.67
ENXADRO ESTREITO	Ud	784.00	790.00	746.50	780.00	847.00	976.66
PULVERIZADOR JACTO 20 l	Ud		15 266.66	15 527.50	16 025.00	17 754.00	20 066.67
CULTIVADOR ANIMAL SANZ N.2	Ud		21 840.00	21 840.00	21 840.00	21 840.00	22 453.50
SEMENTE DE MILHO	40 KG	8 600.00					16 500.00
SEMENTE DE FEIJAO	40 KG	6 710.00					28 000.00
SEMENTE DE ARROZ	40 KG	5 600.00					12 400.00
MILHO (SACO)	50 KG		1 400.00	1 850.00	2 300.00	2 400.00	2 300.00
ARRAO 3 DISCOS	Ud	355 000.00	465 000.00	465 000.00	504 525.00	504 525.00	649 000.00
GRADE 24 DISCOS	Ud	150 000.00	196 000.00	196 000.00	212 660.00	212 660.00	240 000.00
PLANTADEIRA ADUBADEIRA	Ud	182 000.00	290 000.00	290 000.00	290 000.00	290 000.00	440 000.00
TRATOR VALMET 68	Ud	3 000 000.00	4 000 000.00	4 000 000.00	4 180 000.00	4 180 000.00	845 000.00
CARRETA 3000 KG	Ud	199 000.00	280 000.00	280 000.00	280 000.00	280 000.00	429 000.00
DPA 2	Ud	83 275.00	92 468.00	92 468.00	101 961.50	101 961.50	123 415.00
MOTOR 10 CV	Ud	94 498.50	99 847.00	99 847.00	99 847.00	105 839.00	125 919.50
MOTOR 7,5 CV	Ud	81 585.00	86 203.00	86 203.00	86 200.00	91 375.00	101 687.50
SEMENTE DE BRACHIARIA	Ud	53 970.00	56 540.00	56 495.00	56 540.00	62 165.00	67 990.00
SEMENTE DE ANDROPOGON	20 KG						
RACAO 20%	10 KG						
RACAO 22%	40 KG	1 823.75	1 980.00	1 980.00	1 980.00	1 980.00	2 270.00
RACAO ALTA ENERGIA	40 KG	1 727.50	2 100.00	1 945.00	1 945.00	2 100.00	2 316.00
FARELO DE TRIGO	40 KG	1 915.00	2 270.00	2 270.00	2 270.00	2 395.00	2 597.50
FARELO DE ALGODAO 282	30 KG	975.00	1 005.00	978.33	924.25	965.00	1 205.67
FARELO DE ALGODAO 382	50 KG	1 500.00	2 430.00	2 152.00	2 038.50	2 012.00	2 270.00
FARELO DE SOJA	50 KG	1 680.00	2 695.00	2 695.00	2 650.00	2 650.00	3 200.00
SAL COMUM	25 KG	447.50	2 850.00	2 850.00	2 850.00	2 850.00	3 405.00
FOSFATO BICALCIO	40 KG		480.00	490.00	525.00	645.00	675.00
FARINHA DE OSSOS	30 KG	2 010.00	2 223.33	2 260.00	1 770.00	4 400.00	175.00
SUPLEMENTO MINERAL	25 KG	2 668.75	2 417.50	3 279.16	3 312.50	3 679.00	3 683.33
CARRAPATICIDA TRIATOX	1 l	4 620.00	4 942.50	4 942.50	4 942.50	5 526.00	5 785.00
BERNICIDA BERMILENE	250 ML	2 568.33	2 543.33	2 643.33	2 673.91	3 006.00	3 215.00
SYSTEMAX (VERMIFUGO)	1 l	5 545.00	5 907.50	5 575.00	5 575.00	5 575.00	5 575.00
CICATRIZANTE (CLEPECID)	Ud	722.50	716.50	725.50	746.00	881.00	1 055.00
VACINA AFTOSE	Ud	48.00	48.00	48.00	48.00	50.00	57.50
VACINA BRUCELOSE	10 ML	731.00	731.00	570.00	580.00	570.00	114.00
CREOLINA PEARSON	1 l	1 262.50	1 262.50	1 298.50	1 298.50	1 298.50	1 298.50
IVOMEK	50 ML	6 291.66	7 333.33	7 450.00	7 958.50	8 625.00	8 925.00
DESEINFETANTE BIOCID	1 l	2 010.00	2 010.00	2 010.00	3 060.00	3 060.00	3 060.00
ANTIMASTITE (FAIMEX)	50 ML	312.50	357.00	317.75	357.00	357.00	741.00
CLORO PO'	1 KG	230.00	0.00	0.00	0.00	230.00	67.50
AGROFET ADULTO	dose	741.25	755.00	728.33	751.75	793.00	794.00
PENTABIOTICO VETERINARIO	dose	535.50	537.33	563.75	563.75	606.00	651.67
TERRAMICINA L.A.	20 ML	465.50	425.00	445.00	393.50	660.00	714.33
VACINA NANQUEIRA (MANGUINHOS)	10 ML	115.00	190.00	191.50	193.50	171.00	183.33
PLACENTINA	10 ML	251.00	210.00	252.00	274.50	289.00	272.00

ESPECIFICACAO	UNIDADE	JAN/91	FEV/91	MAR/91	ABR/91	MAIO/91	JUN/91
KCl	50 KG	2 480.00	3 000.00	2 975.00	3 200.00	3 512.00	3 670.00
CAFE' Bica corrida	60 KG	---	16 000.00	---	---	---	---
VITAMINA ADE		---	64 600.00	64 600.00	64 600.00	64 600.00	64 600.00
GASOLINA		138.00	138.00	138.00	138.00	152.00	
DIESEL		67.60	67.60	67.60	67.60		
ALCOOL		104.00	104.00	104.00	104.00	113.00	
FUBA GROSSO MILHO	KG					55.00	
UREIA	KG					132.50	150.00
CALCARIO CALCITICO	50KG					665.00	
CALCARIO DOLOMITICO	50KG					750.00	850.00
FORMICIDA GRANULADO	1\2KG					137.00	
NAO DE OBRA	DIA					1 000.00	1 050.00
VETISMAT	BISH.					690.50	580.00
PNEUMOENTERITE	50ML					190.00	180.00
LONA PLASTICA	6M2					492.50	391.00
NITROGENIO	LT					475.00	640.00
SEMEM	NACIONAL					870.00	975.00
MOIROS DE CERCA	8X12					487.00	633.00
CIMENTO	50KG					1 100.00	1 200.00

ARQUIVO DE PREÇOS No. 3

ESPECIFICACAO	UNIDADE	JUN/91	JUL/91	AGO/91	SET/91	OUT/91	NOV/91	DEZ/91
BALDE P/ LEITE								
Balde 10L Graduado	Ud	2 744.67	3 541.33	4 981.00	6 711.00	8 570.50	10 050.42	12 201.00
Latao 50 L	Ud	7 644.00	8 837.66	12 571.00	17 209.00	20 153.00	27 020.50	40 236.00
COMBUSTIVEIS								
Alcool	L	---	---			206.00	292.00	371.00
Diesel	L	---	---			121.00	204.00	253.00
Gasolina	L	---	---			274.00	379.00	472.00
CONCENTRADOS								
Farelo de Algodao 28%	50 Kg	2 270.00	2 418.00	3 112.50	3 723.00	4 225.00	5 977.50	6 876.00
Farelo de Algodao 38%	50 Kg	3 200.00	---	4 580.00	4 723.00	6 480.00	7 735.00	8 320.00
Farelo de Soja	50 Kg	3 405.00	3 570.00	5 650.00	7 195.00	8 205.00	9 960.00	16 125.00
Farelo de Trigo	30 Kg	1 205.67	1 309.50	1 648.00	1 905.00	2 735.00	3 661.25	4 913.00
Farinha de Ossos	30 Kg	3 185.00	4 518.75	5 508.00	5 888.00	6 384.00	7 782.50	7 900.00
Milho (Saca)	50 Kg	2 300.00	2 500.00	3 750.00	3 900.00	5 500.00	9 000.00	9 000.00
Racao AE	40 Kg	2 597.50	2 879.00	---	3 693.00	4 480.00	8 430.00	10 772.00
Racao 20%	40 Kg	2 270.00	2 710.00	---	2 670.00	4 925.00	8 020.00	10 317.00
Racao 22%	40 Kg	2 316.00	2 824.00	---	3 127.00	4 811.00	7 660.00	10 000.00
FERTILIZANTES								
4-14-8	50 Kg	2 725.00	3 012.50	3 720.00	4 775.00	6 213.00	7 960.00	9 172.00
20-5-20	50 Kg	2 900.00	4 250.00	5 320.00	6 250.00	8 225.00	10 700.00	13 625.00
KCl	50 Kg	3 670.00	3 670.00	5 510.00	6 125.00	8 127.00	10 393.33	12 874.00
Nitrocalcio	50 Kg	2 300.00	2 800.00	4 000.00	4 200.00	5 300.00	7 350.00	8 625.00
Sulfato de Amonia	50 Kg	2 550.00	2 850.00	4 150.00	4 475.00	6 010.00	7 215.00	8 790.00
Super Simples	50 Kg	2 150.00	2 425.00	3 450.00	3 675.00	4 783.00	6 200.00	7 516.00
Ureia	50 Kg	---	---	---	5 594.00	200.00	262.50	323.00
EQUIP. E IMP. AGRICOLAS								
Enxada Jacare 2,5	Ud	1 102.00	1 323.00	2 050.00	2 403.00	2 825.00	2 775.00	4 530.00
Enxada Estreito	Ud	976.66	1 280.00	1 852.00	2 268.00	2 745.00	3 151.66	4 083.00
Foice Beloto 2,5	Ud	1 271.67	1 627.00	2 426.00	2 739.00	3 025.00	3 358.33	4 516.00
Arado 3 Discos	Ud	649 000.00	---	---	863 500.00	1 192 500.00	1 492 500.00	2 374 500.00
Carreta 3000 Kg	Ud	429 000.00	---	---	520 000.00	764 000.00	891 500.00	1 085 000.00
Cultivador animal Sans n.2	Ud	22 453.50	23 907.00	---	39 000.00	45 500.00	54 600.00	46 000.00
DPM 2	Ud	123 415.00	160 000.00	---	241 400.00	295 500.00	360 000.00	412 975.00
Grade 24 Discos	Ud	240 000.00	---	---	234 000.00	584 000.00	780 000.00	1 187 500.00
Moto Bomba 1,5 C.V	Ud	67 990.00	71 184.50	60 000.00	100 212.00	112 595.00	181 731.34	215 500.00
Motor 7,5 C.V	Ud	101 687.50	104 000.00	162 000.00	160 833.00	207 775.00	345 000.00	428 000.00
Motor 10 C.V	Ud	125 919.50	118 000.00	185 000.00	186 776.00	238 540.00	400 000.00	487 343.00
Plantadeira Adubadeira J2	Ud	440 000.00	---	---	625 000.00	946 250.00	1 800 000.00	1 345 000.00
Pulverizador Costal Jacto 201	Ud	20 066.67	22 375.00	30 108.00	33 868.00	40 095.00	62 750.00	75 733.00
Trator Valmet 68	Ud	5 845 000.00	---	---	8 103 000.00	9 305 666.00	20 000 000.00	22 000 000.00
INSETICIDA								
Fornicida Granulado	Kg	278.00	400.00	410.00	375.00	700.00	551.67	430.00
MATERIAL CONSERVACAO								
Arame	400 m	6 183.33	7 757.67	9 800.00	11 700.00	14 741.25	23 050.00	22 986.00
Cimento	50 Kg	1 200.00	1 355.00	1 800.00	2 230.00	3 370.00	4 400.00	6 050.00
Grampo cerca Galv.	Ud	343.60	417.00	423.33	559.00	775.00	991.66	1 260.00
Lona Plastica	M2	290.00	1 000.00	1 356.66	1 353.00	1 350.00	1 695.00	2 200.00
Molroes de Cerca	Ud	633.00	759.00	---	910.00	1 100.00	1 156.66	1 320.00
MATERIAL INSEMINACAO								
Botijao de Semen	30 L	350 000.00	---	450 000.00	562 500.00	597 500.00	875 000.00	900 000.00
Nitrogenio	L	640.00	640.00	810.00	820.00	1 155.00	1 612.00	1 240.00
Semen	Nacional	975.00	---	---	1 240.00	3 977.50	10 650.00	5 165.00
Semen	Impot.	---	---	---	8 000.00	9 920.00		11 150.00
MATERIAL DE LIMPEZA								
Creolina Pearson	L	1 298.50	1 651.75	1 726.00	2 493.00	3 685.25	4 930.00	5 585.00
Cloro Po	Kg	67.50	187.50	312.50	301.00	495.00	495.00	495.00
Desinfetante Biocid	L	3 060.00	3 835.00	6 330.00	7 115.00	9 680.00	9 515.00	18 400.00

ESPECIFICACAO	UNIDADE	JUN/91	JUL/91	AGO/91	SET/91	OUT/91	NOV/91	DEZ/91
MEDICAMENTOS								
Agronet Adulto	Dose	794.00	971.50	1 236.00	1 780.00	2 331.70	2 841.66	3 783.00
Antinastite Faimex	50 ML	741.00	357.00	800.00	877.00	1 120.00	1 120.00	2 910.00
Bernicida Bernelene	250 ML	3 215.00	3 879.00	5 525.00	6 348.00	8 943.75	10 525.00	15 120.00
Carrapaticida Triatox	L	5 785.00	6 633.33	8 056.00	8 925.00	14 150.00	18 772.50	23 690.00
Cicatrizante (Lepecid)	Ud	1 055.00	1 266.50	1 414.74	1 746.00	2 516.25	2 568.75	3 820.00
Ivomec	50 ML	8 925.00	10 562.50	12 571.66	15 134.00	21 430.00	26 436.67	33 616.00
Pentabiotico Vet.	Dose	651.67	714.66	945.00	1 194.00	1 658.50	1 713.33	2 493.00
Placentina	10 ML	272.00	314.00	481.66	524.00	587.50	705.00	912.00
Pneumoenterite		180.00	405.00	367.00	417.00	720.00	972.00	425.00
Ripercol	100 ML	851.00	687.50	1 300.00	1 300.00	1 665.00	747.50	2 675.00
Seringa 25 cc (vidro)	Ud	3 464.00	4 156.00	7 760.00	9 580.00	9 580.00	11 500.00	16 000.00
Systamex (vermifugo)	L	5 575.00	6 376.25	8 016.50	9 750.00	12 695.00	13 040.00	18 587.00
Terramicina L.A	20 ML	714.33	982.91	1 360.00	1 403.00	2 150.00	2 645.00	3 742.00
Vacina Aftosa	Ud	57.50	67.00	67.50	---	2 030.00	170.00	170.00
Vacina Brucelose	10 ML	114.00	602.50	610.00	615.00	980.00	980.00	980.00
Vacina Manqueira	10 ML	183.33	196.66	243.33	247.00	382.50	485.40	545.00
Vetimast	NACIONAL	580.00	664.00	1 040.00	1 304.00	1 958.75	2 275.00	2 868.00
Vitamina ADE	20 Kg	64 600.00	64 600.00	---	---	64 000.00	84 000.00	117 600.00
MINERAIS								
Calcario calcitico	Ton	---	---	---	1 300.00	6 600.00	12 277.78	---
Calcario Dolomi	Ton	850.00	---	1 200.00	3 250.00	2 650.00	13 000.00	16 000.00
Fosfato Bicalcio	40 Kg	7 000.00	7 400.00	9 600.00	9 600.00	13 200.00	18 000.00	23 200.00
Sal Comum	25 Kg	675.00	783.33	1 035.00	1 122.00	1 366.67	1 779.16	1 801.00
Suplemento Mineral	25 Kg	3 683.33	3 991.00	6 338.33	5 975.00	---	8 087.50	12 160.00
SEMENTES								
Semente Arroz	40 Kg	12 400.00	---	26 500.00	21 325.00	23 750.00	23 900.00	28 000.00
Semente Feijao	40 Kg	28 000.00	---	24 000.00	26 500.00	26 875.00	29 500.00	33 000.00
Semente Milho	40 Kg	16 500.00	---	30 500.00	29 750.00	26 687.50	32 786.67	37 600.00
Semente Andropogon	20 Kg	---	---	---	---	882.00	1 300.00	20 000.00
Semente Brachiaria	20 kg	---	---	---	---	1 207.50	1 850.00	49 250.00
SERVICOS								
Mao de Obra		1 050.00	---	---	2 300.00	1 750.00	1 950.00	2 000.00
Aluguel Trator Pneu		3 000.00	---	---	4 000.00	5 250.00	7 500.00	7 000.00
Aluguel Trator Esteira		---	---	---	6 000.00	9 250.00	15 500.00	2 000.00

QUEIJOS	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
Prato	580.00	1 317.00	1 317.00	1 800.00	2 025.00	2 375.00	2 450.00	0.00
Frescal	450.00	800.00	850.00	---	1 300.00	1 400.00	1 500.00	0.00
Minas	1 200.00	1 337.50	1 350.00	1 800.00	1 800.00	2 750.00	3 160.00	0.00
Provolone	1 125.00	1 870.00	1 950.00	2 500.00	2 762.50	3 200.00	3 660.00	0.00
Mussarela	950.00	1 455.00	1 550.00	2 000.00	2 150.00	2 400.00	2 700.00	0.00
Cabacinha	---	1 640.00	1 700.00	---	---	---	2 500.00	0.00
Suizo	1 500.00	1 900.00	1 900.00	3 215.00	3 450.00	4 300.00	4 900.00	0.00
Gouda	1 300.00	1 600.00	1 600.00	2 775.00	3 300.00	3 630.00	4 170.00	0.00
Gorgonzola	1 500.00	1 800.00	1 800.00	3 000.00	3 610.00	4 200.00	4 600.00	0.00
Semental	1 500.00	1 700.00	1 700.00	---	3 575.00	4 300.00	4 900.00	0.00
Parmezaio	700.00	1 538.17	1 966.72	2 500.00	2 660.00	6 000.00	0.00	0.00

IOGURTES								
Pleno	110.00	133.50	175.00	205.00	265.00	329.00	585.00	0.00
Natural	98.00	125.50	175.00	175.00	240.00	252.50	585.00	0.00
Polpa	60.00	94.00	100.00	120.00	207.00	329.50	585.00	0.00